

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Instituto de Geociências

Departamento de Geografia

Jéssica Poliane Gomes dos Santos

**(RE)EXISTÊNCIAS NA CIDADE A PARTIR DE INSURGÊNCIAS QUILOMBOLAS
À TRAJETÓRIA DO KILOMBO SOUZA DE BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte
2021

Jéssica Poliane Gomes dos Santos

**(RE)EXISTÊNCIAS NA CIDADE A PARTIR DE INSURGÊNCIAS QUILOMBOLAS
À TRAJETÓRIA DO KILOMBO SOUZA DE BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus

Belo Horizonte

2021

Ficha Catalográfica

S237r
2021

Santos, Jéssica Poliane Gomes dos.

(Re)existências na cidade a partir de insurgências quilombolas à trajetória do Kilombo Souza de Belo Horizonte [manuscrito] / Jéssica Poliane Gomes dos Santos. – 2021.

161 f., enc. il. (principalmente color.)

Orientador: José Antônio Souza de Deus.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2021.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Bibliografia: f. 138-151.

Inclui apêndices e anexos.

1. Geografia cultural – Teses. 2. Movimentos sociais – Teses. 3. Quilombolas – Belo Horizonte (MG) – Teses. 4. Espaço urbano – Teses. 5. Territorialidade humana – Teses. I. Deus, Jose Antonio Souza de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.3(815.1)

Folha de Aprovação ou Ata de Defesa

18/11/2021 18:48

SEI/UFMG - 1082018 - Folha de Aprovação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

(RE) EXISTÊNCIAS NA CIDADE A PARTIR DE INSURGÊNCIAS QUILOMBOLAS: A TRAJETÓRIA DO KILOMBO
SOUZA DE BELO HORIZONTE

JÉSSICA POLIANE GOMES DOS SANTOS

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO. Aprovada em 17 de novembro de 2021, pela banca constituída pelos seguintes professores:

Prof. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

UnB

Prof. Alexandre Magno Alves Diniz

PUC Minas/Belo Horizonte

Prof. Heloisa Soares de Moura Costa

UFMG

Profa. Doralice Barros Pereira

UFMG

Prof. José Antônio Souza de Deus - Orientador

UFMG

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2021.

https://sei.ufmg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1150730&infra_sistema=100... 1/2

18/11/2021 18:48

SEI/UFMG - 1082018 - Folha de Aprovação



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, Usuário Externo**, em 17/11/2021, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Soares de Moura Costa, Professora do Magistério Superior**, em 17/11/2021, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Doralice Barros Pereira, Professora Magistério Superior - Voluntária**, em 17/11/2021, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Antonio Souza de Deus, Professor do Magistério Superior**, em 17/11/2021, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1082018** e o código CRC **556FE564**.

Para o Kilombo Souza, sua luta e resistência
Para os meus avós, que me ensinaram a ouvir
histórias;

Para o meu pai, que fabricava poesia pela luz
dos seus olhos e me deixou, de presente, essa
forma de olhar o mundo;

Para a minha mãe, incentivadora maior de todos
os sonhos;

Para cada fragmento de lugares e de gentes, que
acumulei durante os caminhos;

A quem não terá oportunidades, pois, no meio
do caminho, apareceu um vírus;

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é fruto da construção de várias pontes ao longo do processo. Eu poderia falar construção de redes, mas pontes me parecem mais adequadas pelas trocas baseadas e pelos movimentos, muito mais do que compartilhamentos das redes. Tenho muito o que agradecer, especialmente, pela trajetória que não foi nada fácil, permeada por perdas irreparáveis e por um mundo que ao redor estava no caos, enquanto o tempo corria sem nem nos dar o tempo de respiro.

Meu agradecimento ao meu orientador José de Deus por me deixar trilhar de forma autônoma as minhas ideias e os meus pensamentos. Agradeço ao apoio e à parceria durante esse tempo!

Agradeço ao financiamento da bolsa pelo CNPq no início do curso, que me permitiu dedicar aos estudos e às disciplinas, ampliando as minhas leituras e as minhas trocas, que foram fundamentais para a pesquisa. Oportunidade e investimento na ciência são essenciais!

Meu agradecimento, muito especial, à família Souza por abrir as portas para que eu pudesse compreender toda a trajetória de luta e de resistência. Neste processo da pesquisa junto ao Kilombo da Família Souza, passei a questionar a minha própria ancestralidade e quais caminhos nos trouxeram (minha família e eu) e nos formaram aqui nessa cidade que tudo apaga. Obrigada por me ensinarem os caminhos de luta!

Meu agradecimento à Patrícia Brito, à Professora Márcia Lousada por terem sido pontes nesse processo e por me fazerem movimentar com a pesquisa! Meu agradecimento aos colegas do grupo de estudos informal sobre quilombos, que me ajudaram nos momentos angustiantes, com teorias e, na conversa despretensiosa, mas cheia de conhecimento, indicaram-me caminhos a seguir.

Meu agradecimento muito especial à Polly Honorato e à Valéria Silva por serem pontes que conduzem por caminhos a uma cidade viva! Que conectam pessoas e ideias e transformam as invisibilidades impostas pela cidade em vida!

Meu agradecimento aos meus amigos de trajetória, com os quais cada momento vivido oportunizou um aprendizado. São pontes que eu passei e trouxe comigo, fragmentos de histórias e de gentes. Aos meus amigos de Tefé, que muito me ensinaram sobre a diversidade de mundos! De encontros, de possibilidades. Com vocês e com a Amazônia, eu pude me entender em pluriuniversos, a verdadeira gênese de nossa Amefricanidade!

Meu agradecimento especial aos meus amigos da PUC Minas, reduto da boa geografia, aquela que se faz na força do cotidiano, nas trocas despretensiosas de conversas banais, mas também cheias de conteúdos críticos e precisos. Vocês me acompanham desde muito tempo e todo esse tempo, só tenho aprendido cada vez mais.

Meu agradecimento especial ao meu reduto de força! Minha família! Maior incentivadora de todo o processo. Sempre pronta para aplaudir até as conquistas mínimas. Que mesmo nas adversidades, encontra formas de fazer sorrir. Pena que o mundo não cabe dentro da casa dos meus avós!

Meu agradecimento muito especial à família Magalhães por ser um outro refúgio de apoio e carinho, pelas trocas e pelos momentos felizes! Meu agradecimento mais que especial e todo meu amor ao Marcelo! Pelo companheirismo de sempre, a parceria e pelo amor que nutrimos a tanto tempo e que nos ajuda a seguir adiante!

Aos meus irmãos e aos meus sobrinhos, por serem uma extensão de mim mesma! Na base desses agradecimentos aquela que é, sempre ao meu lado, a melhor amiga desse mundo. Minha mãe, sem você eu não iria sair do portão! Fundamental mesmo, é minha mãe! Obrigada por ser minha melhor amiga!

“Menina, o mundo, a vida, tudo está aí! Nossa gente não tem conseguido quase nada. Todos aqueles que morreram sem se realizar, todos os negros escravizados de ontem, os supostamente livres de hoje, se libertam na vida de cada um de nós, que consegue viver, que consegue se realizar. A sua vida, menina, não pode ser só sua. Muitos vão se libertar, vão se realizar por meio de você. Os gemidos estão sempre presentes. É preciso ter ouvidos, os olhos e o coração abertos” (Evaristo, 2017).

RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender os processos de insurgências de territórios quilombolas em Belo Horizonte, a partir do estudo de caso do Kilombo da Família Souza, localizado, há cerca de 100 anos, no tradicional bairro de Santa Tereza. O objetivo foi identificar quais as estratégias de territorialização utilizadas para a transformação e para a ressignificação do espaço vivido em um espaço de (re)existência etnopolítica e quais os confrontos e/ou as sinergias empreendidas nesse processo. A pesquisa foi realizada a partir de um olhar geográfico cultural, utilizando uma abordagem qualitativa e participativa, incluindo entrevistas, mapeamento participativo e observação de práticas cotidianas. O estudo propõe, assim, uma nova leitura das territorialidades quilombolas, destacando a importância de reconhecer não apenas os aspectos materiais do território, mas também os elementos simbólicos e culturais que são fundamentais para a resistência e afirmação dessas comunidades no espaço urbano. Os resultados mostram que aspectos do cotidiano e suas espacialidades (o quintal, a comunidade, a rua, o lazer, o trabalho, as festividades) acabam por tomar dimensões políticas de modo a tornarem elementos essenciais às pautas de resistência nesse território. Foram identificadas três dimensões utilizadas como estratégia nesse processo. Uma dimensão simbólica cultural, representada pelas festividades e pelas religiosidades, tendo o quintal como o elemento convergente na manifestação dessas práticas. Uma dimensão política institucional, representada pela busca de diversificados aparatos legais de reconhecimento do território, que ultrapassam a esfera do local e o cerceiam com diferentes “camadas” de proteção e, por fim, uma dimensão baseada em formação de redes de apoio, que acabam por tornar a luta empreendida pelo Kilombo Souza em conjunto com os demais Quilombos, como um modelo para se pensar outras geo-grafias para a cidade de Belo Horizonte. As análises realizadas evidenciam que, apesar dos avanços no reconhecimento legal e da certificação das comunidades quilombolas, muitos desafios ainda se apresentam. O caso do Kilombo da Família Souza ilustra as tensões entre as práticas culturais e as imposições do modelo urbano hegemônico, especialmente no que se refere à especulação imobiliária e aos processos de expropriação de terras.

Palavras-Chave: geografia cultural; movimentos sociais; populações tradicionais; urbano, Kilombo Souza.

ABSTRACT

This research sought to understand the processes of insurgency of quilombola territories in Belo Horizonte through a case study of the Souza Family Kilombo, located for approximately 100 years in the traditional neighborhood of Santa Tereza. The objective was to identify the strategies of territorialization used to transform and re-signify lived space into a space of ethno-political (re)existence, as well as the confrontations and/or synergies undertaken in this process. The research was conducted from a cultural-geographical perspective, using a qualitative and participatory approach that included interviews, participatory mapping, and observation of everyday practices. The study thus proposes a new reading of quilombola territorialities, highlighting the importance of recognizing not only the material aspects of territory but also the symbolic and cultural elements that are fundamental to the resistance and affirmation of these communities within urban space. The results show that aspects of everyday life and their spatialities (the backyard, the community, the street, leisure, work, and festivities) take on political dimensions, becoming essential elements of the resistance agendas in this territory. Three dimensions were identified as strategies in this process. A symbolic-cultural dimension, represented by festivities and religious practices, with the backyard as the converging element in the manifestation of these practices. An institutional-political dimension, represented by the pursuit of diverse legal mechanisms for territorial recognition that go beyond the local sphere and surround it with different “layers” of protection. Finally, a dimension based on the formation of support networks, which has made the struggle undertaken by the Souza Kilombo, together with other quilombos, a model for thinking about other geo-graphies for the city of Belo Horizonte. The analyses show that, despite advances in legal recognition and the certification of quilombola communities, many challenges remain. The case of the Souza Family Kilombo illustrates the tensions between cultural practices and the impositions of the hegemonic urban model, especially with regard to real estate speculation and processes of land expropriation

Keywords: cultural geography; social movements; traditional populations; urban.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Espacialização da estrutura de espaços territoriais do Brasil e das manchas de áreas urbanas com mais de 300 mil habitantes.....	23
Figura 2: Crescimento de Belo Horizonte para além da cidade planejada.....	31
Figura 3: Percorso de reconhecimento e apresentação do território junto a parceiros e à equipe componente do estudo do Relatório do INCRA.....	36
Figura 4: Reunião de construção da árvore Genealógica para o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) para o INCRA.....	36
Figura 5: Realização de entrevista remota 01.....	38
Figura 6: Mapeamento Participativo remoto 02.....	38
Figura 7: Reunião com a subsecretaria de Segurança Alimentar (PBH), maio de 2021.....	40
Figura 8: Quadro com as datas, atividades de coleta de dados realizadas e formatos.....	41
Figura 9: Elementos, estruturas, processos e lógicas territoriais de acordo com as contribuições de Haesbaert (2004) e de Raffestin (1980).....	63
Figura 10: Mapa da distribuição da população preta e parda em Belo Horizonte em 2010 (a esquerda) e Mapa Kandandu das territorialidades negras de Belo Horizonte.....	79
Figura 11: Quantidade de Quilombos certificados x Quilombos Titulados - Brasil 2020.....	84
Figura 12: Quantidade de Quilombos certificados por Município x Quilombos Titulados em Minas Gerais.....	85
Figura 13: Quantidade de Quilombos certificados por Município x Quilombos Titulados na Região Metropolitana de Belo Horizonte.....	86
Figura 14: Origem das famílias dos Quilombos urbanos de Belo Horizonte.....	88
Figura 15: Certidão de Casamento de Elisa e Petronillo e Certidão de Batismo de Petronillo.....	91
Figura 16: Dona Elisa de Souza (sem data).....	93
Figura 17: Imagem Aérea de 1956 (PBH, 2019) com descrição das principais mudanças ocorridas no Bairro Santa Tereza no período de 1895 a 1950.....	96
Figura 18: (a) - Foto Aérea do Bairro de Santa Tereza, década de 40. (b) - Carta topográfica de 1953; (c) - fotografia aérea de 1956.....	97
Figura 19: Mapa com as dinâmicas e as permanências de práticas espaciais no bairro Santa Tereza, no período entre 1950 a 1995. Em vermelho estão representados espaços que foram “refuncionalizados” (SOUZA, 2015) enquanto em roxo estão representados lugares ressignificados.....	103
Figura 20: Imagens de Maria do Carmo na igreja Matriz de Santa Tereza em 1944 (a esquerda) e Lídia Martins no Terreiro de Umbanda Pai Joaquim de Aruanda (sem data).....	104
Figura 21: Territorialidades e Geossímbolos associados.....	107
Figura 22: Mapa dos Geossímbolos de Contexto e do Território.....	110
Figura 23: Quadra do Clube Oásis, dividida por tapumes, após a demarcação da área em disputa que interditou parte do clube.....	115
Figura 24: Dinâmicas e perda do território do Kilombo Souza entre 2009 a 2021.....	118
Figura 25: Diagrama de Venn - Práticas e elementos no território no passado.....	124
Figura 26: Diagrama de Venn: Práticas e elementos do território no presente.....	124
Figura 27: Quintal do Kilombo Souza e distribuição espacial dos cultivos.....	127
Figura 28: Mapeamento participativo remoto, realizado após o levantamento das plantas cultivadas.....	127
Figura 29: Festa Junina na Rua Teixeira Soares, 2019.....	129
Figura 30: Diagrama de Venn - Relações Institucionais.....	130
Figura 31: Relação de Projetos de Lei favoráveis à causa quilombola submetidos à Câmara Legislativa de Belo Horizonte pelo mandato coletivo da Gabinetona.....	132
Figura 32: Mapa dos bens tombados no bairro de Santa Tereza.....	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ACBST – Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza

CPIR – Conselho de Promoção à Igualdade Racial

CONAQ - Confederação Nacional de Comunidades Quilombolas

FCP - Fundação Cultural Palmares

FMC - Fundação Municipal de Cultura

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

NuQ – Núcleo de Estudos em Populações Quilombolas e Tradicionais

PBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PUC Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO – A JORNADA AO LONGO DO CAMINHO	12
2 INTRODUÇÃO	19
2.1 Objetivo Geral	28
2.1.1 Objetivos específicos.....	28
2.2 Justificativa e Relevância do Trabalho	29
2.3 Metodologia.....	30
2.3.1 Área de estudo	30
2.3.2 Procedimentos metodológicos.....	32
3 GEO-GRAFIAS CONVERGENTES: UM PERCURSO A COMPREENSÃO DOS QUILOMBOS EM CONTEXTO URBANO	43
3.1 Geo-grafias Convergentes – Um Percurso	43
3.2 Da Geograficidade às Práticas Espaciais Dissidentes.....	49
3.3 Lugares de Poder e Territórios Vividos.....	55
4 GEO-GRAFIAS QUILOMBOLAS – UM PANORAMA	66
4.1 Entre Quilombos e Territórios Negros.....	66
4.2 Cartografia das Territorialidades Negras em Belo Horizonte.....	72
4.3 Institucionalização das Territorialidades Quilombolas.....	80
5 DO LUGAR AO TERRITÓRIO – JORNADA AO LONGO DO CAMINHO	90
5.1 A Formação do Território da Família Souza.....	90
5.2 O Histórico do Conflito.....	112
5.3 As Estratégias de Territorialização Quilombola.....	121
5.3.1 A dimensão simbólica cultural.....	123
5.3.2 A dimensão redes de apoio e a dimensão política institucional.....	130
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICES.....	152
ANEXOS.....	157

1 APRESENTAÇÃO – A JORNADA AO LONGO DO CAMINHO

A Construção da Pesquisa enquanto se Caminha e/ou Os Lugares de Fala, de Escuta, de Movimentos e Epistemologias

[...] já não há mais ilhas desconhecidas[...] estão todas nos mapas, nos mapas só estão as ilhas conhecidas, e que ilha desconhecida é essa de queres ir a procura?”
 “- Seu eu pudesse dizer, então não seria desconhecida” [...] é estranho que tu, sendo homem do mar, me digas isso, que já não há ilhas desconhecidas, homem da terra que sou eu, e não ignoro que todas as ilhas, mesmo as conhecidas, são desconhecidas enquanto não desembarcamos nelas [...], mas quero encontrar a ilha desconhecida, quero saber quem sou eu quando nela estiver, não o sabes? Se não saís de ti, não chega a saber quem és [...] **que é necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não nos saímos de nós próprios**[..] (Saramago, 1998).

Essa metáfora de Saramago traz forte relação com o processo de construção desta pesquisa, pois foi preciso que eu saísse da ilha (meu lugar/território) para compreender melhor a ilha. Assim, a partir de um recorte territorial muito diferente daquele em que eu cresci e aprendi a olhar, um lugar muito diferente do “meu próprio território”, é que ampliei minha vivência e meu entendimento de mundo. E tive de acionar outros movimentos do corpo, de modo a me permitir vivenciá-lo, a perceber outras nuances de sentido, conhecendo esse lugar em profundidade. Nesse contexto, a pesquisa começa a ser construída a partir da minha própria trajetória com meu lugar de vida e meus territórios de lutas e vai se formulando nas jornadas que acumulei durante o caminho para se complementar com a minha geograficidade experienciada durante o tempo em que morei no interior da Amazônia.

Esta pesquisa é fruto de uma ruptura. Ela é uma reconstrução do pensar e do tempo. A pandemia, que alterou os ritmos da vida a escalas e a impactos inimagináveis em várias esferas da sociedade, também acertou precisamente um projeto que vinha sendo construído ao longo de anos de experiências, de observações e de vivências na Amazônia.

Iniciei o mestrado com a proposta de aprofundar, na pesquisa, parte da vivência profissional e pessoal com populações ribeirinhas da Amazônia Central e os processos de reterritorialização e Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Os territórios institucionalizados das áreas protegidas, (especialmente os de uso sustentável, incluindo as Terras Indígenas), materializam as concepções territoriais estatais, preservacionistas e conservacionistas ambientais, além das territorialidades específicas de cada grupo, incluído ou não dentro das variadas categorias de populações tradicionais. Essas distintas concepções territoriais tentam convergir seus entendimentos na definição, na apropriação e no uso dos

recursos e do espaço dominado, com “formas de co-gestão de território, onde o governo – principalmente seus órgãos ambientais – e um grupo social determinado entram em parceria na proteção e uso de uma área geográfica específica” (Little 2001: 154-86).

Nesse sentido, o projeto tinha o intuito de contribuir com os estudos sobre o Conceito de Território e seus desdobramentos, com o foco das análises voltados à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA). A pesquisa procurava compreender esses processos por meio da percepção dos sujeitos locais e de como entendiam sobre os significados empíricos, funcionais e políticos que representavam as Unidades de Conservação, além de seus próprios papéis sociais nesse contexto. A pesquisa procurava partir de uma discussão, tendo como base uma Amazônia marcada por particularidades no seu processo histórico e territorial (Becker, 2001; Becker, 2004; Gonçalves, 2017; Gonçalves, 2001), que aliada às políticas públicas e às iniciativas de conservação da sociobiodiversidade colocavam em destaque o papel dessas populações tradicionais no desenvolvimento, na atuação e na configuração desse complexo territorial.

Desse projeto passado, muita coisa permaneceu. Afinal, mesmo se tratando de um contexto diferente, a base que procuro entender são as territorialidades que se convergem e/ou se desmantelam, a partir do momento em que o território passa a ser entendido, disputado, reconfigurado, reconstruído, tendo a necessidade ou influência de um reconhecimento institucional. No projeto anterior, esse processo se deu de maneira involuntária, as linhas reelaboradas no mapa definiram qual parte no espaço estavam agora sob os domínios políticos e simbólicos de uma área protegida. Assim, neste momento em que reconstruo o objeto de pesquisa da dissertação, destaco que a trajetória e a jornada construída ao longo desse caminho permitiram estabelecer diálogos ao novo objeto de pesquisa.

Para Hissa (2013, p.17), “a pesquisa é compartilhamento”, em que “aprende-se, ao fazer, com outro”. Nesse sentido, é importante trazer a descrição dessa minha vivência de mundo e de territórios apropriados ao longo de uma jornada da minha vida, pois essa jornada foi importante para desconstruir e reconstruir outras visões sobre um mundo complexo e encantador, o qual pude experienciar para além das letras e dos escritos formais e científicos tanto em relação à Amazônia, quanto ao olhar que eu ampliei sobre a cidade de Belo Horizonte (e os seus territórios).

Ao ter que me adaptar a outro espaço (e territórios), traçar um novo vivido para o meu cotidiano, estive em um processo contínuo de motivações que se transformaram em perguntas e em apontamentos acumulados durante anos, que se materializaram nesta pesquisa e que me

trouxe o desafio de desenvolver esta dissertação. Nesse contexto, a profundidade no objeto a ser pesquisado tem sido trabalhada não só neste momento de formalização com os diálogos direcionados pela universidade, mas vem sendo construída, ao longo do tempo, pelos fragmentos de experiências diversas, que envolvem o âmbito profissional, mas também as vivências do cotidiano e o hábito do ouvir e conversar com pessoas, a observação intuitiva dos lugares por onde andei e passei e que se convergem agora, para responder perguntas de um universo coletivo, mas também pessoal.

Foi trilhando por outros lugares, territórios e pelos meus próprios lugares de vida que me redescobri no diferente, no outro espaço, que por anos me foi concebido por histórias distantes, envoltas em mistérios e em cores e que pude, aos poucos, descortinar e perceber além de seus elementos amplamente descritos nas falas hegemônicas e segmentadas. Foi um processo de melhor conhecer uma ilha conhecida, mas que, em razão da minha inexperiência neste lugar, ele ainda era desconhecido, misterioso. Viver, conceber e perceber são palavras recorrentes nos estudos que visam à melhor compreensão do espaço, à espacialidade e às geograficidades. Os conceitos dessas palavras nos auxiliam a entender como dialogam com as percepções de mundo e, também, como, a partir de nossa vivência, vamos construindo nossas territorialidades, lugares e territórios por onde nos fixamos e/ou por onde transitamos.

No momento de sua formalização enquanto objeto materializado nesta dissertação, é também o momento em que me encontro em pequenas rupturas com o modo de se fazer a ciência tradicional. Nesse paradoxo, durante a trajetória, permiti-me absorver sabedorias diversas e dar importância ao que as subjetividades nos dizem. A trajetória e os modos de olhar para além das janelas delimitadas permitiram fazer dos lugares/territórios mais do que posições e localizações de passagem, mas sim histórias (Ingold, p.77, 2003). “Se a pesquisa é compartilhamento é preciso ser parte dela, trazendo consigo as vivências, as experimentações de mundo, aprender a ouvir” (Hissa, 2012). Esse caminho, nada linear, fez que as linhas dos mapas que produzi ao longo da trajetória, seja no âmbito profissional ou pessoal, dissolvessem seus limites geométricos para desenhos sobre vidas, sentidos e essências.

Tudo começa no meio da fumaça química, que envolve a atmosfera na Cidade Industrial, em Contagem, onde nasci, lá, nos “finalmentes” da década de 1980, em que a conurbação já se fazia materializada entre o fim e o começo de uma cidade e outra, e vice-versa. Nasci do lado belo-horizontino, mas fui registrada no lado da Contagem das abóboras. Deste então, estou, assim, nos limites das linhas de fronteiras. Essas linhas que não estão ali no real, mas estão nos papéis do mapa, nas administrações, no burocrático da vida. A gente nem as sente, mas sabe

que ali estão. Hoje moro na fronteira. Uma rua/linha que separa os municípios de Belo Horizonte de Sabará. A fronteira é o lugar da convergência, do ser de lá e do ser de cá. Onde se misturam as experiências de cada lado.

A Cidade Industrial, suas ruas cinzas, com construções de muros altos e de grandes portões, vazias de gente, de cheiros químicos, cheiros da fumaça tóxica, fizeram-me engendrar e buscar o oposto dessa representação. Os caminhos foram em busca de alcançar objetivos aos opostos, no outro extremo, balizados por dualidades, que, mais para a frente, percebi, limitam-nos a possibilidade de vivenciar o mundo. Durante muito tempo, eu tentava substituir o cinza pelo verde, o asfalto pela terra, os prédios pela floresta ou pelas montanhas, o urbano pelo rural, para, então, começar a “dissolver princípios baseados em dualismos renitentes, fundamentando a grande divisão entre natureza e cultura” (Ingold, 2003).

Esse trajeto entre um ponto e outro foi primeiramente percorrido pelas viagens dos ônibus vermelhos da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os ônibus vermelhos, cheios dos habitantes metropolitanos e de seus uniformes, levavam tempo para chegarem aos destinos. Durante minha trajetória, eu tive que andar muito de ônibus. Esse, aparentemente, corriqueiro ato me proporcionou conhecer a cidade para além dos caminhos rotineiros e treinou os meus sentidos de localização, o saber dos e sobre os caminhos. A mobilidade me permitiu vivenciar a cidade. Para Ingold (2003, p.90) “Conhecimento é regional: deve ser cultivado movendo-se por trilhas que conduzem em torno de/na direção de, ou saindo de lugares para outros lugares”.

Esse vivenciar a cidade me conduziu por trajetórias de convergências para além dos territórios de mobilidade e de vida nos quais eu transitava, pois outros sentidos e interesses levaram-me a atuar junto a movimentos sociais que compunham uma diversidade de pautas, mas que se conectavam pela ânsia de se ter uma cidade para as pessoas. Encontrei-me em meio a praças por onde paravam os ônibus vermelhos, não mais para esperá-los, mas sim para reapropriar desse espaço e ressignificá-lo. Foi por meio dos movimentos de arte urbana que vou, na prática, tomar consciência do meu espaço vivido e percebê-lo para além do que fora concebido e, assim, dar outras conotações e sentidos.

Antes de adentrar-me no universo amazônico, minha trajetória profissional sempre me desafiou no caminho do diálogo e da ponte entre as formalidades técnicas científicas e a tradução deste universo para o entendimento comum. Assim, entre *softwares* e algoritmos, cartesianismos e linhas geométricas dos mapas, que me serviram de instrumentos de trabalho ao longo do tempo, era preciso me fazer entender, mostrar o sentido de todo um trabalho, um conceito, transpor os muros da universidade e colocá-la em diálogo com a comunidade.

Volto a referenciar Ingold (2005), pois os elementos que ele discute em seu trabalho sobre as espacialidades e o ato de mapear, para além das linhas, está em sintonia com a experiência vivida durante estes anos. Ele chama de descobridor-caminho, aquele que produz os mapas. Todos somos descobridores-caminho, pois o conhecimento é produzido enquanto caminhamos e não antes. Seja o conhecimento técnico, na construção do saber científico, seja o conhecimento tradicional, na construção dos saberes da vida. Nossa percepção sobre o ambiente em que vivemos é resultado de toda uma vida de observações, das trilhas que percorremos (Ingold, 2003, p.83).

Das observações pelas janelas dos ônibus vermelhos, as observações no decorrer das viagens pelos meandros dos grandes rios, cercados de verde intenso da floresta, tive que reaprender a mapear um novo cotidiano, entendendo que existem cartografias para além dos mapas e os caminhos nem sempre são construídos por referências fixas, como ao longo da jornada, eu vinha construindo. A partir do momento em que me coloquei em contato com as populações ribeirinhas, é que ampliei os sentidos sobre os diferentes modos de mapear o mundo, os poderes imbricados e constituídos das linhas imaginárias, das maneiras de organização dos territórios, mas, principalmente, que o mapa plano e cartesiano não dá conta da diversidade do mundo. Assim, tornei-me uma geógrafa elaboradora de mapas, mas que tem como sentido ser uma constante “descobridora de caminho”, de caminhos comuns, como assinala Ingold (2005, p.5) [...] “descobrir-se caminho comum, assemelha-se mais a contar histórias do que utilizar um mapa.”

No processo de entendimento de uso do território, os mapas produzidos tentavam dialogar com os mapas vividos, e eu marcava pontos pelo aparelho de posicionamento global. Onde está o roçado? Até onde vão os roçados? Até onde vão vocês? A linha corta aqui. Aqui é área de caça, aqui é área de pesca, aqui é área de preservação. Não pode entrar, não pode tirar! Porém, a linha não estava lá. E entre um ponto e uma referência, nas conversas entre as geometrias e os caminhos das roças, o ouvir foi essencial. Em um desses momentos, ouvi de um agricultor, “antes desses mapas, não havia conflitos de uso”. E me coloquei em questionamentos. Até onde nossas soluções, alheias a realidade local, estavam de fato contribuindo com as pessoas que ali viviam? Como nos lembra Hissa (2013, p. 42), a pesquisa, muitas vezes, resume-se a arte de criar dificuldades para os outros ou “nos lugares onde havia coisas simples, faz-se aparecer problemas”, e isso se dá no processo de negação e da interdição do diálogo, das práticas e dos saberes outros.

Mais uma vez, a ponte entre os diálogos se fez desafio na jornada. O diálogo era entre as formas de mapear. Como se fazer entender? Como entender as concepções de outras formas de descobrir caminhos? Pesquisar é experimentar e compreender (Hissa, 2013). Nesse processo, o primeiro passo foi abolir a expressão “alfabetização cartográfica”. Eu não poderia alfabetizar ninguém nesse sentido, mas apenas compartilhar uma forma específica de mapear, talvez a mais detentora do poder, em razão de ser esta que controla as outras formas de se estar em um ponto no mundo.

Entretanto, como nos lembra Ingold (2013), nenhum mapa, por mais sofisticado e moderno que seja em suas técnicas de elaboração, pode ser divorciado das práticas, dos interesses e da compreensão por seus elaboradores e por seus utilizadores (p. 84). Assim, nesses diálogos, fui de novo percebendo que as concepções espaciais são múltiplas e era preciso entender os diferentes mapas que ali atuavam, sejam os oficiais no papel, sejam os dos caminhos, dos usos, dos pertencimentos, ou seja, para além de compreender os mapas, compreender também as práticas cotidianas.

Nesse âmbito, é que a pesquisa que proponho fazer retrocede. Retrocede, pois é um retorno ao meu lugar de vida, após as experiências na ilha desconhecida, chamada Amazônia. Que processos vividos lá se encaixam no vivido aqui, neste novo momento? A partir dessa experiência amazônica, eu desconstruí um pouco todos os mapas elaborados até então. As linhas delimitadas tomam um novo sentido e não são mais pontos de vistas panorâmicos, hegemônicos, impostos. Cada tema mapeado está desagregado de um híbrido espaço de vivências, múltiplo e compartilhado. Cartografei elementos em comum, que eu não havia percebido, antes de sair da ilha. E se para mim, a experiência se ampliou, quais são de fato os mapas que definem os territórios? O que os mapas já prontos e definidos representam para outras pessoas? A imposição e as readequações das linhas seguem o percurso dos caminhos cotidianos? Os zoneamentos, a organização dos usos, os limites como os afetam?

Nesse retorno, reencontrei-me com os movimentos de convergência que me levaram a experimentar a cidade. Essa cidade que, é importante destacar e lembrar, foi construída e estruturada com base em um projeto de segregação e de desigualdades de raça, de gênero e de classes, que se refletem na produção e na configuração de seu espaço. Ao longo do tempo, esses processos vêm se reiterando, por meio de políticas de remoção e de despossessão, que demandam da população se apropriar de diversificadas formas de lutas e de pautas na tentativa de garantir seus direitos à cidade.

Assim, aqueles movimentos de ocupação do espaço urbano se ampliam para ocupar outros espaços nem tão materializados no solo, nas praças, nos viadutos. Eles agora ocupavam as pautas políticas institucionais, as escolas, os corpos políticos das pessoas e queriam fazer-se presentes em outros espaços de poder, para questionar não somente as linhas e os limites hegemônicos, mas outros modos de ser e estar na cidade. Nesse retorno, em vez dos pontos de convergências nas praças, os contatos agora se estabelecem por redes. Sejam os contatos e a união de esforços para pautas em comum, sejam as redes da virtualidade que nos permitiram acessar outros espaços em tempos de isolamento. E é no convite para a construção de um programa político pautado pela representatividade de grupos subalternizados historicamente que vou me aproximar dos quilombos em contexto urbano de Belo Horizonte.

Essa aproximação veio aliada a todo um acúmulo de observação e de vivência com as populações tradicionais da Amazônia e de seus territórios, que me possibilitaram e trouxeram questionamentos e reflexões para desenvolver um estudo com as populações tradicionais e seus territórios em Belo Horizonte. Esses contatos aliados à conjuntura descortinam uma infinidade de proposições que se materializam nesta pesquisa, a partir de uma proposta de experimentação e de diálogo com aqueles que convivi e que me proporcionaram uma ampliação do mundo. O que podem revelar e o que ocultam, a insurgência de territórios quilombolas em uma cidade como Belo Horizonte? Que políticas devem ser interrompidas ou radicalmente revertidas para garantir o direito das pessoas a manterem seus lugares/territórios? Quais as estratégias e exercícios de territorialidades são acionados por essas pessoas, para garantir direitos a seus territórios? Esta pesquisa busca, assim, contribuir para a compreensão dessas configurações socioterritoriais que ampliam as formas de entender a diversidade que compõe as lutas pelo direito à cidade.

2 INTRODUÇÃO

Ao longo do estabelecimento da moderna colonialidade europeia na América Latina, que, como nos lembra Mignolo (2004: 215), “não se inscreveu num espaço vazio de significação, mas sim em territórios (natureza+cultura) onde foram conformados padrões cognitivos próprios”, a dominação de outros territórios e de povos não representou somente uma conquista para acumulação de riquezas e de espaços, também determinou as relações sociais e a constituição de identidades, a partir de uma conotação racial.

De acordo com Santos (2015, p.48), o processo da colonização empreendido nas terras pindorâmicas e a diáspora forçada dos diversos povos africanos foram caracterizados pela “invisibilidade dos modos de vida, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra.”. Entretanto, para Ângela Gomes (2009), a propósito, o “tráfico de seres humanos africanos no Atlântico representou não só a transferência mão-de-obra, [...], mas também de saberes” que, inseridos em novos contextos de vida, de encontro com epistemologias locais, foram ressignificados, produzindo novos fenômenos culturais e novas identidades (p. 40 e 41). Embora, ainda de acordo com Gomes (2009, p. 47), apesar de todo o poder simbólico das formas hegemônicas empreendidas pelo eurocentrismo, este não conseguiu “impedir que saberes subjugados, ou saberes dos oprimidos, se manifestem nas fraturas do espaço, ou no território usado, do cotidiano”.

É nessas fraturas de espaços e transferências de saberes que os quilombos vão se constituir no território brasileiro no período colonial. De acordo com Nascimento (1982), a constituição de comunidades quilombolas no Brasil Colonial é parte desse processo de transferências de contextos de vida, da África para o Brasil, representou a construção de focos de resistência ao sistema escravagista vigente e, aliás, configurava formas contra hegemônicas de organização política, econômica e social. A autora, inclusive, considera que o quilombo é um fenômeno que “sobrevive no inconsciente coletivo dos negros” (p. 124), que se estende ao seu corpo, tornando-se uma prática, uma instituição, revelando identidades, promovendo a

¹ O termo “Pindorama” vem do Tupi e significa “Terra das Palmeiras”. De acordo com Porto-Gonçalves (2009), era o nome que os povos originários que aqui viviam antes da colonização chamavam o Brasil. Dependendo do contexto geográfico, outros nomes eram atribuídos ao continente colonizado, como Tawantinsuyu (região do atual Peru, Equador e Bolívia), Anauhuac Anahuac (região do atual México e Guatemala), terras guarani (envolvendo parte da Argentina, do Paraguai, sul do Brasil e da Bolívia), Pindorama, Abya Yala (Povos Kunas da Colômbia e do Panamá). Esta última vem sendo ressignificada na atualidade com o objetivo de construir um sentido de pertencimento e de unidade em contraposição ao nome América. Santos (2015), nesse mesmo sentido, refere-se ao Brasil como terras Pindorâmicas e aos povos originários e aos povos da África em diáspora que foram levados à “América” como povos afro-pindorâmicos.

emancipação e tornando-se território, com aspectos multidimensionais (social, político, cultural, ambiental). Nascimento (1982) entende, por sua vez, que os locais dos antigos quilombos do passado “representam uma continuidade física e espacial, preservando e/ou atraindo populações negras no século XX” (p. 57). Essa continuidade abarcava diferentes sistemas sociais organizados pelos negros, tenham eles ocorrido nas favelas urbanas ou nas áreas rurais.

Para Ratts (2006), foi a partir de estudos que tinham como foco as “comunidades negras rurais”, pensados a partir dessa continuidade, que se passou a discutir sobre a noção de território negro. De acordo com o autor, esses estudos consideravam a ideia de “remanescentes”, que, por sua vez, seriam constituídos por povoados de “descendentes de africanos escravizados no Brasil, que ocupem tradicionalmente suas terras e nos limites de sua territorialidade mantenham “práticas de resistência” para manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos” (Oliveira E D’abadia, 2015 p. 259).

Já para a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o termo remanescentes coloca em destaque aspectos estritamente territoriais. Além disso, para a Associação, a definição de quilombos não deve se limitar somente aos “resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Ademais, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados” (ABA, 1994, p.1 *apud* O’dwyer, 2008). É assim que, de modo a considerar as diversidades, a ABA entende que as comunidades quilombolas:

Sobretudo consistem em grupos que **desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de modos de vida característicos e na consolidação de território próprio** (destaques meus). A identidade desses grupos não se define por tamanho nem número de membros, mas por experiência vivida e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Constituem grupos étnicos conceituados pela antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento, normas e meios de afiliação ou exclusão (O’Dwyer, 2008).

Para Marques (2008), a atualização do entendimento desse conceito se deu por meio de um processo histórico, acadêmico e militante em confluência com os discursos pelas ações afirmativas desenvolvidas, nas últimas décadas, nos campos teórico e político. Com isso, o termo quilombo² vai tornar-se uma categoria jurídica usada pelo Estado brasileiro, a partir da

2 De acordo com a Confederação Nacional de Comunidades Quilombolas (CONAQ), a comunidade remanescente de quilombo é uma categoria social utilizada para reconhecimento jurídico do que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao centro, sul e sudeste do país) e terras de preto (mais ao norte e nordeste). De

Constituição de 1988 (explicitada mais especificamente nos artigos 215 e 216) e do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, destinada a assegurar os direitos das comunidades negras, na defesa de seus vínculos ancestrais, religiosos, familiares e modos de vida³. Tais elementos supracitados se convergem na tríade **terra, territorialidade e território**.

Importante destacar que essa convergência tem como princípio alguns aspectos herdados das lutas do campo, que tinham como objetivo demandas pela **terra** (enquanto acesso a uma unidade produtiva familiar) por meio da reforma agrária (Guedes, 2016). A essas demandas, agregam-se as lutas indígenas, os debates e as contribuições a respeito das diferentes lógicas espaciais destes, e a “compreensão antropológica dos fundamentos da ocupação e **territorialidade**” que envolvem especificidades culturais, sociais, econômicas, regionais⁴ (Almeida, 2007). Esses elementos passam a ser/ter destaque para além de um direito estritamente vinculado à terra (Gallois, 2010; Guedes, 2016) e conjugam na análise das questões agrárias, o sentido de **território** (Esterci e Schweickardt, 2010). Com isso, as demandas se ampliam para o acesso a direitos territoriais, no qual tanto a terra como também a territorialidade são imprescindíveis para a garantia desses direitos.

Analisando os processos que desencadearam nessa ampliação, convergindo no que a Legislação e as diversas formas de regulamentação desses territórios especificam hoje, Almeida (2007) e Arruti (1997) nos trazem contribuições para compreender como os processos de etnogênese passam a ser determinantes nas estratégias para as lutas e garantia de tais direitos (territoriais, étnicos, culturais), representando a reivindicação de sujeitos coletivos, que, antes reconhecidos como camponeses, passam a reivindicar identidades e práticas socioculturais diferenciadas e territorialidades específicas (Esterci e Schweickardt, 2010; Guedes, 2016), em que o **território** é parte fundamental para a reprodução desses modos de vida característicos. Assim, como pontua Arruti (1997, p.13):

[...] estudos sobre comunidades rurais que apresentavam a particularidade de serem negras” começaram a ceder lugar, a partir dos anos 80, àqueles centrados nas “comunidades negras que tinham a particularidade de serem camponesas” – uma “mesma” comunidade podendo ser encarada de uma forma ou de outra. O que era uma “particularidade” de importância secundária num passado mais distante – o fato de as

acordo com Almeida (2008), há outras terminologias e denominações utilizadas para o que se define como quilombo, tais como Terras de Santo, Mocambo, Terra de Pobre.

³ Modos de vida é uma expressão utilizada para designar as práticas culturais, sociais, econômicas etc. que grupos humanos se utilizam para se apropriar e vivenciar o espaço. É amplamente adotada na literatura para distinguir e/ou analisar os processos de mudanças oriundos da modernização e da industrialização na sociedade, especialmente no rural. Na Geografia, autores como Paul Vidal de La Blache (1911) e Maximilien Sorré (1948) exploraram a expressão “gênero” de vida, numa perspectiva possibilista. Para saber mais ver Braga et al. (2017).

comunidades serem negras – passou a ser um atributo definidor de tais comunidades com o tempo. Seu caráter “camponês”, nesse movimento, foi posto em segundo plano.

Neste sentido, de acordo com Deus e Castro (2014), as comunidades quilombolas, bem como outros segmentos de povos tradicionais, configuram-se hoje como os protagonistas na busca de garantia de direitos insurgentes, desencadeadas por esses processos de etnogênese, em contraponto a um sistema historicamente opressor. Observa-se que a autoconsciência ou a construção fraternal de identidades coletivas tem contribuído para o surgimento e para a institucionalização de espaços territoriais especialmente protegidos⁵ em diferentes contextos no país (figura 1)⁶, em que se incluem os territórios quilombolas. Somados aos projetos de assentamento de pequenos produtores, configura-se em um “complexo mosaico de territórios regidos por diferentes estatutos, muitas vezes em disputas ou mesmo sobrepostos” (Esterci e Schweickardt, 2010, p. 60).

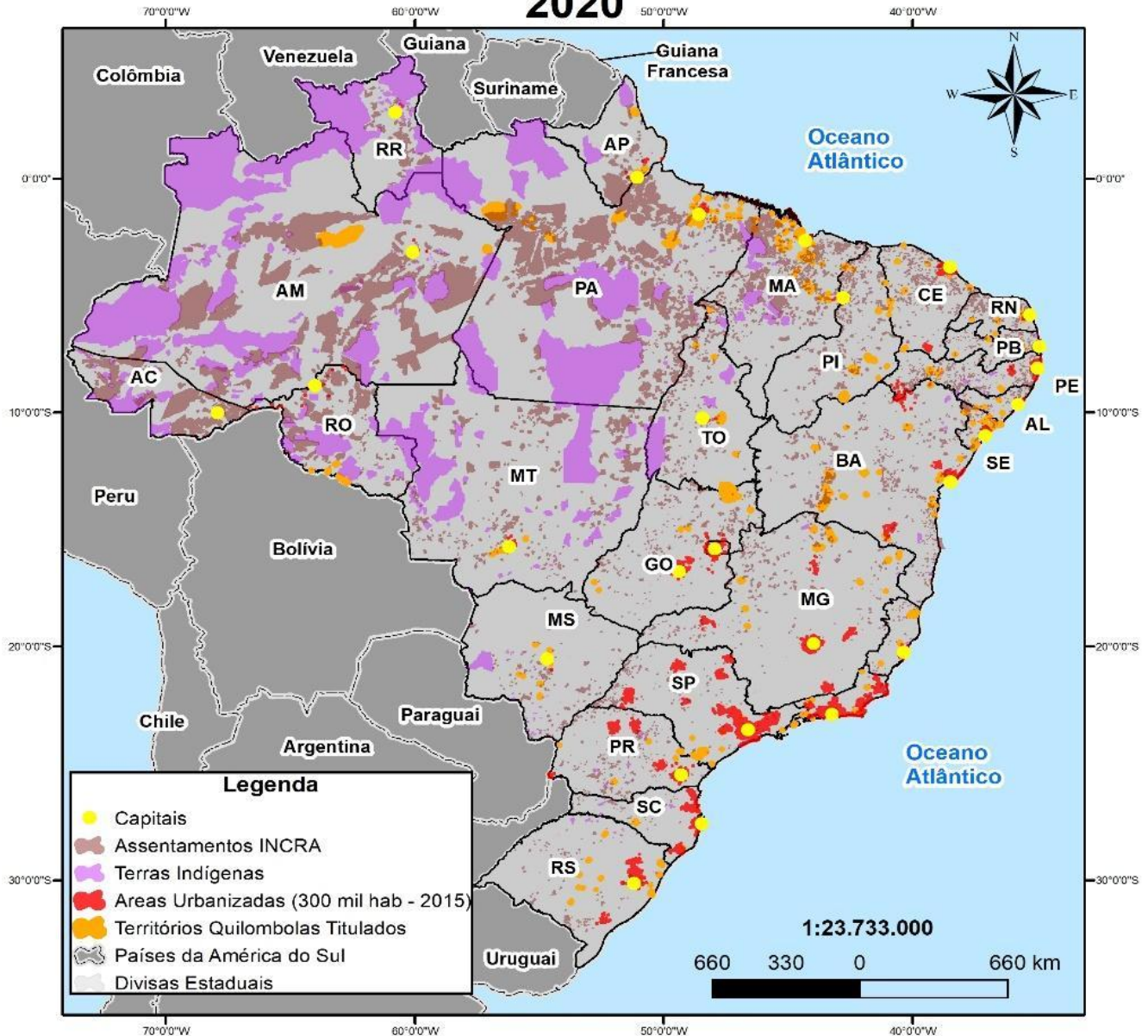
Esses movimentos fazem parte de um contexto denominado de “giro territorial” (Cruz, 2013), em que a convergência de questões pautadas pelos direitos redistributivos e de reconhecimento encontra no território (político, simbólico, material) o condensador desses direitos e, assim, os novos movimentos sociais e suas diversidades vêm ressaltando como estas lutas “vêm se reconfigurando, transformando-se de lutas por redistribuição de terra em lutas por reconhecimento territórios” (Cruz, 2013, p..28).

⁵ De acordo com Pereira e Scardua (2008), os espaços territoriais especialmente protegidos, definidos pelo Governo Brasileiro (2006), são áreas terrestres e marinhas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as terras indígenas e os territórios quilombolas. Tais espaços territoriais visam à proteção da natureza, dos recursos naturais e da cultura.

⁶ Como mostrado no mapa, grande parte dos territórios de povos tradicionais, especialmente indígenas e quilombolas (categorizadas no mapa), concentram-se em áreas rurais e mais distantes dos grandes centros urbanos. Apesar desse panorama, povos tradicionais em contextos urbanos também têm buscado garantir seus direitos territoriais na/da cidade.

Figura 1: Espacialização da estrutura de espaços territoriais do Brasil e das manchas de áreas urbanas com mais de 300 mil habitantes.

Distribuição espacial de áreas territoriais especialmente protegidas e Projetos de Assentamento do INCRA 2020



Fontes: Fundação Cultural Palmares (FCP) - 2020
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - 2020
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015)
Instituto Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000
Elaborado por: Santos, P.G.J,
Data: Outubro de 2020.

Elaborado por Jéssica Santos (2020).

Entretanto, apesar das conquistas sociopolíticas e socioterritoriais que a criação desses territórios representou e ainda representa, a adoção de instrumentos legais e de gestão distintos entre os diversos agentes que compartilham ou disputam territórios (Gallois, 2010; Almeida, 2007) tem causado conflitos de interesses e de entendimentos, que evidenciam um complexo processo dinâmico de territorializações, desterritorializações e reterritorializações⁷ que continuamente e simultaneamente se expressam nas configurações e acesso a esses direitos.

Apesar do reconhecimento estabelecido na constituição de 1988, foi, somente em 2003 (15 anos depois), com a promulgação do Decreto Federal Nº 4.8878, que as comunidades quilombolas tiveram concretizadas a regulamentação e a orientação dos procedimentos necessários para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das suas terras. O Decreto determina que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (esfera federal) e os Institutos de Terra (nas esferas estaduais e municipais) sejam os órgãos competentes para conceder as titularidades de propriedade dos territórios. No âmbito do reconhecimento étnico de tais comunidades, a Fundação Cultural Palmares (FCP), que tem como objetivo promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, passa a ser o órgão responsável por emitir a Certidão de Registro, no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos.

É relevante assinalar ainda que só a partir da certificação emitida pela FCP é que se efetivam as demais etapas, como estudos técnicos e científicos, com elaboração de relatórios antropológicos (caracterização histórica, espacial, econômica, sociocultural da comunidade em relação à terra ocupada e requerida), o levantamento fundiário (para fins de desapropriação), a representação cartográfica (do território identificado) e o cadastro das famílias. Esses estudos podem ser realizados/ indicados pelo INCRA ou pela própria comunidade que busca a autodeterminação⁸. Por fim, o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

⁷ Territorialização refere-se aos processos de **apropriação, organização e atribuição de sentidos ao território**; desterritorialização indica a **ruptura ou deslocamento dessas relações**, enquanto reterritorialização diz respeito à **reconstrução de novos vínculos territoriais** após tais rupturas (DELEUZE; GUATTARI, 1995; HAESBAERT, 2004; RAFFESTIN, 1993).

⁸ A autodeterminação diz respeito ao direito das populações para “determinar livremente seu status político e perseguir livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural, incluindo sistemas próprios de educação, saúde, financiamento e resolução de conflitos, entre outros” (ISA, 2010). O art 1º da Convenção 169 da OIT diz que a “consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção”. Com base nesse documento é que o Decreto nº 4.887/2003 determina este como único critério para identificação das comunidades quilombolas (CONAQ, 2020).

(PNPCT), completa o arcabouço jurídico que orienta o Estado brasileiro no reconhecimento e na garantia de direitos dos povos quilombolas e dos demais povos tradicionais reconhecidos.

Desde a promulgação do decreto 4.8878/2003, de acordo com dados da CONAQ (2020), 2847 comunidades possuem certificação no Brasil. Dados do INCRA (2020) mostram que, das Unidades da Federação, a Bahia é o estado com mais comunidades quilombolas certificados (667), seguida por Minas Gerais (309) e o Pará (205). Das 2847 comunidades certificadas, 1533 estão com processos abertos no INCRA e apenas 154 de terras quilombolas foram tituladas em todo o Brasil (CONAQ, 2020). Ou seja, somente 5% das comunidades chegaram até a etapa final do processo, demonstrando que, embora com todo o arcabouço jurídico disponível que reconhece os direitos dessas comunidades, a aplicação das leis, na prática, tem sido lenta. Essa morosidade é atribuída a controvérsias institucionais ocasionadas pela sobreposição de interesses territoriais (órgãos institucionais de diferentes pastas, esfera de governo etc.), a baixa capacidade histórica do INCRA em executar os recursos financeiros para atender às demandas de titulações e, principalmente, que os interesses das comunidades quilombolas nunca foram prioridade para os governos que até então ocuparam o executivo (Silva, 2017).

As comunidades quilombolas estão em todo o Brasil, tanto em áreas urbanas, quanto em áreas rurais, e, apesar da ampla distribuição no território, é nas áreas rurais que as comunidades e territórios quilombolas estão mais presentes, como já mostrado na figura 1. De uma maneira geral, a produção de estudos historiográficos tem se debruçado sobre os quilombos de áreas rurais, porém, os quilombos urbanos também estavam consolidados nos arredores dos grandes centros urbanos durante o período da escravização, mas a presença desses cresceram “à medida que se aproximava o fim do período escravocrata” (Rolnik, 2007, p.78). De acordo com Rolnik (2007, p.78), os quilombos urbanos têm como fortes características as aglutinações comumente localizadas em “cômodos e/ ou casas coletivas no centro da cidade ou núcleos semirrurais – as roças das periferias urbanas, bastante semelhantes ao que são hoje as roças de periferia dos terreiros de candomblé nas cidades”.

Nesse contexto, é que se formaram núcleos territoriais negros e que atualmente se consolidam muitos dos quilombos urbanos da contemporaneidade, tanto aqueles que se tornaram bairros (integrando-se a cidade), como é o caso de Jabaquara em Santos e o bairro do Bexiga (originário do quilombo de Saracura) em São Paulo, (Nascimento, 1982; Rolnik, 2007), quanto bairros que se tornaram quilombos, a exemplo do bairro da Liberdade em São Luiz do Maranhão. Mas quais aspectos são importantes de serem considerados entre as comunidades e

territórios quilombolas em contextos urbanos e rurais, em relação às similaridades, às especificações e às diferenças?

Para Pereira (2018), as especificidades territoriais desses quilombos se diferenciam apenas pelos contextos e pela análise relevante do processo de entendimento dessas insurgências (territoriais ou não), são as diferentes formas de aquilombamento. Para a autora, tanto quilombos em contextos rurais quanto os quilombos em contextos urbanos representam um mesmo processo de luta e de resistência a um sistema baseado na invisibilização da população negra, negação de sua cultura e de direitos ao espaço. Assim, os quilombos, independente do contexto em que se inserem, subvertem uma ordem imposta e, por isso, são insurgências para “além do meio” e não produtos deste meio “urbano”.

A partir desse apontamento, destacamos que, nas grandes cidades, tal qual ocorre no campo, as desigualdades de acesso a direitos básicos para exercício da cidadania também se fazem presentes. Como já citado aqui, o direito à unidade produtiva “terra”, no campo, foi o que balizou, durante muito tempo, as lutas agrárias e a formulação de políticas públicas. Nas grandes cidades, é o direito à moradia, à infraestrutura (saneamento, urbanização adequada etc.), ao acesso a serviços (educação, saúde, mobilidade) que movem as lutas que contestam a segregação, a negação de direitos humanos fundamentais que revelam, na cidade, acessos e espaços diferenciados (Carlos, 2013).

As complexidades dos espaços urbanos são marcados ainda por uma constante mobilidade da população com menor poder aquisitivo, em que a apropriação de territórios vincula-se, de um modo geral, à ocupação de espaços marginalizados e periféricos e, à medida que passam a ser valorizados, seja pela especulação imobiliária, seja pela necessidade de expansão do tecido urbano, expulsa-se as populações de seus territórios (Oliveira e D’Abadia, 2015). Além desses aspectos, é importante citar ainda, com base nas contribuições de Carlos (2013, p.), que os processos os quais aprofundam tais desigualdades socioespaciais são marcados por uma lógica de produção que privilegia a fragmentação, “enquanto o conflito entre o processo de produção socializado e sua apropriação privada”, tornando a cidade uma grande mercadoria a ser consumida por poucos, afetando as relações de sociabilidade e de pertencimento da população com o seu espaço.

Alguns estudos foram realizados no sentido de compreender os processos quilombolas no âmbito urbano e destacam que a constituição de territórios negros nas cidades pode ser entendida como uma continuidade do que se convencionou chamar “quilombos” no passado, os quais são/estão materializados nas favelas e nos bairros populares de hoje. Alguns elementos

são destacados para analisar esses aspectos, que vão desde a produção do espaço criminalizado; elementos simbólicos configurados a partir da função (de habitação, de trabalho, de lazer etc.) e/ou de práticas culturais (como o batuque, o carnaval, a religiosidade etc.) [...] e cuja significação é construída a partir da presença negra e/ou das atividades desenvolvidas por esses (Carril, 2006; Campos, 2010; Rolnik;1989; Vieira; 2017; Ramos; 2013; Viegas, 2014).

Considerando todos esses processos até aqui discutidos, este estudo procurara compreender as insurgências de territórios quilombolas em uma cidade como Belo Horizonte, tendo como foco a formação das territorialidades e territórios negros ao longo da sua história, mapeando-os para compreender como se dá o processo de constituição de um território quilombola em contexto urbano e quais as estratégias de territorialização são acionadas para constituir esse processo. Entendemos que aspectos do cotidiano (a casa, a comunidade, a rua) acabam por tomar dimensões políticas de modo a tornarem elementos essenciais às pautas de resistência nesses territórios, pois se revelam como um confronto de produção e de apropriação dos espaços na/da cidade, comumente marcados pela fragmentação em contraposição à valorização do território usado socialmente, parte essencial para reprodução da vida (seja as práticas culturais, religiosas, econômicas, sociais).

A pesquisa terá como estudo de caso o Kilombo da Família Souza⁹, (o mais recente quilombo reconhecido na cidade), localizado, há cerca de 100 anos, no bairro de Santa Tereza em Belo Horizonte, e que hoje abriga treze famílias oriundas em sua grande parte da árvore genealógica do Sr. Petronillo e Dona Elisa de Souza, ex-escravizados vindos de São José d'Além Parahyba (Brito *et al.*, 2021). Nos últimos 50 anos, entretanto, a família Souza vem enfrentando processos e tentativas de espoliação de seus direitos, associado à especulação imobiliária no bairro Santa Tereza, em que seu território se encontra como objeto de disputa e de conflito por interesse de terceiros na apropriação privada deste.

Apesar da Família Souza apresentar todos os documentos que comprovam a posse e a propriedade (compra e venda) do terreno em disputa, datada de 22 de novembro de 1923 (FMC, 2019), esses não tem sido suficiente para assegurar a permanência da família no local. Esse conflito revela como as formas de expropriação da terra, historicamente empreendidas no Brasil, repetem-se nesse contexto e são parte de um processo marcado pelo racismo estrutural, que desconsidera os modos de vida baseados em relações de sociabilidade comunitária, que se

⁹ A palavra Quilombo, usando a letra “K”, foi uma escolha dos próprios quilombolas da Família Souza. Para Glaucia, a liderança local, a letra K tem mais similaridade com as formas de escrita na língua bantu, reafirmando ainda mais a ancestralidade do grupo.

contrapõem ao entendimento hegemônico de que as terras devam sempre estar submetidas aos interesses e disponíveis ao mercado.

Com isso, o processo de reterritorialização que está ocorrendo no Kilombo Souza se configura de maneira a agregar outros elementos para a garantia dos direitos dos seus habitantes. O lugar de moradia, as sociabilidades e a vida comunitária tomam dimensões para além dos aspectos do cotidiano, para se configurarem como representação de uma reexistência em um contexto de resistência. Mas quais são eles? E que papéis representam nesses processos de reterritorialização? Quais seriam as expectativas e as percepções da comunidade diretamente afetada a respeito da transformação do seu lugar de moradia em território institucionalizado? Como esse processo dialoga com as territorialidades negras na cidade e com os demais quilombos em contexto urbano de Belo Horizonte? Esta pesquisa busca contribuir para entender essas questões e sobretudo descrever outras geo-grafias (Porto Gonçalves, 2012), “em que os diferentes movimentos sociais ressignificam o espaço e, assim, com novos signos grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade” (Cruz, 2013, p. 28).

2.1 Objetivo Geral

Analisar a constituição do território da comunidade quilombola “Kilombo da Família Sousa” no bairro Santa Tereza e identificar quais aspectos são acionados, quais as estratégias de territorialização utilizadas para a transformação e para a ressignificação do espaço vivido em um espaço de (re)existência etnopolítica e quais os confrontos e/ou as sinergias empreendidas nesse processo.

2.1.1 Objetivos específicos

1. Descrever a trajetória (empírica, simbólica, política, histórica e espacial) de constituição da comunidade e do território quilombola da Família Souza.
2. Identificar quais são os elementos que constituem as territorialidades do Kilombo da Família Souza e quais desses aspectos têm sido essenciais para a reafirmação desse território e se configuram como as identidades territoriais e simbólicas da comunidade analisada.

3. Compreender os processos de percepção e representação dos quilombolas ao “se tornar comunidade tradicional”, bem como dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos na produção e na constituição desse espaço.

2.2 Justificativa e Relevância do Trabalho

As concepções de território ligadas à visão eurocêntrica, profundamente impregnadas pelo Direito Romano e por sua legitimação do direito à propriedade, persistem nas formas de conceber os territórios e não reconhecem, muitas vezes, a legitimidade de outras formas de apropriação, por exemplo, os territórios de uso comum (Porto Gonçalves, 2017). Quando olhamos para as metrópoles, tal contexto fica ainda mais evidente.

As grandes cidades se caracterizam como complexos espaços marcados por segregações socioespaciais, que distanciam, cada vez mais, as pessoas das suas relações cotidianas com seu espaço, as frentes de resistência e lutas pautadas pelo acionamento da identidade étnica, como parte de reconhecimento e de constituição de um território quilombola, revelam-se como uma importante estratégia etnopolítica (Cordeiro (2020). Além de questionarem o *status quo* do modo como as cidades são estruturadas, propiciam colocar em voga problematizações como exploração de classe, de gênero e de raça nos processos de apropriação e de produção do espaço urbano (Souza, 2009), colaborando para transformações nos modos de ser e de ver, dos vínculos e das formas de sociabilidade nas cidades.

O manifesto “Por uma Geo-grafia Negra”, lançado na Reunião da ANPEGE em setembro de 2019, traz, em seu escopo, a necessidade, cada vez mais presente, de se empreender outros modos de fazer as leituras geográficas nos mais diversos temas, tendo como base a temática da “formação socioespacial brasileira e africana e seu caráter étnico, racial, cultural, diaspórico e territorial, articulando-a no Sistema-Mundo na perspectiva atlântica.” E é assim que as demandas e as proposições por uma geo-grafia negra perpassam pela necessidade de se contrapor as cidadanias (historicamente) mutiladas (Santos, 1996) na formação do Brasil, dando voz e visibilidade a outras formas de se entender o mundo, em um momento no qual se observa que uma “ampliação e aprofundamento do capitalismo se processa com o controle territorial, o imperialismo e a globalização”, processos os quais, aliás, atualmente, contrapõem-se a uma dinâmica de emergência de identidades coletivas.

Nesse sentido, esta pesquisa, por ter como tema a questão quilombola em um contexto urbano, visa a contribuir com a produção de conhecimento pautado por essas geo-grafias

negras, além de servir como um instrumento para reafirmação de direitos na/à cidade, especificamente a comunidade objeto de estudo, identificando suas necessidades para reprodução de seus direitos. A ampliação na busca pelo reconhecimento de identidades coletivas em meio urbano demanda pensarmos e fazermos a leitura da cidade de outras formas e conteúdo.

2.3. Metodologia

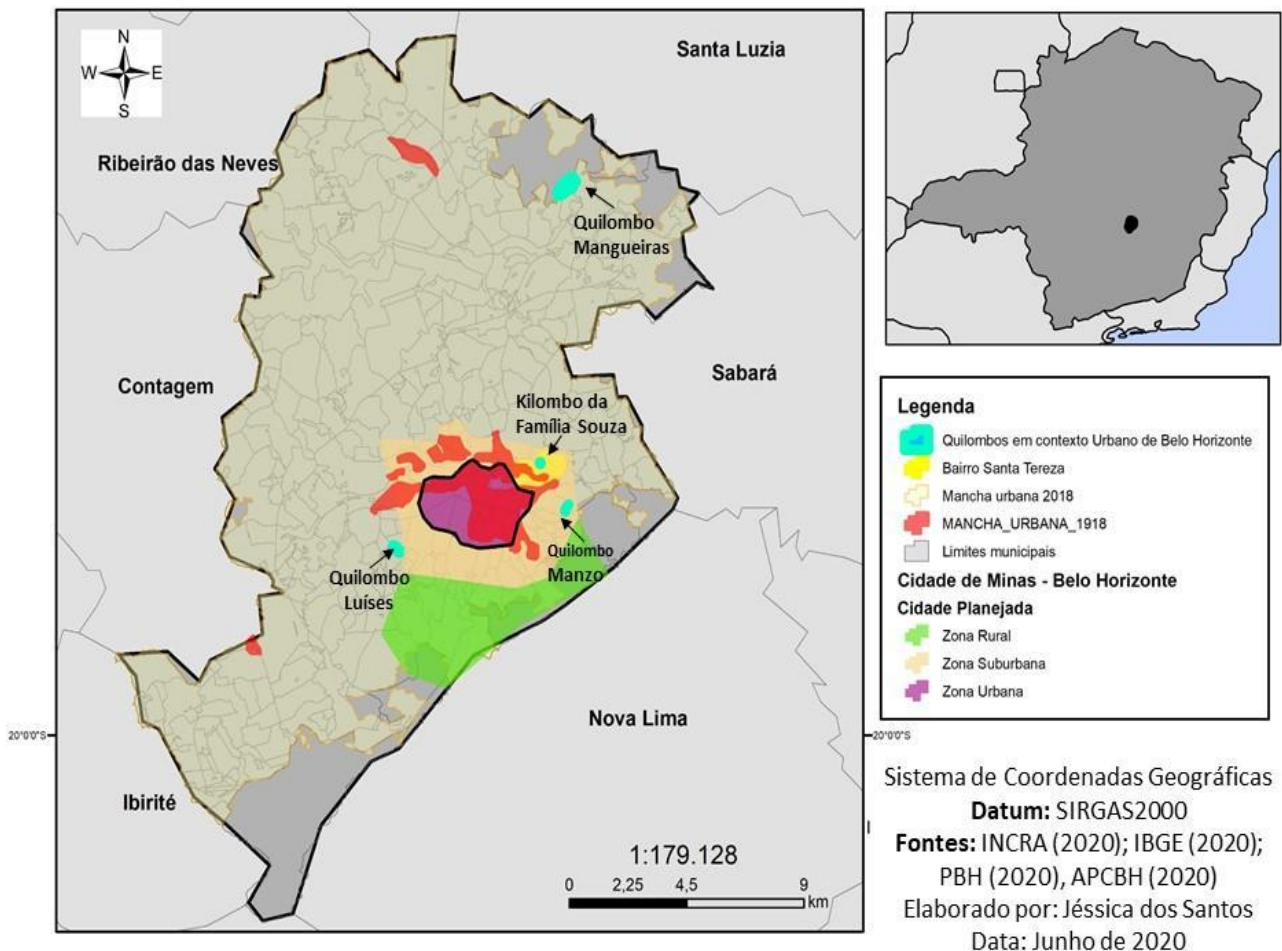
2.3.1 Área de estudo

Este trabalho tem como área-foco de investigação a comunidade Quilombola da Família Souza, localizada no bairro de Santa Tereza, na regional Leste de Belo Horizonte. É sugestivo observar que a formação da comunidade tem estreita relação com o histórico de formação do bairro, que, por sua vez, tem estreita relação com a formação da cidade de Belo Horizonte (Baggio, 2005; PBH, 2008).

Belo Horizonte foi construída e planejada para ser a capital de Minas Gerais, e seu enorme e rápido crescimento ultrapassou o planejamento estrito de seus construtores, evidenciado, atualmente, pela conurbação de suas áreas extremas com os demais municípios que a margeiam. Construída sobre o que foi o antigo arraial do Curral Del Rei, que fora totalmente destruído para abrigar a nova sede do Estado, hoje a área que outrora foi planejada (o perímetro da Avenida do Contorno) representa apenas 2% do território atual da cidade (PBH, 2019). Além dessa área que correspondia a zona urbana (local de concentração dos serviços principais, estabelecimento da elite), o projeto original de zoneamento ainda contava com as zonas periféricas, suburbana e rural para abastecimento agrícola da capital (Liberato, 2007), que receberam um maior contingente populacional nas primeiras décadas da cidade e “foram ocupadas majoritariamente pelos operários responsáveis pela construção da cidade, composto por ex-escravizados e imigrantes europeus, que desde meados do século XIX se dirigiam para o Brasil à procura de oportunidades de trabalho” (Brito *et al.*, 2021, p. 31).

A figura abaixo traz uma síntese espacialmente ilustrativa dos processos históricos da expansão da capital. Sobrepostos aos traçados do que foi estabelecido pelo projeto inicial da Cidade de Minas (as três zonas), foram acrescentados outros dados, tais como a mancha urbana de 1918 e a de 2018 (mostrando a evolução do adensamento urbano) junto à localização dos quatro quilombos atualmente reconhecidos na cidade.

Figura 2: Crescimento de Belo Horizonte para além da cidade planejada.



Fonte: Elaborado por Jéssica dos Santos.

O bairro Santa Tereza está inserido no que foi planejado para ser a zona suburbana da capital e surgiu do desmembramento de duas colônias agrícolas, que juntamente à estrada de ferro e ao ribeirão Arrudas foram elementos importantes na ocupação do bairro, no seu povoamento, nas suas estruturas e na conformação de identidade (Baggio, 2005). É importante destacar ainda que, nos primórdios de constituição da cidade, a região na qual está localizado o bairro Santa Tereza, na zona suburbana, além de ser a área periférica destinada à população com menor poder aquisitivo à época, ainda foi escolhida para abrigar o antigo hospital Cícero Ferreira, popularmente conhecido como Isolado– atual Mercado Distrital de Santa Tereza – destinado ao tratamento de doenças infectocontagiosas (Brito *et al.*, 2021), sendo mais um elemento para compor as características que desvalorizavam a área à época.

Com o tempo, as dinâmicas foram alterando essas características que o desvalorizam, sendo que as principais mudanças ocorreram a partir da década de 1920, com a construção de

marcos funcionais e culturais, tais como a Praça Duque de Caxias e a Igreja Matriz (Baggio, 2005; PBH, 2008). É nessa época também que o bairro passa a se chamar Santa Tereza em referência à matriz de mesmo nome.

De acordo com Bistene (2018), o bairro possui uma população de 15.607 habitantes e se destaca como importante polo cultural e turístico na cidade (Ticle, 2016), sendo que boa parte de sua estrutura arquitetônica é tombada pelo município. O tradicional bairro é circundado por importantes vias de ligação a outras regiões da cidade, tais como as avenidas Andradas, Silviano Brandão e a simbólica Avenida do Contorno, marco de delimitação da cidade planejada de Belo Horizonte nos seus primórdios (Figura 2). Em uma projeção nacional, o bairro é conhecido também por ser berço do surgimento de destacados movimentos culturais, especialmente aqueles relacionados à música.

O Kilombo Souza, por sua vez, está localizado na Rua Teixeira Soares no bairro Santa Tereza. A família está domiciliada no local desde 1910, quando Petronillo e Elisa saíram de Além Paraíba no sul de Minas para empreender uma saga que perpassa por Araxá para posteriormente culminar no bairro Santa Tereza (ou Colônia Agrícola Artur Werneck na época), em Belo Horizonte.

Desde então, a área hoje compreendida pelo quilombo acompanhou os processos de dinâmica da própria cidade de Belo Horizonte, que refletiam diretamente nas dinâmicas que o Kilombo passou desde que seus ancestrais lá se estabeleceram e incluem perdas territoriais, ressignificação do território e mudanças nas práticas estabelecidas com a cidade e alterações ao longo do tempo no território usado, mas, sobretudo, uma trajetória marcada pela coletividade familiar. Ademais, a localização do Kilombo Souza é privilegiada, pois ele se situa em meio aos principais e tradicionais marcos funcionais e culturais do bairro, situação que condiciona ao conflito que a família vem enfrentando ao longo dos anos, com a valorização do terreno e a especulação imobiliária, que atraem outros interesses e colocam o território em ameaça.

2.3.2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa adotará como processo de investigação e compreensão a Geografia Cultural e Social. Uma vez que os sujeitos e contextos abordados nesta dissertação perpassam por questões que envolvem tanto os aspectos culturais e políticos, em que a historicidade da formação territorial em distintos momentos vivenciados por esses sujeitos tornam-se importantes para o entendimento das espacialidades observadas no presente, a compreensão do

processo de formação de um território (em seus aspectos simbólicos, políticos, institucionais, culturais), com base na geografia Cultural, permite entender que aspectos adotados pelos quilombolas são representativos e simbólicos para a formação desse território que agora busca institucionalizar-se juridicamente, [...] “que necessitam ser legitimados interna e externamente ao seu âmbito de exercício do poder, por meio dos preceitos do direito vigente” (Moraes, 2014, p. 32).

Como já citado, as categorias geográficas de análise privilegiada serão o território. Postulamos essa categoria que permite a descrição do mundo físico e meramente político para descrever também o mundo vivido. E é relevante assinalar que a categoria território proporciona um entendimento tanto empírico (histórico e político), quanto conceitual (as diferentes concepções de territórios) e simbólicos (culturais, religiosos), no âmbito das investigações e das práticas geográficas.

Para isso, buscaremos compreender a transformação de um lugar para um território, investigando quais são as *territorialidades* estabelecidas por esses sujeitos, considerando as relações construídas em situações do viver, do habitar, do consumo, do trabalho, do lazer, do cotidiano. Ressalte-se que tais elementos, partilhados entre os grupos sociais, são importantes mecanismos para se manter os traços culturais, constituindo, assim, territorialidades específicas que formulam convenções, práticas sociais, sentimentos de pertença etc. Nesse âmbito, é que postulamos que o conceito/ categoria território permitirá a análise do processo e a trajetória da comunidade quilombola em questão, a partir da perspectiva, da compreensão e da interpretação dos diversos sujeitos que o constroem.

2.3.3 - Coleta de dados

Nesses tempos loucos de isolamentos e restrições, perdemos muito. Tudo se restringe. O alcance de nossas vozes, nossas vivências espaciais. A cidade se torna uma lembrança de uma foto, não na parede, mas na tela, na rede, na nuvem. Tínhamos nossas rotas, nossos lugares preferidos, nossas rotinas eram interligadas aos percursos, aos caminhos e pedaços diversos com a cidade, que se encolheu. A rua, a tomada da rua, a saída para a rua, o medo da rua, a rua que podia ser apropriada e vivenciada, hoje “é fotografia na parede. Mas como dói! “Nos resta a nossa própria casa e nosso próprio corpo, como territórios (nem tão) inalcançáveis, nestes tempos loucos de restrições e isolamentos. E é o que me resta, para fazer ecoar o que da minha voz precisa ser dito (Santos, maio de 2020).

Os recentes acontecimentos em relação à pandemia do Coronavírus nos condicionaram a mudarmos em vários aspectos toda uma rotina estabelecida por meio do contato. Esse tema de pesquisa, inclusive, é resultado de uma mudança de proposta que teve de ser reformulada em razão da impossibilidade das vivências e dos trabalhos investigativos em campo, tão

essenciais para as impressões etnogeográficas. A escolha em direcionar o foco para as comunidades e territórios tradicionais em Belo Horizonte se deu pela proximidade geográfica para os deslocamentos, vislumbrando um futuro de menos restrições aos contatos, possibilitando, assim, a experiência em campo. Entretanto, a pandemia não só se estendeu em duração, como também se intensificou. Com isso, os momentos pensados em campo tiveram de ser reinventados e adaptados ao contexto, assim como o cotidiano agora em grande parte vivenciado pelas telas dos computadores.

Nesse âmbito, aspectos antes pensados como elementos secundários no processo da pesquisa passaram a ter um protagonismo no desenvolvimento do estudo, uma vez que o contato direto agora estava condicionado a momentos muito restritos. Assim, a imersão e a análise documental e bibliográfica foram etapas que proporcionaram preencher (em suas devidas proporções) de conteúdo a pesquisa, especialmente os materiais recentemente elaborados para o IEPHA e o INCRA, visando ao reconhecimento cultural imaterial, bem como a regularização do território quilombola pleiteado, especificamente.

Outra etapa que tomou a frente na produção desta dissertação foi o uso do geoprocessamento que possibilitou o cruzamento de informações diversas que convergiram em uma representação da espacialidade dos processos e dos elementos de territorialização tanto do Kilombo da Família Souza, quanto da identificação dos territórios e das territorialidades negras em Belo Horizonte, que são parte fundamental para o entendimento da formação do território quilombola estudado. Com base no levantamento bibliográfico sobre territórios negros (o que são e de que se constituem), especialmente em contextos urbanos, foi montado um banco de dados espacial, composto por dados de população, de manifestações culturais, de religiões afro-brasileiras, de bairros populares, que permitiram estimar, a partir da convergência desses elementos no mapa, onde se concentram essas territorialidades na cidade de Belo Horizonte e como elas se refletem na insurgência dos quilombos existentes atualmente na cidade.

O uso da linguagem cartográfica vem em parte junto à minha experiência profissional com trabalhos no âmbito das cartografias participativas, as quais, como mostram os trabalhos desenvolvidos por Acselrad *et al.* (2008; 2010) e Almeida (2010) especialmente nos projetos ligados à Nova Cartografia Social da Amazônia, têm contribuído nos estudos da área, bem como na reafirmação dos direitos de comunidades e de territórios tradicionais. É importante lembrar ainda que o uso do geoprocessamento neste trabalho tem também como inspiração os trabalhos desenvolvidos por Anjos (2004; 2011).

Essas duas etapas da pesquisa permitiram responder aos questionamentos tratados nesta dissertação, contribuindo também para reestruturar e para ajustar os direcionamentos da escrita e os caminhos a serem seguidos para complementar, com dados e com estudos, análises ainda não contempladas pelos documentos institucionais recentemente elaborados. Questões que ficaram em aberto nessa etapa foram direcionadas a perguntas nos questionários das entrevistas¹⁰ e ajudaram também na elaboração das estratégias de abordagens em campo. Além do mais, a partir dessas etapas, foi possível descrever e cartografar a trajetória do kilombo Souza no espaço em que está inserido, traçando a configuração do território e suas transformações ao longo do tempo e em diferentes contextos históricos. Foi possível a identificação dos processos de posse e de apropriação do espaço, levando em consideração a multiplicidade de manifestações e de poderes, por meio dos sujeitos que os constroem, sejam eles, indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições etc. (Haesbaert, 2003, 2014).

Em meados do mês de fevereiro de 2021, fui convidada a integrar à equipe de diversos profissionais que estavam desenvolvendo os relatórios e dossiês sobre o Kilombo da Família Souza para o INCRA e o IEPHA, e esta inserção, além da produção da dissertação, colocou-se em um processo de pesquisa em que foi necessário utilizar-se da participação observante, a partir do momento em que eu estava tanto participando de alguns dos processos empreendidos pela comunidade no reconhecimento de seu território quanto também os observando. De acordo com Peruzzo (2017, p. 173), na participação observante, espera-se que a pesquisadora ou o pesquisador se relacione,

[...] com o grupo estudado de modo a vivenciar as atividades relacionadas ao “objeto” em estudo e desempenhar algum papel cooperativo no grupo. Em geral, isso ocorre apenas em parte da vida do grupo e não no seu todo, o que quer dizer que se participa somente nas ações diretamente relacionadas ao foco investigado. Exemplo: um pesquisador que esteja estudando uma rádio comunitária num bairro não precisa morar nele, mas deve, sim, participar de todas as reuniões da equipe de comunicação, do processo de planejamento, produção e difusão de programas, de momentos em que a rádio está no ar e de todas as demais atividades relacionadas à rádio, como uma eventual visita ao Ministério das Comunicações ou uma passeata. É recomendável ainda que participe de outras atividades importantes, tais como festas, assembleias e comemorações especiais.

Esse processo se deu tanto nos momentos de participação em reuniões com a equipe que estava desenvolvendo os estudos, quanto nas reuniões demandadas pela própria comunidade na discussão de estratégias e decisões. Embora boa parte desses momentos tenham ocorrido de

¹⁰ Disponível no Apêndice B, página 151.

forma remota, houve, ao longo dos processos, visitas a campo no território do Kilombo (Figuras 3 e 4).

Figura 3: Percurso de reconhecimento e apresentação do território junto a parceiros e à equipe componente do estudo do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do INCRA



Fonte: Jéssica dos Santos. Abril de 2021.

Figura 4: Reunião de construção da árvore Genealógica para o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) para o INCRA.



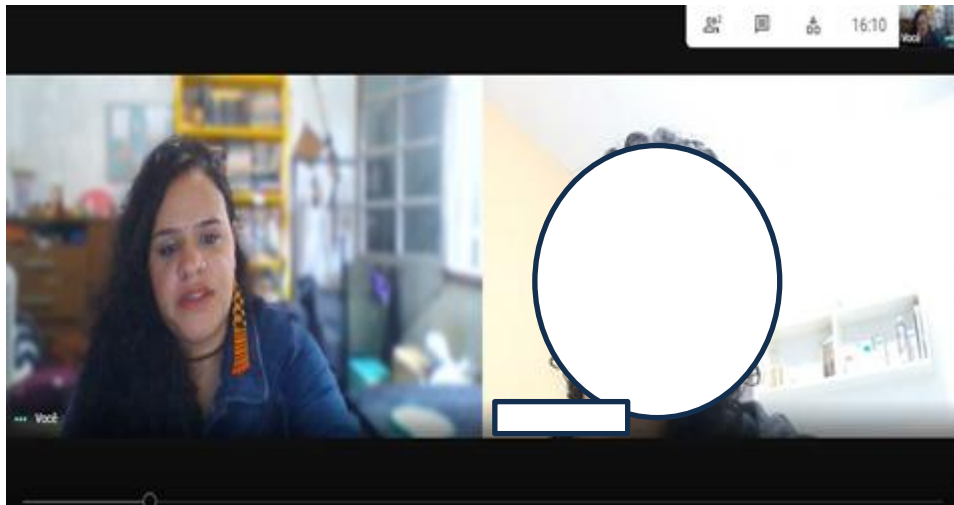
Fonte: Jéssica dos Santos. Maio de 2021.

As entrevistas abertas e as entrevistas narrativas integrantes especificamente da dissertação para a coleta de dados com a população do quilombo foram realizadas por meio de plataformas de reuniões on-line (*Google Meet*, *Jitsi Meet*). Em razão de que esse processo demandava um tempo maior de interação entre a pesquisadora e as entrevistadas. Foram realizadas cinco entrevistas, entre abril e junho de 2021, todas com mulheres, que se disponibilizaram a participar da pesquisa e que foram indicadas pela liderança do Kilombo Souza. A entrevista remota, embora limitante de observação do contexto territorial local e das formas de interação com este, é a forma mais segura atualmente de realizar esses processos de pesquisa. Apesar das limitações, como observado por Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020, p. 962), “o nível de conexão entre pesquisador e participante nas entrevistas online por videoconferência pode ser similar às entrevistas presenciais”.

Além da segurança em relação ao Coronavírus, esses autores supracitados identificaram algumas outras potencialidades no uso de entrevistas on-line, tais como economia de recursos financeiros, maior abrangência geográfica, e destacam que as entrevistas on-line também proporcionam maior conforto na participação dos entrevistados, além de gerarem um volume de dados “expressivamente maior em comparação a entrevistas baseadas em textos” (p.962).

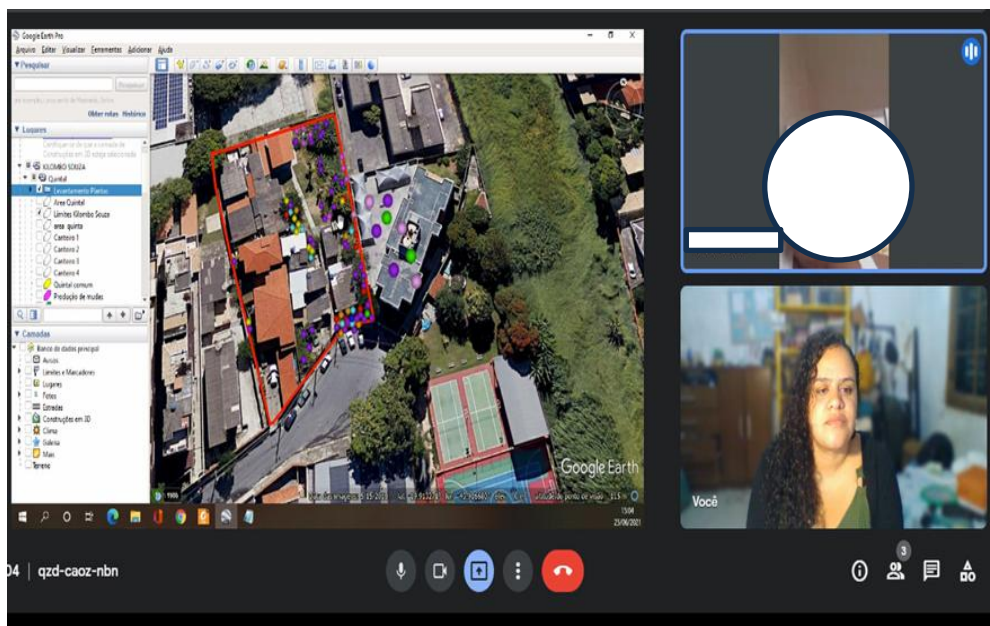
As entrevistas foram realizadas de forma síncrona (com interação simultânea) e assíncrona, quando necessário buscar dados ou mais informações não respondidas. Nas salas de videoconferências, as entrevistas foram gravadas, com as devidas autorizações, e contemplavam além de uma estrutura de perguntas norteadoras, momentos de mapeamento pelo *Google Earth*, com identificação dos geossímbolos do/no território; as interações espaciais no bairro e na cidade ao longo do tempo (figura 6), buscando traduzir a dimensão cultural desse território, com base nas contribuições de Vargas (2015; 2017) e sua proposta metodológica sobre as cartografias culturais que auxiliam no entendimento das espacialidades vividas das memórias, das identidades etc.

Figura 5: Realização de entrevista remota 01



Fonte: Jéssica dos Santos.

Figura 6: Mapeamento Participativo remoto 02.



Fonte: Jéssica dos Santos.

Durante as entrevistas, foi aplicado e construído junto aos entrevistados o Diagrama de Venn¹¹, que além de identificar “o grau de envolvimento e de importância dos órgãos públicos, instituições privadas, grupos comunitários, ONGs, projetos, programas e as relações entre eles”

¹¹ O Diagrama de Venn é uma das ferramentas utilizadas nos processos de DRP (Diagnóstico Rural ou Diagnóstico Rápido Participativo), segundo Verdejo (2006), serve para análises que visam compreender processos relacionais.

(Almeida, 2010, p. 64) e a comunidade, foi utilizado também para identificar práticas e elementos (de ontem e de hoje) no território que apresentam uma maior dimensão, na perspectiva dos quilombolas, de representação especialmente em relação aos interesses e às reivindicações em torno do território.

Com os moradores do Kilombo Souza, as entrevistas buscaram investigar e compreender quais as territorialidades exercidas (Sack, 1986: 19), a partir de um levantamento considerando o Conceito de Cosmografia definido por Little (2002), e que levam em consideração, particularmente, as ideologias e as identidades – coletivamente criadas e historicamente situadas – desse grupo social para estabelecer e manter seu território (sendo, portanto, também espacialmente fundamentadas). De acordo com o autor, o conceito inclui ainda o entendimento dos regimes de propriedade, os vínculos afetivos estabelecidos e experimentados, além da história de ocupação guardada na memória coletiva e, por fim, o uso social do território e as formas de defesa dele.

Para isso, o questionário foi dividido em partes. A primeira, levantou informações pessoais dos entrevistados (traçando o seu perfil), suas trajetórias de vida e suas percepções acerca dos conceitos trabalhados pela pesquisa, tais como: Território, Comunidade Quilombola, População Tradicional, Identidade etc. O segundo segmento do questionário teve um caráter histórico, com destaque para os recortes espaciais e os marcos (temporais) de territorialidade da comunidade. Nesse conjunto de questões que orientaram a conversa, investigamos quais elementos representavam o lugar e quais foram preponderantes para a configuração do território, tendo, como auxílio, cartografias de outros recortes espaciais, por eles reconhecidos, antes da configuração do domicílio atual, datas e pessoas importantes, as áreas de uso, registros toponímicos, as manifestações culturais, os regimes de propriedade e/ou posse, os vínculos afetivos e as formas de defesa, baseadas nos elementos de identificação da territorialidade, propostos por Little (2002).

Por fim, a última parte das questões com os moradores da comunidade foi estruturada para compreender o inter-relacionamento dessas comunidades com as diferentes esferas institucionais que atuam nesse território, bem como compreender como os quilombolas percebem os aspectos de institucionalidade de seus territórios e dos sujeitos políticos que agora representam, enquanto população tradicional em contexto urbano.

Mesmo com as etapas remotas, foram realizados campos ao território estudado (tabela 1) para reconhecimento, momentos de observação e familiarização, registros fotográficos e impressões sobre a realidade local. Nesses momentos de interação presencial, foram realizadas

as travessias ao território. De acordo com Verdejo (2006, p.30), essa ferramenta de Diagnóstico Rápido Participativo permite “obter informação sobre os diversos componentes dos recursos naturais, a vida econômica, as moradias, as características de solos, etc.” Assim, considerando as entrevistas realizadas, foram observados e feitos levantamentos de informações mais particularizadas (como identificação dos locais para uso ritualístico, elaboração do croqui do quintal e o levantamento das espécies plantadas etc.), além de oportunizar momentos de participação em outras atividades.

Figura 7: Reunião com a subsecretaria de Segurança Alimentar (PBH), maio de 2021.



Fonte: Jéssica dos Santos.

Tanto em campo, quanto nas entrevistas remotas, foi utilizado o **diário de campo**, que auxiliou na compreensão e na identificação das impressões sobre as atividades, bem como o registro dos interesses e das reivindicações em torno do território e o levantamento das interações entre os atores sociais envolvidos.

Finalizados os processos de investigação, coleta de informações e dados, os resultados parciais foram apresentados à comunidade de forma a validar e mostrar o desenvolvimento da pesquisa. Essa reunião ocorreu no Kilombo Souza, respeitando os protocolos necessários e exigidos em relação à Covid-19, como distanciamento, uso de máscaras e disponibilização de álcool em gel. Foram realizadas atividades dinâmicas, como roda de conversa, apresentação

projetada de mapas e de fotos, respostas a dúvidas e a questionamentos e aplicação final do Diagrama de Venn.

Figura 8: Quadro com as datas, atividades de coleta de dados realizadas e formatos

Data da atividade	Tipo de atividade	Remota/presencial
25/02/2021	Reunião para alinhamento das contribuições no projeto	Remota
08/03/2021	Início da participação nos trabalhos para elaboração do Dossiê de Salvaguarda - IEPHA	Remota
18/03/2021	Aprovação do projeto pelo Comitê de Ética	-
06/04/2021	Reunião – Ações de Salvaguarda Dossiê IEPHA	Remota
19/04/2021	Entrevista 01	Remota
06/05/2021	Entrega do Dossiê Salvaguarda	-
10/05/2021	Reunião Relatório INCRA	Remota
12/05/2021	Visita ao território	Presencial
13/05/2021	Entrevista 02	Remota
25/05/2021	Reunião Relatório Técnico de Identificação e Delimitação INCRA	Remota
26/05/2021	Entrevista 03	Remota
31/05/2021	Reunião Relatório Técnico de Identificação e Delimitação INCRA	Remota
08/06/2021	Entrevista – 04	Remota
14/06/2021	Reunião – Elaboração da Árvore Genealógica – RTID INCRA	Presencial
16/06/2021	Reunião – Subsecretaria de segurança Alimentar e Nutricional e Mapeamento do quintal	Presencial
25/06/2021	Entrevista – 05	Remota
10/07/2021	Entrega parcial do RTID	Remota
14/08/2021	Reunião com a Comunidade – Apresentação parcial de resultados e validação	Presencial

Fonte: Elaborado pela autora

Aliado aos aspectos interpretados pelas categorias de análise do território, o trabalho buscou compreender as gestões das afetações (Zhour *et al.*, 2018), em relação à transformação do lugar de moradia em comunidade/território quilombola institucionalizado, bem como à compreensão das relações de poder ou ao que as influencia em diferentes sentidos, nesse

processo. Aqui procuraremos mapear **o conflito que desencadeou no reconhecimento da condição de comunidade quilombola da família Souza, procurando evidenciar** elementos de convergências e de divergências nesse processo de torna-se quilombo, sejam eles constituídos por aspectos simbólicos, políticos, institucionais etc.

3 GEO-GRAFIAS CONVERGENTES: UM PERCURSO A COMPREENSÃO DOS QUILOMBOS EM CONTEXTO URBANO

3.1 Geo-grafias Convergentes – Um Percurso

Para um estudo que aborde quilombos em um contexto urbano, procurando compreender os processos e as estratégias para a constituição e a formação desse território, precisamos considerar aspectos de formação da identidade e como os elementos culturais, sociais e territoriais influenciam nesse processo, as temporalidades sobrepostas e/ou as trajetórias socioterritoriais até a conformação atual, que ressignifica os espaços da cidade; precisamos saber onde estão as pessoas que produzem o espaço da cidade e como produzem e se apropriam destes (territórios quilombolas e/ou territórios negros).

Este tópico da pesquisa resgata primeiramente o conceito (ou neologismo) Geo-grafias para abarcar dois sentidos. Primeiro, estabelecer um diálogo para além das fronteiras impostas pelas temáticas trabalhadas nos diferentes campos do saber/fazer ciência geográfica e, de maneira pulverizada, encontrar as convergências entre as áreas culturais, sociais e as abordagens decoloniais, que aglutinam outras ontologias/geo-grafias no processo de compreensão do espaço geográfico. Um segundo sentido na escolha desse conceito como “ponto de partida” é que a prática observada no percurso da pesquisa com os sujeitos e o território estudado nos levaram a esses caminhos não lineares.

Para alcançar a compreensão desse contexto e trazer contribuições do processo de reconhecimento, afirmação, territorialização de territórios quilombolas em um espaço urbano, a proposta é desenvolver uma pesquisa dialógica na busca de dados e na potencialidade dos resultados que ela pode proporcionar. Tais abordagens que configuram e constituem os sujeitos e os lugares desta pesquisa se mostram desafiadores, pois são temas que comumente são tratados e abordados separadamente e analisá-los em conjunto demanda esse diálogo.

Começando, então, pela abordagem cultural, de acordo com Correa e Rosendahl (2012), na geografia, a temática foi se estruturando de forma a definir dois caminhos principais, que se distinguem particularmente pela adoção ao conceito de cultura adotado, mas também pela gênese e pelo percurso de cada um. A linha mais tradicional da Geografia Cultural tem como base os estudos desenvolvidos por Sauer, sendo por isso, denominada de “*Geografia Cultural Saueriana*” e, de acordo com Claval (1999), estende-se de 1890 a 1940. Nessa linha, a Cultura

é entendida em um termo *mais* amplo, que engloba diferentes aspectos que envolvem desde os costumes e as crenças, até as manifestações culturais em uma perspectiva determinista e meramente descritiva desses fatos.

A outra linha, denominada “*Geografia Cultural Renovada*”, o Conceito de Cultura é entendido por meio dos significados “[...] criados e recriados pelos diversos grupos sociais a respeito das diferentes esferas da vida em suas específicas espacialidades” (p.8), adotando uma análise interpretativa e não determinante, sendo o “reflexo, meio e condição de existência e reprodução dos diferentes grupos sociais” (Corrêa e Rosendahl, 2012, P.9). Para Hoefle¹² (2012, p.31), a ideia de Cultura trabalhada pela Nova Geografia Cultural tem influências “pós-estruturalistas (poder, resistência) e pós-modernistas (processos comunicativos e simbólicos) ”.

A Nova Geografia Cultural¹³ começa a se consolidar na década de 1980 (Corrêa e Rosendahl, 2012) e é marcada como um momento fundamental à expansão da Geografia Humanista e Cultural (Deus, 2010; Corrêa e Rosendahl, 2012; Hoele, 2012), bem como foi expressiva para os estudos que se desenvolveram a partir dos diálogos entre conceitos marxistas e humanistas especialmente focados nas obras de Denis Cosgrove (1998), mas também com contribuições de Kobayashi e Mackenzie (1989) e Frémont (1980).

Nesse diálogo, os autores tinham, na paisagem, a categoria para a análise do espaço, destacando que os aspectos culturais e os aspectos econômicos são necessários para a compreensão “mais completa e concreta da realidade e da dinâmica social” (Deus, 2010, p. 21). Compartilhamos com essa perspectiva de diálogo e reafirmamos o entendimento de Frémont (1980), que considera que a “percepção do espaço, não ocorre em uma sociedade neutra, e por isso a investigação do espaço vivido, deve considerar “as forças que o condicionam, uma vez que são as relações econômicas que constituem as estruturas fundamentais do espaço” (Frémont, 1980, p.59 *apud* Deus, 2010).

¹² No artigo denominado “Epistemologia e teoria cultural”, publicado no primeiro volume de “Geografia Cultural: Uma antologia”, organizado por Correa e Rosendahl (2012), Scott William Hoefle revisita diferentes concepções sobre o Conceito de Cultura, destacando, porém, a partir das três principais epistemologias científicas (fenomenologia, empirismo e o racionalismo) e como a abordagem foi pensada ao longo do tempo sem, entretanto, seguir uma ordem cronológica. O Artigo traz um interessante panorama com abordagens desde a sociologia, a antropologia, as ciências naturais e como todo esse espectro disciplinar influenciou nas abordagens da própria geografia. Destacamos, a partir deste artigo, elementos trazidos pelo autor que hoje são discutidos pelos estudos decoloniais.

¹³ Na primeira metade da década de 1990, o debate entre as duas linhas interpretativas da geografia cultural era intenso e, em 1994, com a publicação da coletânea *Re-reading Cultural Geography*, chegou ao fim, o que James Duncan denominou de “guerra Civil” (Correa e Rosendahl, 2012). Nessa mesma época, no Brasil, também se começa a se consolidar a geografia cultural, com a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC), na UERJ.

As tentativas de aproximação entre os conceitos marxistas e humanistas revelam uma estreita relação dos aspectos culturais e as questões de poder. Para Serpa (2019), citando Cosgrove (1998), o poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Serpa (2019, p.18) ainda nos lembra que, para Cosgrove (2003), sendo a cultura o objeto central de compreensão adotado pela geografia, “[...]uma geografia marxista precisa reconhecer que o mundo vivido, mesmo que simbolicamente [...], tem expressão material, não devendo negar sua objetividade [...]”. As relações de poder influenciando nos aspectos culturais não se mostram, na maioria das vezes, de forma explícita, mas se transmutam em algo comum, configurando em uma hegemonia cultural. Assim, na perspectiva trazida por Cosgrove (1998), existem e coexistem culturas dominantes, subdominantes e alternativas, que estão presentes em termos políticos, idade, etnicidade (Serpa, 2019).

De acordo com Claval (2008), as abordagens culturais na geografia e suas interpretações partem de três perspectivas, entendidas por ele como tipos ideais: o estudo das representações, a descoberta da corporeidade e de seus ritmos e a análise dos processos culturais. Claval (2008) aponta que tais perspectivas, dada as suas especificidades, permitem abordagens diversas e, ao mesmo tempo, complementares entre si especialmente pelo fato de que é nos processos culturais que as três vertentes dialogam por meio da capacidade de “sublinhar o papel da subjetividade, de dar conta do papel das representações e do peso dos dados corporais” (p. 28), apreendendo o sentido da vida tanto individual, quanto coletiva.

Em sua proposta para indicar os caminhos na realização de uma análise geocultural do espaço, Bonnemaïson (2013) salienta que é preciso a compreensão das representações culturais por meio do estudo de suas expressões espaciais. Para este autor, "trata-se de reencontrar os lugares nos quais se exprime a cultura e, depois, a espécie de relação secreta e emocional que liga os homens à sua terra, e no mesmo movimento, funda sua identidade cultural” (p. 289). Essa proposta de Bonnemaïson, diferentemente das análises mais clássicas da Geografia Cultural, tem, na categoria território, o conceito base para realizar as análises, pois, de acordo com o autor, a Cultura é um aspecto que não pode estar separado do território, pois é por ele que ela se fortalece e exprime a relação simbólica com o espaço (p.289), determinada tanto por sua dimensão territorial, quanto por sua dimensão histórica.

Levy (2015), em um artigo crítico sobre o sentido da Geografia Cultural, começa suas indagações a partir de questões sobre qual a contribuição da noção de Cultura como ferramenta do mundo social e quais os efeitos dos estudos e debates produzidos a partir dessa perspectiva centrada no cultural. Ele, assim como outros autores como Sahr (2012), Cosgrove (1998),

acreditam que essa abordagem precisa abarcar a dimensão e as totalidades dos fenômenos sociais e não apenas como uso substancial do termo Cultura para fixar fronteiras de análises restritas.

Como salientado por Sahr (2012), é preciso que a abordagem cultural da geografia esteja atenta a realidades moventes ou latentes, aos objetos imateriais que são fundamentais para compreender as lógicas sociais, e Cosgrove (1998) nos lembra que a Cultura serve para unir aspectos fundamentais do ser social e que o termo, por isso, é incapaz de “definição clara como um conceito objetivo, mensurável e compreensível apenas através da prática (p. 5). É, nesse sentido, que a primeira convergência se faz necessária, a geograficidade/espacialidade de uma análise cultural com o social, de acordo com Bonnemaïson (2012).

[...] toda análise geocultural deve procurar definir esse espaço no qual se aloja a cultura. Isso não é simples, pois a cultura não organiza o espaço, mas o penetra. Ela desenha no solo uma semiografia feita de um entrelaçado de signos, figuras e sistemas espaciais que são a representação. [...] Essa semiografia quadricula o espaço de territórios que são sociais e, mais profundamente, culturais [...] o espaço social é produzido; o espaço cultural é vivenciado. O primeiro é concebido em termos de produção e organização; o segundo, em termos de significação e relação simbólica. Um enquadra; o outro é portador de sentido. (p.291).

Nesse aspecto, como lembra Claval (2012), a diversidade da sociedade brasileira (étnicas, tradições religiosas, dos sincretismos, dos comunitarismos) oferece um campo vasto de possibilidades para a compreensão desses aspectos, auxiliando a desvelar o peso dessa diversidade herdada. Esse campo vasto de estudos compreende desde os aspectos denominados por Claval (2012) como comunitarismos (novos ou ressuscitados), nos casos dos grupos indígenas e dos quilombos, até aspectos mais diversos que se articulam nos grandes centros urbanos das cidades brasileiras.

Entretanto, esta pesquisa demanda e procura se embasar considerando esses aspectos diversos da sociedade, mas compreendendo-os pelo que Haesbaert (2012) denomina de Hibridismo Cultural, para dar conta dos paradoxos e das complexidades que envolvem a contemporaneidade, permeados por suas contradições e conflitos. De acordo com Haesbaert (2012), o Hibridismo Cultural, especialmente aquele traçado sob o contexto latino-americano, representa uma forma de resistência, que recria novas formas de construção de identidades pela mistura para além das rupturas com um projeto de sociedade hegemônico colonizador. O autor salienta que é preciso valorizar tal hibridismo como um processo, reconhecendo os sujeitos e suas diversidades na produção de uma geopolítica no espaço permeadas pelas geometrias do poder (MASSEY, 1994).

Haesbaert (2012) propõe uma releitura, voltada à análise espacial, da antropofagia de Oswald de Andrade, em que denomina de “hibridismo antropofágico brasileiro-latino-americano, dotado de um sentido claramente positivo” (p. 32). Acrescentando um olhar geográfico a esse processo ou a dimensão espacial, para ele, “a “filosofia” antropofágica sem dúvida antecipou o pensamento pós-colonial, preocupado antes de tudo com a contextualização das epistemes pela natureza geo-histórica de sua produção (p. 33).

De maneira similar a essa proposta, Gonzalez (2020), ao analisar o contexto de formação sociocultural do Brasil e a influência da raça e do racismo nesse processo, propõe o uso da categoria político cultural da “Amefricanidade” para designar a população negra da América, entendendo que o termo permite “ultrapassar as limitações de carácter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A América como um todo”(p. 135).

Essa categoria foi proposta por González, inclusive, a partir das observações das manifestações culturais negras de outros países do continente americano, em que a autora percebeu grandes similaridades entre elas, da América do Norte a América do Sul. Ela pontua ponderações quanto ao tipo de racismo implementado durante o processo de colonização, que se diferencia entre as Américas Anglo-Saxônica e Latina. Enquanto na primeira operava-se uma forma de racismo aberto, com extrema segregação dos não brancos, na segunda, ela operava de forma mais disfarçada, assimilando a miscigenação aliada à ideia de democracia racial.

Esses aspectos, de acordo com Gonzalez, são essenciais para compreender as formas de resistência antirracistas adotadas. Na América Latina, por exemplo, “a força do cultural se apresenta como a melhor forma de resistência” (p. 133), permitindo recriações, (re)interpretações culturais que, considerando uma perspectiva histórica e cultural, diferenciam-se das tradições estritamente africanas, permitindo voltar o olhar à realidade estabelecida nos diferentes locais, sem perder os pontos que se conectam.

É com base nessa proposta que a segunda convergência para a compreensão dos aspectos discutidos nesta pesquisa, especialmente no que diz respeito a essas contribuições de Haesbaert (2012) e Gonzalez (2020), encontra-se, pois dialoga muito com os estudos com base na decolonialidade, suas propostas e suas discussões em torno das colonialidades do saber, do ser, do poder, da natureza e com um foco específico, mas não limitado e fechado, incluímos também a colonialidade nos/na formação de territórios. As discussões em torno das ideias decoloniais se fazem pertinente nesta pesquisa, pois, como afirma Quijano (2005), é por meio da raça e não do poder que a ideia da superioridade étnico - racial e epistêmica do europeu sobre

outros povos, (ao passo que simultaneamente negou outras matrizes de racionalidades e saberes), permeou e ainda permeia as formas de organização da sociedade em que vivemos.

Mesmo após o fim do período colonial, esses elementos servem ainda hoje como meios coercitivos para o exercício do poder; da dominação e da subalternização de outros saberes e povos. Especialmente para as questões raciais discutidas no âmbito dos estudos da decolonialidade, Santos (2017) destaca agendas de proposições teóricas, que são importantes contribuições acerca dessas temáticas na geografia, sendo elas:

- (i) produzir uma releitura do processo histórico de formação do mundo contemporâneo, que rompa com os cânones eurocêtricos marcadamente hegemônicos, (ii) repensar os processos de produção de saber científico, em sua dimensão epistêmica (marcados pela chamada epistemologia de “ponto zero”), valorizando a multiposicionalidade desta produção a partir de distintos “lôcus epistêmicos”; e (iii) compreender as realidades sociais a partir de uma multiplicidade de eixos de relações de poder (que envolvem dominação, exploração e hierarquização) combinados (p.57 e 58).

É o que também já pontuava Bonnemaïson¹⁴ (2012) ao atribuir que o conceito de etnia na geografia está estritamente ligado ao conceito de área cultural e, além do mais, para esse autor, em grande parte, a temática étnica aparece “ligada a um contexto ideológico, ligado ao passado colonial, porque ficou por um longo tempo confinada numa definição muito estreita” (p. 284). Bonnemaïson (2013, p.285) ainda assinala que as temáticas étnicas estão “frequentemente ligadas a uma expressão política [...] um território, ou pelo menos, certa área de ocorrência espacial” e, por isso, para ele, “etnia e território são os dois conceitos que comandam a abordagem cultural (p. 283).

Na Geografia Brasileira, a temática racial ou étnica é, de acordo com Ratts (2020), uma abordagem bem recente, compreendendo um período em torno dos últimos 20 anos. O tema da questão étnica encontra, no conceito de território, um campo fértil para desenvolver sua discussão e, inicialmente, era comum a “ideia de que se tratava de um estudo antropológico”. É nesse processo de compreensão das comunidades quilombolas na contemporaneidade que esses temas vão ser debatidos em grande parte e, por isso, como salientado por Ratts (2020), por meio da categoria território que a temática étnica/racial vai se consolidar e ganhar espaço na academia, especificamente na geografia, mesmo que inicialmente de forma mais regionalizada.

¹⁴ Embora a referência seja de um texto de 2012, incluído na coletânea elaborada por Corrêa e Rosendahl (2012), o trabalho intitulado “Voyage autour dy territoire”, foi publicado originalmente em 1981.

Silveira e Melo (2020) analisaram as produções e publicações em periódicos brasileiros nos últimos 20 anos (2000 a 2019) em que a temática quilombola, (especialmente em relação à formação de territórios, às suas dinâmicas socioespaciais, à territorialidade e à identidade), foi abordada nesse período, e os resultados mostram que, apesar dos estudos com esse assunto terem um aumento especialmente nos últimos 10 anos, temas que abordam populações e territórios tradicionais em contextos urbanos são escassos dentro dessa linha interpretativa da geografia.

Como afirma Oswald de Andrade, “só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente”. Se acrescentamos culturalmente e espacialmente, isso se converge no território e em seus diversificados processos e formas de se reproduzir e produzir no espaço para além desse fixo que o conceito representa. Como lembra Sarh (2012), é “graças à cultura, que os humanos se tornam seres sociais”.

Para isso, como pontua Massey (2005), é preciso considerar as multiplicidades envolvidas nesse processo, e Cruz (2017) salienta a necessidade de ultrapassarmos os sentidos metafóricos dos conceitos e categorias que utilizamos para dotá-los de “consistência teórico-metodológica capaz de considerar a geograficidade como um elemento essencial em termos ontológicos e epistemológicos para compressão de nossas sociedades, suas geograficidades sociais e políticas, as geograficidades das relações raciais, a organização espacializada e racializada das relações sociais (Santos, 2017).

3.2 Da Geograficidade às Práticas Espaciais Dissidentes

Pesquisa é a arte de construir possibilidades de diálogos (Hissa, 2013), e esta dissertação se propõe a dialogar sobre territórios e lugares. Para isso, compartilhamos a compreensão de que as relações dos sujeitos com o espaço devem ser concebidas para além dos aspectos dicotômicos de entendimento moderno de mundo em suas variadas esferas. Cirqueira e Spósito (2019) destacam duas principais linhas de abordagem da geograficidades, que são entendidas como complementos de análise do espaço vivido. A Geograficidade no campo existencial (tendo Dardel como principal expoente) e as Libertárias (com Reclus, Kropotkin e Metchikof como representantes) se configuram, para esses autores, como uma oposição do pensamento neopositivista, sustentado pela pretensa neutralidade científica (p.13) e se colocam no cerne da geografia que se propõe

[...] confrontar os modelos hegemônicos de ordenamento territorial (discurso libertário) e de reconstruir significado, experiência e práticas outras do ser e vivenciar o espaço (discurso existencial), fora do prisma convencional, normatizado e hegemônico [...] o principal papel da geograficidade libertária e existencial é ter um caráter eminentemente social, politicamente dissidente, como experiência e prática espacial [...] para reconstruir formas de pensar, ser e organizar o espaço vivido, resultado desse, subversivo à lógica material dominante (Cirqueira e Spósito, p. 12 e 13, 2019).

Nosso ponto de partida, considerando a Geograficidade como parte da análise nesta pesquisa, baseia-se pelos aspectos supracitados, considerando particularmente o viés libertário do geográfico e o seu significado e a sua relação com o espaço vivido, que é, ao mesmo tempo, simbólico e concreto, permeando contradições e convergências dos espaços de representação.

De acordo com Cirqueira e Spósito (2019), o Conceito de Geograficidade afirma que a prática espacial, em se tratando do cotidiano, significa dotar o espaço dos aspectos mais ontológicos que nos ligam a ele. Para que possamos dar continuidade a abordagem dos conceitos e das categorias de análise que nos ajudam a entender o que propomos a investigar, faz-se necessário esse percurso da geograficidade às práticas espaciais até a formação de territórios. Com isso, é importante lembrarmos, primeiramente, que o Conceito de Geograficidade, ao longo do pensamento geográfico, é um conceito que é abordado, em termos de conteúdo, em três principais momentos.

O primeiro tem como expoente os trabalhos de Paul Michotte, geógrafo belga, que traz o conceito em seu livro de 1921, denominado “Nova orientação em Geografia”, em que esse autor aborda o conceito em uma perspectiva epistemológica, nas palavras de Besse (2009, p.286) *apud* Cirqueira e Spósito (2019, p. 62), a intenção é a de “identificar a geografia entre as ciências, formulando o campo de objetos que ela tem que dar conta”.

O segundo é representado pelo clássico de Eric Dardel, “O homem e a Terra” de 1952, e, de acordo com Cirqueira e Spósito (2019), consegue trazer uma abordagem distinta do que foi a primeira conceituação abordada por Michotte ao dialogar com a geograficidade em uma perspectiva filosófica, na qual “a geografia é mais que uma ciência, ela é uma dimensão fundamental e original da existência humana” (Cirqueira e Spósito, 2019, p.63). Ainda de acordo com os autores, a concepção trazida por Dardel se configura por um lado como um momento da experiência vivida e por outro como um momento espacial de todo o fenômeno.

Os autores dizem que uma terceira vertente que complementa o que até então vinha sendo discutido em torno do termo é observada nas obras de Lacoste (1979, 1990 e 2005), trazendo, especialmente, elementos do conceito nas obras de Élisée Reclus, principal autor

estudado no livro de Cirqueira e Spósito (2019), em diálogo com outros geógrafos da chamada linha libertária/anarquista da geografia.

Os autores salientam que, embora, nas obras dos referidos autores libertários, o Conceito de Geograficidade não esteja explicitamente assim denominado, sendo utilizado o termo Sociabilidade, (na perspectiva da geograficidade dos fatos ou a geograficidade em seu caráter epistemológico), o termo se expressa “na forma de experiência e prática do geográfico” (p.39). Assim para Cirqueira e Spósito (2019), embora o conceito não tenha sido aprofundado nas obras desses geógrafos libertários, esses estudos foram essenciais para as reflexões futuras do termo, especialmente em Dardel, autor que tem sido amplamente difundido para as reflexões em torno do conceito.

Os estudos desses autores permitiram que os três encaminhamentos principais supracitados acerca da Geograficidade fossem aprofundados posteriormente, configurando-se como uma síntese e um pioneirismo sobre o conceito. As reflexões em torno da Geograficidade enquanto experiência e prática espacial é a que mais nos interessa neste percurso de pesquisa sobre os conceitos da geografia e na análise do nosso objeto de investigação/reflexão.

A Geograficidade é , inclusive, para Porto Gonçalves (2006) e Cruz (2017, p.30), um elemento primordial e “essencial em termos ontológicos e epistemológicos para compressão de nossas sociedade, no sentido em que a geograficidade permite “trazer o espaço para dentro da história e deixá-lo falar”, permitindo, assim, uma análise do espaço que comporte as diferentes racionalidades, temporalidades, ultrapassando os limites impostos por dualidades dicotomizantes e cerceadoras, por exemplo, na relação entre o material e o simbólico e entre a natureza e a cultura. De acordo com Porto Gonçalves (2001, p. 234), “os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica.”

Tomando como referência a premissa de que os “homens são seres espaciais em sua essência” (Serpa, 2019) e que ao tomar consciência dessa sua relação com o espaço, a partir das diferenciações espaciais, mediadas pelos diferentes padrões sociais e culturais empreendidos nos processos que organizam o espaço (com preponderâncias de padrões hegemônicos que desconsideram a diversidade de possibilidades possíveis desse ser, estar e se apropriar desse espaço), emerge, nos indivíduos e nos grupos, a necessidade de tornar o espaço como uma prática, concreta e simbólica, na busca de autonomia e da gestão de seus territórios (Cirqueira e Spósito, 2019, p. 68).

É a partir dessas ações supracitadas que as práticas espaciais passam a serem apropriadas para outra etapa de relação mais concreta com o espaço. Para Moreira (2001), a construção (estrutura, organização e movimentos) geográfica de uma sociedade é o resultado das práticas espaciais, estas, por sua vez, são, por princípio, categorias carregadas de empirismo, construídas ao longo de nossa jornada pelo acúmulo de nossas geograficidades. Souza (2015) nos diz que o Conceito de Prática Espacial é essencial para o entendimento do espaço, sendo a ponte conceitual para entender especialmente como se manifestam as categorias clássicas, por exemplo, o território e o lugar. Para este autor, o conceito do espaço é ao mesmo tempo, um produto e um condicionador das relações sociais.

Por outro lado, Cirqueira e Spósito (2019) advogam em torno das contribuições dos geógrafos alinhados à geografia Libertária no sentido de que as práticas espaciais nesse viés são entendidas como os processos de atuação mais imediatos e de intervenção direta no espaço, no intuito de “transformar as condições de dominação e de poder nos territórios” (p.85). Para esses autores, ela se configura como uma afirmação do saber geográfico enquanto prática e experiência espacial, sendo, portanto, “uma geografia dos poderes, que repensa as relações de dominação pelas relações de autogestão” (p.85).

Nesse sentido, trazemos aqui as práticas espaciais, uma vez que elas são importantes para o entendimento do espaço, enquanto apropriação e produção deste, como já salientado. Considerando que “a prática espacial de uma sociedade se descobre ao se decifrar o seu espaço”. (Souza, 2015) e que, no neocapitalismo¹⁵, ela está associada “estritamente em um espaço percebido a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e as redes, ligando os lugares de trabalho, da vida privada, do lazer)” (Souza, 2015, p. 239), entendemos que o conceito dialoga, de forma contundente, com a nossa proposta de investigar a transformação do espaço do cotidiano (lugar) em espaço do poder (território).

De acordo com Siqueira e Spósito (2020, p.66), as Práticas Espaciais para Corrêa (2007) são configuradas como “ações localizadas, realizadas por agentes sociais concretos, justamente para dar essa impressão de constante movimento de atuação e mobilidade no espaço”. Ainda citando Corrêa (1995, p.36), os autores trazem importante contribuição ao evidenciarem que as Práticas Espaciais são resultado justamente da tomada de consciência que os humanos possuem em relação ao espaço, refletindo principalmente pela diferenciação espacial. De acordo com os autores, essa tomada de consciência está embasada em “padrões culturais próprios a cada

¹⁵ O **neocapitalismo** caracteriza-se pela **financeirização, flexibilização produtiva e globalização dos mercados**, ampliando desigualdades e precarizações. Para saber mais: HARVEY (2005).

momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciados” (Corrêa, 1995, p.36).

A partir desse contexto, os dilemas em torno da organização espaço se tornam evidentes e a prática espacial se torna a concretude do sentido de ser/ estar no espaço da geograficidade, contribuindo para a transformação desse espaço e, também, dos sujeitos que o experienciam. Como afirmam Cirqueira e Spósito (2019, p.90), “o destino dessas ações e práticas é o modelo de conhecimento historicizado, convertido em movimento de identificação e de transformação [...] fortificando as pontes que ligam o saber geográfico às experiências e identidades legadas do passado”. Souza (2015) também ressalta importância da historicização na concretude das práticas espaciais enquanto um resultado dos vínculos da sociedade e da natureza. De acordo com Souza (2015, p. 247):

As práticas espaciais podem ser, logicamente, de vários tipos. Elas têm servido, ao longo da história da humanidade, ora à dominação, à introdução e manutenção de hierarquias, à coerção e à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo ou de uma sociedade, ora à emancipação, à autodeterminação e ao autogoverno, à autodefesa legítima, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos, diretamente. Em resumo: as práticas espaciais têm servido ora (e com muito mais frequência) a heteronomia, ora a autonomia, ou, pelo menos, à luta contra a heteronomia.

Para Souza (2015) as práticas heterônomas são aquelas espacialidades, caracterizadas e produzidas por uma imposição de poder explícito, que “visam a submissão, ao adestramento, ao enquadramento subalterno dos corpos e das mentes” (p.248). Essas práticas se configuram normalmente como espaços coercitivos, punitivos e que favorecem a atuação e/ou manutenção de um poder hegemônico. Souza (2015) as agrupa em conjuntos de tecnologias de poder, especificados como a soberania, a disciplina, a segurança, a biopolítica, a governabilidade.

O autor identifica também práticas espaciais diametralmente opostas a estas de caráter heterônimo e que são classificadas por ele como práticas insurgentes. Sem ter o intuito de esgotar na identificação dessas práticas, Souza (2015) traz como exemplo seis¹⁶ tipos de práticas insurgentes, lembrando que, no geral, elas estão ligadas à ideia de práxis, um conjunto estruturado de ações que visam à transformação da realidade e que, no caso das práticas insurgentes ou emancipatórias, são dotadas de um sentido crítico em relação ao *status quo*. São

¹⁶ De acordo com Souza (2015) os exemplos de práticas espaciais insurgentes podem abranger um número enorme de manifestações empíricas particulares. O intuito do autor ao trazer seis exemplos práticos, para servirem de referência.

elas, as territorializações em sentido estrito; territorialização em sentido amplo; refuncionalização/reestruturação do espaço material; ressignificação de lugares; construção de circuitos econômicos alternativos e a construção de redes espaciais. Destas elegemos três exemplos que estão descritos abaixo, e que dialogam com o que estamos pesquisando. Entretanto, acreditamos que o nosso objeto de estudo pode vir a se configurar como mais um exemplo de prática espacial, diferente das clássicas já identificadas na literatura especializada.

1. **Territorialização em sentido estrito:** se refere à “apropriação” e ao controle do espaço por meio ou com a ajuda da presença física. A escala espacial, via de regra, é nanoterritorial, às vezes local, ou pelo menos é **assim que as práticas insurgentes começam fortemente enraizadas em lugares específicos.**

2. **Ressignificação de lugares:** de acordo com Souza (2015), nessa prática espacial, a imagem dos lugares é, muitas vezes, disputada entre diferentes agentes. Elementos como as características e as manifestações culturais, os simbolismos e os discursos são acionados e utilizados no campo de disputa. Souza (2015) salienta que o confronto normalmente se dá entre visões de mundo distintas, particularmente entre uma visão hegemônica e outra não hegemônica. Nesse caso, elementos importantes utilizados na luta política são relatos sobre a história dos lugares, a toponímia, as discussões em torno das supostas “vocações” e do futuro dos espaços.

3. **Construção de redes espaciais:** em uma prática espacial com formação de **redes**, corresponde a implementação multiescalar que integra várias ou mesmo muitas experiências de resistência local ou regional e seus respectivos territórios dissidentes. Tal integração permite que sejam alcançadas **sinergias em matéria de visibilidade pública** e de ajuda mútua entre as organizações e os ativistas de vários lugares ocasionalmente ou, em certos casos, até mesmo, de mais de um país.

O contexto em que estamos pesquisando se encaixa nesses exemplos pelos seguintes aspectos. Estamos tratando de um território que é apropriado em escala nanoterritorial. É a casa, o terreiro que faz parte da propriedade de uma família, que precisa ser territorializado. Ali está a presença física que precisa se impor (simbolicamente, politicamente) para fazer valer seus direitos. É o corpo, é a história de vida que delimita o processo de territorialização empreendido, por isso se configura como uma territorialização em sentido estrito.

Essa territorialização surge em razão de uma ameaça explícita. A disputa pela propriedade de um território e a luta pela permanência nele. Nessa disputa, um elemento acionado para reafirmar a garantia do território foi a autoafirmação enquanto quilombolas.

Nesse âmbito, o lugar do cotidiano precisa ser ressignificado (primeiro pelo capital, depois pelos quilombolas) para dar embasamento a essa afirmação. No caso da Comunidade do Kilombo Souza, todos os elementos citados por Souza (2015) foram utilizados nessa disputa. A história dos lugares e da própria família, as manifestações culturais e todo o simbolismo que isso representa não só localmente, para a própria família, mas também como um elemento que incrementa a identidade do próprio bairro Santa Tereza e da cidade.

Em relação à construção de redes espaciais, a comunidade do Kilombo Souza entra em uma rede de insurgências quilombolas em contexto urbano (mais detalhes no capítulo 5) que vêm ocorrendo de maneira mais contundente nos últimos tempos. Isso é reflexo também de uma rede de construção espacial que vem de uma luta histórica de disputa pela terra e tem suas raízes no meio rural, que se realoca no meio urbano, uma vez que a disputa por espaço nas grandes cidades é ainda mais desigual. A integração não ocorre somente no contexto temático quilombola. As similaridades da disputa fazem com que a rede inclua as ocupações urbanas, os movimentos sociais por moradia, as lutas por infraestrutura em bairros populares e, até mesmo, outros territórios quilombolas em contextos regionais e locais.

Aqui, é importante lembrar também a disputa em relação à atribuição do Estado nesse processo. No Brasil, os territórios quilombolas são reconhecidos e certificados pelo agente federal (INCRA) e muitas vezes as disputas se desenrolam no âmbito local/ municipal. O que incrementa mais as dificuldades, mas também aciona uma rede que permite alcançar **sinergias em matéria de visibilidade pública, que contribuem para a garantia dos direitos territoriais dos grupos e das práticas espaciais dissidentes.**

3.3 Lugares de Poder e Território Vividos

A geografia, ao longo de sua trajetória como ciência, utiliza diferentes categorias ou conceitos de análise, que servem para identificar, aproximar e interpretar as dimensões da realidade socioespacial, sendo elas o espaço, o lugar, a paisagem, o território e a região. Para Souza (2015), os conceitos ou categorias de análise do espaço são unidades explicativas fundamentais. São as ferramentas necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos que se enveredam pela análise socioespacial. De acordo com Cabral (2000), no âmbito das ciências sociais no geral, o uso das categorias e dos conceitos de análise geográficos tem tomado uma conotação genérica e superficial, proporcionando certos equívocos conceituais.

Para Cruz (2013), o passado essencialmente empirista da ciência geográfica coloca ainda mais dificuldades no trato teórico dos conceitos, em que, metodologicamente, ora eles aparecem como uma ornamentação, na sua forma mais empirista, ora mais abstratas, “uma espécie de fetiche, que se torna um fim em si mesmo” (p.4454). Cruz (2013) salienta, por meio de uma metáfora, que os conceitos devem ser trabalhados como caixas de ferramentas, dispondo de alavancas que nos permitem pensar o mundo e suas problemáticas como dispositivos carregados de sentido e de uso.

A este exemplo, podemos citar Haesbaert (2003) e as discussões em torno do conceito da desterritorialização, em que o autor aponta que muitos dos equívocos foram em razão das confusões de entendimento do próprio conceito de território. O que queremos destacar aqui é que os conceitos/categorias são complexos, seus entendimentos são amplos, por isso, há necessidade de se conceituar adequadamente, sabendo em que contextos eles contribuem para entender a realidade socioespacial e como eles podem ser conjugados.

É importante salientar também que os conceitos/categorias geográficas não são caixinhas separadas que dispomos para escolhas limitadas. De acordo com Souza (2015), no complexo trabalho de pesquisa socioespacial, é preciso valer de mais de uma categoria e privilegiar apenas uma em detrimento de outra tende a produzir “autênticos aleijões analíticos”, “trata-se de formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do todo e das partes em interação” (Santos, 1999, p.63). Duarte (2008) entende que, ao longo de sua trajetória, a geografia, na procura do “seu” objeto, acabou por se deixar engessar em suas categorias de análise do espaço. Para este autor, “a ampliação da compreensão da realidade passa, cada vez mais, pela interação de conhecimentos, práticas e métodos, cujas leituras resultarão muito mais na aproximação dos fenômenos e do real.” (p. 82).

Considerando as contribuições acima, a pesquisa que desenvolvemos busca trabalhar em diálogo com dois conceitos fundamentais da geografia, o Lugar e o Território. Para isso, torna-se necessário, novamente, o esforço de um levantamento das principais concepções acerca desses conceitos/categorias de modo que a comparação proposta possa ser realizada. Convencionalmente, na ciência geográfica, Território é relacionado ao espaço do poder, da necessidade de delimitação (simbólica, concreta), ao lugar e ao espaço do vivido, do cotidiano, em que estabelecemos nossas relações de afeto com o espaço (Serpa, 2019).

Partindo do conceito que talvez esteja mais próximo ao cotidiano e ao senso comum - o Lugar -, temos na geografia duas grandes orientações de análise dessa categoria: a da vertente humanística e a vertente crítica. Dessa maneira, a transformação de um espaço em um lugar,

por exemplo, dá-se em conjunto com outras categorias geográficas de análise (paisagem, território), que acabam por dialogar nesse processo de transformação. Nesse âmbito, o espaço transforma-se em lugar, quando se atribui a ele valor e significação; e isso não se concretiza e não se compreende sem ser ‘experenciado’. Nem sempre, essas relações são percebidas como elementos importantes nos laços de afetividade ou de repulsa que se tem em relação aos lugares, mas, quando ativadas e questionadas, podem revelar elementos simbólicos e concretos que descrevem e evidenciam essas relações construídas.

Esses elementos, partilhados entre os grupos (por exemplo, comunidades tradicionais, moradores de um bairro etc.), são importantes mecanismos para se manter os traços culturais, constituindo, assim, “lugaridades” (Souza, 2015; Relph, 2012) específicas que formulam convenções, práticas sociais, sentimentos de pertença, de superioridade, em que a centralidade se torna o próprio grupo e o seu espaço, que acabam por conduzir os indivíduos e diferenciá-los dos outros espaços de maneira etnocêntrica.

Embora não tão embasado em aspectos subjetivos, o Lugar trabalhado pela vertente da Geografia Crítica é entendido como uma construção social, para além do indivíduo, em que também se considera que variáveis e elementos em diferentes escalas, como a economia, o contexto social e geográfico, contribuem para atribuição de valores e percepções dadas aos lugares (SANTOS *et al*, 2019).

Com o advento da globalização em suas várias facetas (cultural, econômica, política), pensava-se que a homogeneização das práticas socioespaciais e as relações dos indivíduos com seus lugares e espaços vividos estariam menos ligadas às suas singularidades (Santos *et al.*, 2019). Essas discussões giravam em torno de uma expressão que definia os processos oriundos da globalização, como uma "compressão de tempo- espaço", marcada por termos e por expressões como aceleração, aldeia global, superação de barreiras espaciais, ruptura dos horizontes (Massey, 2000). Esses processos são considerados como elementos de considerável interferência nos sentidos de Lugar, que, por sua vez, diz respeito aos aspectos que configuram o lugar como o espaço das particularidades, de fortes identidades singulares e essenciais, partilhado por todos. Para Massey (2000), a visão de lugar etnocêntrica é um tanto quanto reacionária, uma vez que ela “se constrói a partir de uma história introvertida, voltada para dentro, baseada na sondagem do passado e a procura de origens internalizadas”.

Santos (2005) e Massey (2000) entendem o Lugar como um complexo relacionamento entre elementos globais e locais em uma multiplicidade de relações mútuas. Entretanto, a ordem globalizante encontra, nos lugares, a resistência necessária de enfrentamento à racionalidade

única. Assim, o lugar se torna o sítio no qual as identidades se revelam, em que se vive os processos sociais de relacionamentos interpessoais. Os lugares podem ter esse sentido global, sem, no entanto, perderem suas especificidades. Os lugares são os espaços do encontro, são momentos articulados em redes de relações e convenções sociais. O sentido é, então, extrovertido de modo a integrar de maneira positiva o local e o global.

Outros aspectos que se acrescentam às contribuições de Massey (2000) em relação à categoria lugar são os Conceitos de Geometria do Poder, relacionado à ideia de que grupos sociais e diferentes indivíduos se posicionam de formas muito distintas em relação aos fluxos e às interconexões, proporcionadas pelos avanços tecnológicos na comunicação e na mobilidade pelo espaço, ou seja, a “compressão de tempo-espaço” não ocorre da mesma maneira para todos. Neste sentido, a autora afirma que o capital, por sua vez, não é o único mobilizador que interfere nos sentidos de Lugar. Para ela, raça e gênero são fatores mais preponderantes nesse processo.

Tentando, por fim, ampliar o sentido de Lugar ao do que Massey (2000) denominou um sentido extrovertido, múltiplo, ela pontua três argumentos para um Conceito Progressista de Lugar, a saber: 1- Lugares estão além de pontos de localização fixa, inertes, congelados no tempo. Uma vez que eles são o espaço em que se convergem as interações sociais diversas, do cotidiano, dos encontros do vivido, eles são processos. 2- Seguindo esta lógica, os lugares não podem, assim, terem identidades únicas, como já mencionado. Essa multiplicidade é geradora de conflitos. 3- Lugares não têm fronteiras, linhas demarcatórias, embora, por vezes, essa demarcação seja necessária para a conceituação de um lugar. Nesses casos, salienta a autora, ela tem que ter, como parâmetro, a identificação de uma particularidade em ligação com o seu “exterior”.

Nesse contexto, concordamos com Souza (2015) que, no entendimento geral das diferentes contribuições, afirma que, na prática, lugares são, em diferentes medidas, quase sempre territórios, nos quais as identidades socioespaciais (múltiplas) se associam sempre a relações de poder. Já Serpa (2019) considera que tanto o lugar, quanto o território são, antes de tudo, experiências geográficas no sentido ontológico já discutido aqui, por vezes, distinguem-se, por vezes, aproximam-se em um contexto marcado por uma dialética entre a diferença e a igualdade, mediadas por relações estabelecidas entre os sujeitos/grupos/classes.

Serpa (2019) questiona tais relações dialéticas entre as categorias justamente na questão dos limites e das fronteiras que se manifestam nas experiências vividas do espaço. Fronteiras e limites impõem uma ideia de poder delimitado. Os limites evidenciam as continuidades e

descontinuidades nos processos de produção e de reprodução do espaço. Porém, antes de aprofundar as questões sobre “o ser território” ou “ser lugar” e os diálogos possíveis nesse processo, convém, portanto, discutir as concepções de Território para posteriormente entender as convergências e divergências entre os conceitos.

O Território é uma categoria muito estudada pela geografia e, de acordo com Saquet (2015), o conceito é complexo, permeado por vários elementos, desde o nível do pensamento até em unidades com mundo da vida. A sua efetivação no espaço geográfico se dá por meio de dimensões sociais, que se alternam entre ritmos e temporalidades, mudanças e permanências, relações multiescalares e superpostas, em articulações territoriais, (Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização)¹⁷.

De acordo com Saquet (2015), é com Ratzel, dentro da constituição e sistematização da geografia, que as primeiras ideias do conceito vão se consolidar de modo a influenciar sobremaneira o entendimento de território, não só na perspectiva geográfica, mas em aspectos práticos, bem como políticos e sociais na sociedade em geral. Ratzel se apropria de conceitos e procedimentos das ciências naturais para efetuar uma análise geopolítica do território, entendendo-o como área e recursos naturais. Ratzel vai procurar compreender como os recursos naturais poderão influenciar na expansão do espaço, na miscigenação e na organização social, salientando que todos esses aspectos implicam na formação dos Estados, como forma de poder e controle sobre o espaço. Assim, para Ratzel, natureza + Estado são a base de sua abordagem para compreensão do território (Saquet, 2015), “[...] a sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, deseja sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ele vive. Quando esta sociedade se organiza com este objetivo, ela se transforma em Estado” (Ratzel, 1990, p. 76 *apud* Saquet, 2015)

Como já citamos, essa visão de território sinônimo de Estado Nação influenciou sobremaneira as lógicas de entendimento sobre o conceito de forma a ser a política de Estado adotada na prática. Porém, bem lembra Porto Gonçalves (2006), a ideia de território está impregnada na visão eurocêntrica, embasada no Direito Romano e sua legitimação do direito de propriedade. De acordo com o autor, essa visão foi consagrada no Tratado de Westfallia

¹⁷ Resumidamente, o processo T-D-R se configura, respectivamente, em; 1- origem dos territórios; 2- a “destruição” e modificações dos territórios e 3 - surgimento ou criação de outros territórios. Essas modificações, ao longo do processo de T-D-R, não cessam e são constantes no espaço geográfico. Estamos, a todo tempo, territorializando-nos e assim por diante (Haesbaert, 2004; Saquet, 2015).

(1648), em que as “reflexões acerca do território ficaram restritas ao direito positivo e ao positivismo e, assim, sem negatividade histórica” (Porto Gonçalves, 2012, p. 18).

Esse aspecto da visão eurocêntrica que dita os modos de ser e estar no mundo nega e não valoriza outros sentidos de entendimento e de racionalidades, não só na perspectiva de entendimento do território, mas em outros aspectos da sociedade. É este exemplo e/ou entidade política e territorial do Estado-nação que se impôs sobre as conceituações hegemônicas sobre o que é o sinônimo de território de modo que outras racionalidades a respeito foram obrigadas a confrontá-las, quando não foram suprimidas de fato (Little, 2018).

Embora essa conceituação hegemônica ainda persista, já é um consenso que o conceito de território abarque outros sentidos para além do seu aspecto enquanto ação e prática para a materialização do Estado Nação. Como nos mostra (Porto-Gonçalves, 2001) “território é espaço apropriado, instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele” e é nas interações no e com o lugar e na relação com os sujeitos sociais que os territórios se fazem compreender (Saquet, 2015). A variedade de elementos atribuídos ao conceito e o que de fato o representa proporcionam um entendimento tanto empírico (histórico e político), quanto conceitual (as diferentes concepções de territórios). Para Saquet (2015, p 25) os territórios são:

[...] vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações, homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i) materialidade.

Para Bonnemaïson (2013), a ideia de Território está muito ligada aos fatos e às abordagens culturais em razão de que “[...]a ideia de cultura, não pode ser separada da ideia de território, pois [...] é pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação **simbólica** existente entre a cultura e o espaço” (p. 289). O simbólico, a propósito, para Bonnemaïson, assume destaque importante em uma análise de territórios e territorialidades, pois, para este autor, o conceito de território não é único. Ele sempre estará dotado de duas funções principais: duas “uma de ordem política – a segurança - , outra de ordem mais especificamente cultural – a identidade” (p.291).

É razão desse aspecto que o Território se constitui simultaneamente em um sistema que seja capaz de organizar as funcionalidades do espaço usado para atender as necessidades de um grupo e um símbolo, “porque se forma em torno de pólos geográficos representantes dos valores políticos e religiosos que comandam sua visão de mundo”. Assim, Bonnemaïson, define que, nas análises baseadas em perspectiva da abordagem cultural, é preciso identificar os

geossímbolos, que “pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão, que, por razões religiosas, políticas ou culturais, assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade.” (P. 292) e, por isso, o “território ou a definição de territórios a partir dessa abordagem podem ser reveladores de etnias e culturas” (p.294).

Um elemento que perdura em todas as conceituações de território é o poder. As relações de poder são mediadas pelo espaço e se manifestam tanto na dominação (concreto) quanto na apropriação (simbólico). São relações multiescalares e multidimensionais, o que permite ler o território em diferentes níveis, do micro (território) ao macro (território), perpassando pelos sentidos políticos mais estritos, econômicos e simbólicos (Haesbaert, 2014). Com base nas contribuições das noções de poder foucaultianas, essas relações se manifestam em diferentes instâncias e se pulverizam nas relações familiares, nas universidades, nas fábricas, nas igrejas e na vida cotidiana. É importante acrescentar que, nesse processo, é “fundamental conhecer os aspectos do movimento conjuntural, intimamente ligado ao processo histórico” (Saquet, 2015, p.28).

De acordo com Little (2018), os territórios são um produto histórico de processos sociais e políticos e surgem diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social. Nesse prisma, as territorialidades são os processos importantes de serem levantados para o entendimento de formação dos territórios. Em sua clássica obra sobre a Teoria da Territorialidade, Sack (1986) apresenta a sua definição de territorialidade da seguinte maneira; “uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar fontes e pessoas, controlando área; e, como uma estratégia, a territorialidade pode ser ligada e desligada. Em termos geográficos ela é uma forma de comportamento espacial” (Sack, 1986, p.3) De acordo com Sack, a territorialidade contribui para especificar complexas organizações sociais, com sua exemplificação condicionada ao contexto particular e histórico dos indivíduos, está relacionada em “como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significado ao lugar” (Sack, 1986, p. 2).

Raffestain (1993, p.158) afirma sobre a territorialidade, que ela reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros da coletividade, pelas sociedades em geral, manifestando-se em contextos multiescalares e sociais, sendo ela necessária e inerente a todas as relações. Para ele, ela é de certa forma a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder nos territórios. De acordo com Saquet (2015), Raffestain também compreende a territorialidade humana, por meio de abordagem semiológica, ou seja, as territorialidades são mediadas pelas línguas, pelas religiões e pelas tecnologias.

Nesse âmbito, para analisar o território, é imprescindível dotar-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado (Little, 2018). É importante considerar também que as relações de construção das territorialidades são diversas. Retomamos as ideias de Porto Gonçalves (2006), que entende que as diferentes matrizes de racionalidades são constituídas a partir de diferentes lugares, passíveis de serem universalizados e, com isso, esses diferentes processos se relacionam e dialogam. Nesse sentido, para Porto Gonçalves, haverá, sempre, território e territorialidade ou processos sociais de territorialização. Esses processos são formados por múltiplas territorialidades.

É importante lembrar também que a ideia de territorialidade tem estreita ligação com as relações de identidade. Le Bossé (2013) diz que, por meio da territorialidade, é possível revelar a identidade dos lugares. Para este autor, esse aspecto é, ao mesmo tempo, “o produto e a expressão de um ponto de vista interno e inclusivo.” (p. 228), entretanto é necessário ultrapassar esse único ponto de vista. Sendo o Território, para a expressão identitária, tudo aquilo que inclui e, também, aquilo que se exclui, os entendimentos desses aspectos se fazem pelo olhar tanto interno do grupo, quanto externo do outro. Aqui, as fronteiras tornam-se um elemento importante nos estudos que relacionam as identidades nas pautas territoriais. Haesbaert (2013) acrescenta que o processo de identificar é sempre um processo relacional, dialógico. Além disso, o autor complementa que a identidade não é algo dado, definido, e sim um movimento, sempre em curso e, por isso, ela nunca é uma, e sim múltipla. Para Haesbaert (2013, p.236):

Determinadas identidades, ou facetas de uma identidade, manifestam-se em função das condições espaços-temporais em que o grupo está inserido. [...] as identidades, implicam uma busca por reconhecimento que se faz frente as alteridades, pois é no encontro e no embate com o outro que buscamos afirmação pelo reconhecimento daquilo que nos distingue e que, por isso, ao mesmo tempo, promove tanto o diálogo quanto o conflito com o outro.

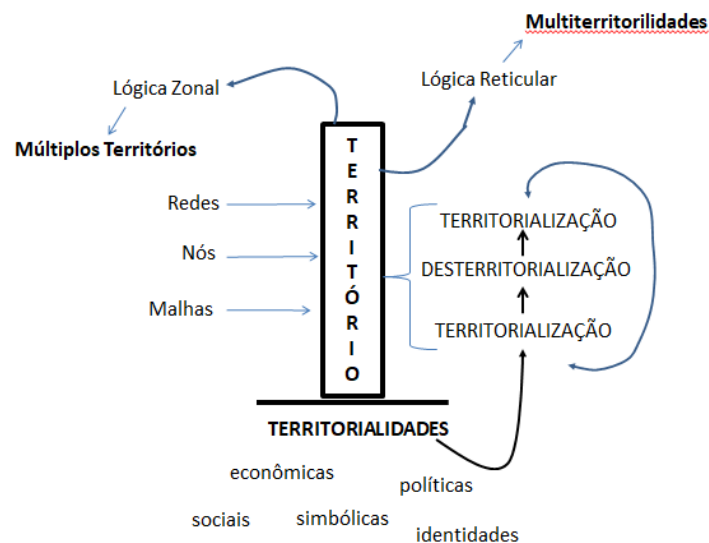
O autor salienta, porém, que nem toda identidade (social) tem nos territórios sua base de construção. O território será elemento condicionante nesse sentido, quando o referente simbólico de sua construção perpassa o território (Haesbert, 2013). Por meio de identidades coletivas, os sujeitos politizam não só as “nomeações da vida cotidiana, mas também as práticas rotineiras de uso da terra, remetendo a relações determinadas que estabelecem com seu espaço.” (Almeida, 2004).

É importante falarmos ainda, diante do apresentado, como são essas concretizações ou disputas territoriais no espaço. Para isso, adotamos o Conceito de Lógicas Territoriais (figura

4) trabalhados por Haesbaert (2003, p. 278), em que o autor afirma que os territórios podem ser entendidos a partir de lógicas de construção do/no espaço:

[...] a lógica zonal (onde predomina o controle de áreas, como na lógica territorial dominante entre os Estados nações), a lógica reticular (onde predomina o controle de redes, como na lógica territorial dominante entre as grandes empresas transnacionais) e a i-lógica dos aglomerados – capaz de dar conta dos processos desordenadores e “descontrolados”, presentes “em maior ou menor grau em todos os espaços do nosso tempo (p. 278).

Figura 9: Elementos, estruturas, processos e lógicas territoriais de acordo com as contribuições de Haesbaert (2004) e de Raffestin (1980).



Fonte: Elaborado por Jéssica dos Santos, 2020.

O fato destacado aqui e trabalhado por Haesbaert (2014) em seu artigo “Territórios em Disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política”, é que, nas disputas entre as diferentes racionalidades, identidades e territorialidades, o objetivo resulta na constituição de territórios com “definição de zonas, de áreas com uma superfície bem delimitada” (p.2 e 3), esses que são o retrato da lógica territorial dos Estados Nação. Isso tem se dado especialmente no contexto da América Latina, nos movimentos dos povos tradicionais. Ele lembra que a constituição de territórios nessa perspectiva tem tomado uma centralidade nas lutas, bem que as lógicas de apropriação do espaço vivenciadas nesses contextos sejam outras. Haesbaert (2014, p.4) diz que:

É verdade que os próprios povos tradicionais – pesquisas feitas por historiadores mostraram claramente isso – não tinham, no passado, delimitações nítidas em seus territórios de reprodução enquanto grupo. Mesmo os quilombos, vistos às vezes de maneira simplista como espaços fechados e de delimitações claras, na verdade não eram territórios simplesmente fechados, sequer isolados, mas tinham toda uma

articulação, ainda que seletiva e velada, com seu entorno. Entre os indígenas brasileiros também é impossível fazer uma afirmação genérica de que possuíam territórios bem delimitados, com separações rígidas entre nações ou etnias. Alguns marcados por um nomadismo mais pronunciado, como os guarani m'bya, ainda hoje moldam suas territorialidades muito mais por territórios-rede, descontínuos, do que por territórios-zona.

Como mostrado, território é relacional e dialógico e permeado por conflitos. As identidades se chocam, mas é na materialização de um território delimitado que são garantidos os direitos de reprodução e apropriação do espaço conforme as racionalidades de cada grupo. O processo de reterritorialização torna-se, assim, essencial para a reprodução da vida, como fontes de recursos e recriação de mitos, e para manter viva a memória de seus ancestrais, embora carregados de ambiguidade. São reflexos de um histórico de intensa expropriação e repressão de saberes que resultou no que Boaventura de Souza Santos (2009) denomina de epistemicídio, delegando a esses grupos áreas de “resíduos”, muitas vezes, precárias e isoladas.

Uma dimensão ampliada desse entendimento tem sido utilizada pelas leituras latino-americanas sobre o território e que muito contribui para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que ela considera a esfera do vivido, das práticas cotidianas, os valores de uso ampliados também para um expressivo valor simbólico e em constante diálogo com os movimentos sociais (Haesbaert, 2020).

Dessa contribuição latino-americana sobre o território, Haesbaert (2020) identifica três abordagens principais. A primeira estabelece um estreito diálogo com as concepções europeias (francesas e anglo-saxônicas) do Território como um instrumento e, também, um conceito para analisar as relações de poder e estabelecê-las no espaço. A segunda, com fundamentos nas discussões de gênero, especialmente as feministas relacionadas às causas indígenas, tem referenciado o Território à escala referencial do corpo, tornando a corporeidade como “objeto de exercício do poder e como sujeito (corporificado) de resistência” (p.76), denominando-o de “corpoterritório” e, por fim, a abordagem que amplia o Conceito de Território e o reformula como um espaço de vida. Essas abordagens se complementam e tem contribuído sobremaneira para a elaboração e compreensão do espaço por meio de outras leituras. Destacamos aqui a importância do corpo como elemento essencial para o entendimento do espaço geográfico, por meio de uma “linguagem estrutural que transpassa o corpo” e está centrada nas práticas cotidianas (Haesbaert, 2020).

É por todo esse contexto que o território tem sido o conceito amplamente utilizado, pois ele é, ao mesmo tempo, uma categoria/conceito que dialoga com a natureza epistemológica e política em razão de que as diferentes concepções de território rebatem em práticas concretas,

de maneira transformadora do espaço, afinal “luta pela terra – é um termo que está na própria origem etimológica de “território” (Haesbaert, 2014, p. 2) e assim ele se torna instrumento de luta e transformação social”.

Nesse prisma, a emergência tanto do lugar, quanto do território (para o entendimento das geografidades e, posteriormente, das territorialidades) é essencial para se pensar em ações e em políticas que buscam a gestão compartilhada de territórios diferenciados. É a partir dessa concepção, o olhar para os lugares, que Arturo Escobar (2015) propõe uma nova perspectiva que considere as especificidades locais. Desse modo, outras epistemes podem emergir e contribuir para um desenvolvimento mais endógeno. De acordo com Escobar (2015), é “preciso repensar a inserção do conhecimento local e da relação dos habitantes com o “lugar” para que estes sejam inseridos como protagonistas, de forma verdadeira, nos processos de intervenções em uma comunidade” em diálogo entre os diferentes saberes e concepções de mundo.

Nessa trajetória, outras epistemologias, vinculadas às experiências locais, emergem-se na tentativa de combater essa ideia unilinear, deslocando-se do centro hegemônico para pensar nas multiplicidades de mundo existentes e de territórios possíveis. Como demonstrado aqui, o território também é vivido, ao passo que os lugares também são/estão subordinados a relações de poder. Como afirma Serpa (2019, p. 66), o Território é a diferença fragmentada, estilhaçada; o Lugar a “diferença” que negocia com escalas e os meios que dispõe. Por fim, compartilhamos com Serpa (2019), que inspirado nas ideias de Bachelard, propõe-nos a pensar o Lugar e o Território não mais em associação à ordem de grandezas ou de escalas específicas, mas sim pensá-los por meio de uma dialética existencialista que a todo tempo relacione os processos e as experiências espaciais (pré-científicas) à elaboração conceitual das noções acadêmicas aqui propostas, de modo a nos aproximarmos das questões ontológicas de ser lugar e de ser território, de ser no mundo (Serpa, 2019).

4 GEO-GRAFIAS QUILOMBOLAS – UM PANORAMA

É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível (sic) duma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. [...]. Eu tenho a direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou (Nascimento, 1989).

4.1 Entre Quilombos e Territórios Negros

Quando pensamos no impacto do violento processo da transferência forçada de mão de obra escravizada para as Américas, ocorrido no período da escravização, lembramos também que ele é complementado por uma reterritorialização. Como já citado neste trabalho, o tráfico de seres humanos africanos no Atlântico representou não só a transferência de mão de obra [...], mas também de saberes (Gomes, 2009), de transferências de contextos de vida. Alguns autores têm considerado o oceano Atlântico, denominando-o de Atlântico Negro, como um espaço concreto e, ao mesmo tempo simbólico, que serviu de pano de fundo para o “desenvolvimento da economia capitalista mundial, além de re-significar culturalmente territórios e nações na chamada diáspora africana” (Gomes, 2009, p.31). Ou seja, o Atlântico negro é a primeira territorialização (em rede) desse processo. Em terras americanas, uma nova reterritorialização ocorre e aqui se estabelece por meio de uma imposição e da alteração forçada dos modos de vida, ao mesmo tempo em que, de forma a manter e a proteger as identidades e as práticas culturais, as várias etnias recriam espaços e práticas adaptadas ao novo contexto territorial. No Brasil, os quilombos representam uma reterritorialização, constituídos por meio dessa convergência. Para Nascimento (2006):

Numerosas foram as formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. [...] Quilombo (Kilombo), representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistências podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil (p. 117).

Essas numerosas formas de resistência citadas pela autora representam não só outros modos de luta diante da escravização, mas também em sentido mais amplo do que representou o quilombo ao longo da história. Para se pensar e entender o conceito e a prática quilombolas na atualidade no Brasil, é preciso elencar os elementos que se configuram as continuidades e as permanências do que foram os quilombos na África e o que, a partir do estabelecimento forçado dessa população na América, foi sendo incorporado (Nascimento, 2006; Munanga, 1996).

Para Munanga (1996), os quilombos na África representaram uma instituição sociopolítica, transcultural e militar, marcados por uma história permeada de conflitos, de cisão, de alianças e de migrações de diferentes grupos em uma constante busca de novos territórios. Nascimento (2006) incorpora a essa descrição de representação elementos como a corporeidade, o sagrado e o território. Esses elementos são constituídos respectivamente pelos próprios indivíduos ao se incorporarem à sociedade, pelo estabelecimento do local sagrado em que ocorriam os rituais de iniciação e, por fim, o território enquanto campo de guerra.

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundu, kongo, wovimbundu, etc. Os ovimbundu contribuíram com a estrutura centralizada de seus campos de iniciação, campos esses que ainda se encontram hoje entre os mbundu e cokwe de Angolacentral e ocidental (Munanga, 1996, p.60).

Pela concomitância temporal, o Quilombo dos Palmares se constituiu de muitos desses elementos, conectando práticas territoriais quilombolas no Brasil aos moldes dos quilombos da África. Localizado entre os estados de Pernambuco e Alagoas, dominando e ocupando uma área territorial correspondente a um terço do tamanho de Portugal (Nascimento, 2020) o Quilombo de Palmares foi o maior reduto de fuga de escravizados rebelados nos primórdios da época Colonial. Em seu auge, chegou a ter uma população com cerca de 30 mil pessoas. Manteve sua resistência por um século (1595 a 1695) e estudiosos, como Nascimento (2020), Nascimento (2006) e Gonzalez (2020), consideram-no como o primeiro Estado Livre das Américas ou uma representação de um Estado Africano, a República de Palmares.

Devido a sua grandiosidade e a sua longa existência e resistência, (foram cerca de 27 guerras para tentar destruí-lo), entre permanências e dinâmicas ao longo do tempo e do espaço, com seus devidos contextos e conjunturas e caráter transcultural, o Quilombo de Palmares torna-se, então, a materialização de um território de refúgio e/ou de revolta, representando uma maneira contra hegemônica de organização política, econômica e social.

Para Munanga (1996), o contexto da escravização fez com que os quilombos brasileiros na época inicial da colonização, especialmente o de Palmares, funcionassem como territórios/campos de iniciação à resistência, “abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar” (p. 63).

Nascimento (2006) salienta, porém, que, ao longo do período Colonial e Imperial, os quilombos brasileiros vão se distanciando do modelo africano e vão se constituindo a partir das necessidades inerentes aos negros do território brasileiro. Para esta autora, os quilombos no Brasil podem ser considerados como o “primeiro momento da nossa história em que o Brasil assim se identifica enquanto Estado centralizado” (p.121). Esse fato dá a dimensão do perigo que representavam os quilombos para o sistema colonial e as repressões sofridas ou não (já que, em alguns contextos, esses espaços eram tolerados) ao longo desse período histórico. Para Nascimento (2006, p.121):

[...] quilombo se redefine variando conforme a área geográfica, a repressão oficial e a diversidade étnica [...] Nesse particular, tanto no século XVII quanto no século XIX, esta instituição procede como frinchas no sistema, muitas vezes convivendo pacificamente, que ao ser vista globalmente, ou seja, em todo o espaço territorial e em todo o tempo histórico, traduzia uma instabilidade inerente ao sistema escravagista.

De acordo com Nascimento (2006), é no final do século XIX que a ideia de quilombo vai ganhando contornos ideológicos, representando um ideal de liberdade, contra variadas formas de repressão. Nascimento (2006), como exemplo dessa mística ideológica, cita a formação do Quilombo de Jabaquara, em Santos. Esse antigo quilombo, constituído entre os meados da segunda metade do século XIX, atraiu populações negras em ideal de liberdade para manifestações de suas práticas culturais e, ao mesmo tempo, uma reação militar ao regime escravocrata, representando um significado amplo de espaço de resistência negra. Hoje, Jabaquara é um extenso e populoso bairro periférico de Santos e é uma evidência de uma continuidade física e espacial desses territórios quilombolas do passado incorporados ao espaço e das complexidades das grandes cidades da atualidade.

Em outra linha de abordagem, Arruti (2008), identifica duas linhas de ressemantização, trabalhadas especialmente a partir da primeira metade do século XX, em que o quilombo é entendido como uma prática ideológica, propondo outras formas de narrativa, ampliando para outros contextos, especialmente as manifestações culturais. Essa abordagem, dialoga com Nascimento (2020) e Gonzalez, (2020).

Neste sentido, a primeira linha relaciona os **quilombos como locus de resistência cultural**, produtor de uma cultura negra no/do Brasil. De um lado, com os trabalhos de Nina Rodrigues, questionando se os quilombos são como criações estritamente brasileiras ou reproduções de modo de vida Africano, a partir de uma perspectiva pejorativa, com base nos fundamentos do racismo científico vigente à época, por outro lado os trabalhos de Artur Ramos, que caracteriza os quilombos como “contra aculturativos”, evocando uma releitura como

resistência cultural (Arruti, 2008). Aqui incluímos ainda os trabalhos de Edison Cordeiro, que se aprofunda em vários aspectos das práticas culturais e religiosas afro-brasileiras.

A segunda grande linha de ressemantização entende os **quilombos como resistência política**, como símbolo, como um modelo de formas revolucionárias de revolta e de resistência popular, permeando discussões que giram em torno de uma luta de classes e de uma interpretação sociológica, tratando especialmente de uma análise crítica da ideologia da democracia racial. Estas ressemantizações utilizam-se de uma releitura a partir do Quilombo de Palmares e de Zumbi.

Como pontua Ratts (2006), boa parte de temas acadêmicos surge muitas vezes em meio a demandas para além dos espaços universitários, e, nesse sentido, a discussão dos quilombos enquanto um movimento social surge em meio a necessidade de se questionar a condição da população negra após a abolição. Em seu livro “O Quilombismo”, Abdias do Nascimento (2019) salienta a necessidade de recuperação da memória dos negros brasileiros, propondo outra narrativa à historiografia, ao entendimento das manifestações culturais, esportivas e recreativas, buscando, assim, dar uma forma de tese “histórico-humanista” ao quilombo (Arruti, 2008).

O termo Quilombismo é entendido como um conceito científico emergente do processo histórico-cultural das massas afro-brasileiras, que reflete as ideologias, as filosofias, a visão de mundo e os modos de vida (Nascimento, 2019). Para Beatriz Nascimento (2006), o quilombo é um fenômeno que “sobrevive no inconsciente coletivo dos negros” (p. 124) que se estende ao seu corpo, tornando-se uma prática, uma instituição, revelando identidades, promovendo a emancipação e tornando-se território com aspectos multidimensionais (social, político, cultural, ambiental).

Nascimento (2019) assinala que, após a abolição, aos negros, restaram uma condição de subempregos, a uma dupla segregação (racial, econômica) que vai refletir também em como essa camada da população vai se distribuir espacialmente. Essa condição, não superada após a abolição, persistiu formando o que alguns autores denominam de territórios negros (Gomes, 2009; Rolnik, 2007, Aturri, 2008). Esses territórios são formados em locais que concentram pessoas com “baixo poder aquisitivo, conseqüentemente, de pouca infraestrutura e, às vezes, de risco geológico ou ambiental” (Gomes, 2009, p.115). Para além desses aspectos relacionados à desigualdade econômica, social e racial do/no espaço, Vieira (2017, p 5.) complementa que os territórios negros se constituem em territórios físico e simbólico configurados a partir da função (de habitação, de trabalho, de lazer etc.) e/ou de práticas culturais (como o batuque, o carnaval,

a religiosidade etc.) [...] cuja significação é construída a partir da presença negra e/ou das atividades desenvolvidas por esses.

De acordo com Arruti (2008), a discussão sobre os territórios quilombolas se divide e ocorre em contrapelo em áreas rurais e urbanas no Brasil, principalmente a partir da década de 1980. Enquanto o movimento negro nas grandes cidades vai discutir a desigualdade de acesso e de condições de vida dos negros nos centros urbanos, estudos antropológicos vão começar a dar atenção à constituição de comunidades negras rurais, que buscam a garantia do direito ao acesso à terra, vão se organizar a partir dos modelos de territorialização empreendidos na causa indígena.

Segundo Ratts (2006), um dos marcos temporais de estudos desenvolvidos nesse âmbito se dá na USP com a elaboração de vários trabalhos com a temática de comunidades negras rurais e o aprimoramento do conceito sobre territórios negros. As comunidades estudadas nessa ocasião estavam situadas em Ivaporunduva em São Paulo, em Cedro em Goiás, em ocupações de zonas agrícolas e urbanas em Mato Grosso, além das comunidades estudadas por Beatriz Nascimento como o Quilombo de Carmo da Mata em Minas Gerais.

No âmbito urbano, os estudos são focados na constituição de territórios negros enquanto uma continuidade do tecido urbano, materializados nas favelas e nos bairros populares. Além dos trabalhos desenvolvidos pelos teóricos do movimento negro já citados aqui, destacam-se os estudos de Campos (2010) sobre a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro; Carril (2006) focalizando o contexto de São Paulo; Rolnik (1989) em São Paulo e no Rio de Janeiro; Vieira (2017) em Porto Alegre; e Ramos (2013) em Salvador. Esses trabalhos procuravam mostrar “que os homens e seus grupamentos, que formaram no passado o que se convencionou chamar “quilombos”, ainda podem e procuram fazê-los” (Nascimento, 2006; p. 57). Viegas (2014) Gomes (2009) e Queiroz (2012) trabalham a temática quilombola no espaço urbano da capital mineira, focalizando como esses espaços são exemplos de resistência contra hegemônica diante dos intensos processos de metropolização. Refletindo sobre todo esse arcabouço conceitual para os quilombos, Arruti (2008, p. 2) diz que:

[...] O que está em disputa, portanto, não é a existência destas formações sociais, nem mesmo das suas justas demandas, mas a maior ou menor largueza pela qual o conceito as abarcará, ou excluirá completamente. Está em jogo o quanto de realidade social o conceito será capaz de fazer reconhecer. Qual parcela da realidade ganhará, por meio deste reconhecimento, uma nova realidade, jurídica, política, administrativa e mesmo social.

A convergência desses aspectos mencionados vai ter, na ausência dos direitos territoriais, sua materialização. Juridicamente, esses direitos estão descritos no artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias na Constituição Federal de 1988, a qual diz que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (CF, 1988). Com isso, a questão problema passa a ser, então, como reconhecer os direitos destes sujeitos, uma vez que, como salienta O’Dwyer (2002), a expressão remanescentes e quilombos não definem os indivíduos ou grupos, e, aliado a isso, esses remanescentes abarcam uma diversidade de possibilidades características que os constituem como tal.

Os pontos em comum nessas diversidades são apontados por Arruti (2008) nas territorialidades específicas vivenciadas por esses grupos, as quais incluem modos diferenciados (se comparados ao contexto hegemônico) que incluem: o uso coletivo da terra, o território sendo definido por laços sociais e simbólicos. Um elemento importante a ser destacado é como se configura a forma como essas terras foram adquiridas, que, segundo o autor, em sua maioria, estaria “diretamente relacionada à forma pela qual se operou a abolição, isto é, estaria ligada à negação da posse ou da propriedade aos ex-escravos”.

Apesar do reconhecimento institucional e jurídico, Almeida (2008) afirma que os mecanismos e instrumentos utilizados para tal não dão conta de reconhecer a diversidade de processos existentes, pois os entendimentos se divergem entre a definição das categorias censitárias utilizadas pelos instrumentos jurídicos de reconhecimento e as realidades empíricas vivenciadas por esses grupos.

É importante citar também, dentro desses aspectos de constituição dos direitos das comunidades quilombolas, o instrumento da autoatribuição. De acordo com Marques (2012, p. 162) com base em Barth (1969), esta é uma característica fundamental para definir os grupos étnicos. A auto atribuição “consiste em um tipo de organização que confere pertencimento através da afiliação e da exclusão, em uma relação de fronteiras contrastivas” (MARQUES, 2012, p. 162). Compartilhamos com Marques (2012) a ideia da autoatribuição exprimi um direito que oportuniza a esses grupos exercerem sua cidadania de forma mais autônoma.

4.2 Cartografia das Territorialidades Negras em Belo Horizonte

A proposta deste subcapítulo é compreender, em uma perspectiva mais ampla, como as territorialidades negras dialogam com os processos de territorialização quilombola na cidade de Belo Horizonte. Retomamos as ideias de Gonzalez (2020) sobre a importância da cultura como manifestação e enfrentamento da condição do negro da sociedade brasileira. Para Gonzalez (2020), no Brasil, a “força do cultural se apresenta como a melhor forma de resistência” (p. 133). Nesse sentido, compartilhamos com Bonnemaïson (2013, p. 208) que a “ideia de cultura caminha par a par com a ideia de etnia, e toda cultura se encarna, além de um discurso, em uma forma de territorialidade”.

Nesse aspecto, outro ponto a ser considerado, nessa parte, é justamente o Conceito de Territorialidade. A Territorialidade envolve, antes de tudo, uma relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares (Bonnemaïson, 2013, p. 237). A parte do vivido, a face do vivido, o espaço vivido são partes integrantes da constituição das territorialidades, que são dotadas de aspectos simbólicos, semióticos, mediadas pelas línguas, religiões, tecnologias e manifestações culturais. Para Sack (1986), ela é uma forma de comportamento espacial e, por isso, está relacionada a “como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como **dão significado ao lugar**” (Sack, 1986, p. 2). Bonnemaïson (2013) acrescenta que a Territorialidade se situa na junção de duas atitudes, as fixações e as mobilidades ou os itinerários e os lugares.

Nesse aspecto relacionado a fixações e a mobilidades, a itinerários e a lugares, Gomes (2009) tendo como base o Conceito do Atlântico Negro (GILROY, 2001), representado pelo “espaço histórico escravagista que contribuiu para a economia capitalista mundial” (p. 19), salienta que, nos processos das migrações forçadas, embora marcados por uma intensa e violenta expropriação e repressão de saberes e de culturas, manifestaram-se nas fraturas do espaço, do cotidiano e ressignificaram culturalmente os territórios e as nações da diáspora africana (Gomes, 2009).

De acordo com Rolnik (2007), é por meio do próprio corpo que negros na/da diáspora afirmavam e celebravam sua ligação comunitária; a transmissão de sua memória coletiva, seus rituais. Sodré (2002) denomina de espaços condensados as ressignificações ocorridas das culturas africanas em território brasileiro, manifestadas e praticadas por meio dos terreiros, espaço receptor e agregador dessas manifestações culturais forçadamente expropriadas. Nesse sentido, os terreiros, os quilombos ou outros espaços de manifestação

cultural afro-brasileiras representam “o abrigo contra as tempestades do sistema econômico; o espaço onde se arquiteta a chamada estratégia de sobrevivência; e o lugar de assentamento do sagrado, de depósito de axé” (Sodré, 2002, p. 100).

De espaços míticos e simbólicos, a espaços políticos de resistência, terreiros e quilombos ainda congregam recursos radicais de sobrevivência grupal (Sodré, 2002), sejam os grupos isolados no interior do país, nas comunidades negras rurais, até morros das vilas e das favelas nas periferias, nos grandes centros urbanos.

Retornamos a face do vivido, a trama de itinerários e de lugares que compõe as territorialidades. Após a abolição, em 1988, esses espaços vão estar submetidos a uma série de dinâmicas socioespaciais, “fluxos e refluxos”, causados tanto pela busca da população negra, largada à própria sorte, por melhores condições de vida, quanto por novos modos de expropriações e de migrações forçadas para as regiões de menor interesse do capital em contraposição daquelas que vão se tornando mercadoria de valor.

São territorialidades itinerantes aquelas que seguem a lógica do capital, que valoriza e desvaloriza os espaços, e vão formando “territórios de negros” e outras territorialidades “à margem do projeto de modernização de lógica eurocêntrica e industrial: terreiros de candomblé, umbanda, favelas, escolas de samba, áreas e bairros periféricos”. (Gomes, 2009, p. 112). Assim, para Rolnik (2007), o terreiro e suas outras formas associadas representam os espaços afro-brasileiros nas cidades e tornam-se um elemento espacial fundamental na configuração dos territórios negros urbanos.

É no intuito de identificar essas territorialidades afro-brasileiras culturais à margem do projeto modernizador, citado por Gomes (2009) e por Rolnik (2007), que nos propomos a mapear Belo Horizonte por essa perspectiva, para compreendermos como tais processos de mobilidade ou de fixação da população negra podem nos ajudar a entender e a compreender as constituições de territórios quilombolas na cidade.

A história da cidade de Belo Horizonte, pré e pós-Aarão Reis¹⁸, é caracterizada pela quase completa invisibilização e apagamento de memórias, práticas e territorialidades históricas da população negra. São poucos os vestígios ou as rugosidades que ajudam a revelar traços da história por essa perspectiva. No ano de 2021, a solicitação para registro imaterial do Largo do Rosário, que se localizava onde hoje se encontra as atuais ruas Guajajaras, Espírito Santo e

¹⁸ Aarão Reis, foi o engenheiro Chefe que comandou a construção da nova capital. A expressão pré e Pós Aarão Reis significa o marco zero da transição Curral Del Rey para Belo Horizonte.

Avenida Álvares Cabral, busca resgatar pela referência simbólica de representação um fragmento dessa história.

O relatório técnico produzido para este fim descreve que, para a construção da nova capital, ocorreu um intenso e arrasador processo de desterritorialização da população negra, com demolição de referências simbólicas e afetivas, além da migração forçada para áreas fora dos limites pensados para a nova Capital (Silva, 2021). O relatório descreve ainda que, antes da destruição do Arraial de Curral Del Rei, a população negra e parda era a maioria residente (cerca de 77%) de acordo com o censo de 1872. De acordo com Silva (2021), muitas famílias habitavam há décadas as localidades destruídas para a construção da nova capital e “reuniam tradições seculares expressas nos modos de morar e de viver construídos a partir da experiência de africanos e seus descendentes em condição de diáspora” (p.6).

Um relato histórico do Padre Francisco Martins Dias, que foi agregado ao relatório técnico, dá a dimensão da violência simbólica e física com o qual esses processos de migração forçada foram realizados na época. De acordo com Dias (1894, p.85) *apud* Silva (2021, p.6), “[...] movemo-nos à compaixão por vermos as dificuldades com que lutavam os pobres, para de novo se estabelecerem[...] Era uma cena triste e comovedora essa da emigração da maioria dos habitantes para outras paragens mais recônditas e solitárias de seu querido Curral D’El-Rei!” (Dias, 1897, p. 85).

A população negra, parda e pobre do Curral Del Rei é empurrada para fora dos limites da nova capital e, após inaugurada, a população negra, parda, pobre das cidades do entorno são atraídas para Belo Horizonte em busca de maiores oportunidades. Sem melhores condições, alojam -se nas vilas de cafuas, que margeiam o traçado exemplar da avenida limítrofe entre a cidade desenhada e a cidade viva. O processo de inserção da população negra em Minas Gerais, especialmente em Belo Horizonte, após o período da abolição, faz parte dos estudos de Pereira (2019) e Botelho (2007), os quais afirmam que as informações acerca desse contexto específico são marcadas por escassos dados e informações, pois o quesito raça foi, durante muito tempo, omitido dos dados em órgãos oficiais.

Especialmente no caso de Belo Horizonte, muitos estudos se dão a partir do processo de construção da nova capital, como se a cidade tivesse surgido do “nada” com a destruição do Curral Del Rey. O trabalho de Botelho afirma que, com esse processo de “surgir do nada”, “toda população (da nova capital) era toda ela adventícia”. Porém, os relatos do Padre Francisco Martins Dias dão indícios ao contrário dessa afirmação.

Sobre os processos de silenciamentos e de invisibilidades, Pereira (2019) advoga que é preciso ir além das fontes oficiais, pois elas não revelam o que se transparece nas histórias e nas trajetórias narradas pelas pessoas que viveram em outras épocas da cidade de Belo Horizonte e foram parte fundamental na construção e desenvolvimento da cidade, conforme afirma a autora.

[...] à produção de silêncio sobre a agência fundamental dessas populações da formação do território e da sociedade local, constitui o cerne de um projeto de cidade alicerçado em concepções de modernidade profundamente racializadas, que enunciam o aniquilamento da possibilidade de existência física e simbólica destas populações no espaço citadino (p. 221).

O fato é que essa população, apesar da invisibilização, não desapareceu, nem mesmo aquelas expulsas da vila de Curral Del Rey. Devemos questionar para onde foram aqueles que aqui estavam? Onde reconstruíram seus terreiros e seu quilombos? As favelas, as vilas e as periferias, ao longo da história da cidade, constituíram-se como territorialidades itinerantes, como mostra o trabalho de Liberato (2007), que acompanha o surgimento e o fim das vilas e das favelas de Belo Horizonte durante mais de 100 anos. Ou seja, o maior legado de Aarão Reis, além dos traçados ortogonais das principais avenidas de Belo Horizonte, é a manutenção da prática de migrações forçadas da população pobre, que, em sua maioria é composta por negros e pardos.

Todos sabiam que a favela não era o paraíso, mas ninguém queria sair. Ali perto estava o trabalho, a sobrevivência de todos. O que faríamos em lugares tão distantes para onde estávamos sendo obrigados a ir? Havia famílias que moravam ali a anos, meio século até, ou mais. O que seria a lei usucapião? Eram esses pensamentos que agitavam a cabeça de Maria –Nova, enquanto olhava o movimento de tratores para lá e para cá (Evaristo, 2017, p.71).

Como pontua Gomes (2009, p. 115), “a produção simbólica a favor da segregação racial é refletida e produzida no espaço. Privilégios raciais conduzem a privilégios espaciais. Casa grande, senzala, bairros-favelas sem planejamento, centro-periferia”. A produção simbólica e material do espaço, com base em aspectos de segregação racial, conduzem a extremas desigualdades sociais. É o que demonstrou o mapa das desigualdades sociais em Belo Horizonte, publicado em agosto de 2021.

Em seus 123 anos de história, a cidade viu ondas de migração e produção do seu espaço urbano se darem repetidamente sob a égide da desigualdade: infraestrutura para espaços centrais, precariedade para a periferia. A cor dessas pessoas, como costuma acontecer na sociedade mineira, é implícita, não dita. Remoções de favelas e ocupações, desde a década de 1930, mostram as personagens que são relegadas a

segundo plano para que o “novo” chegue. As cidades trazem em si a história da estruturação do racismo que as construíram (Mapa Das Desigualdades, RMBH, p. 5).

Sem perder de vista essas disparidades espaciais e que colocam a pobreza como a principal categoria herdada dos processos históricos vivenciados com base no sistema escravagista, compartilhamos com Santos (2006, p. 70) ao afirmar que “gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada”. A cultura da periferia e as manifestações culturais de matriz afro-brasileiras que tiveram que se ressignificar representam uma força, fruto de uma “integração orgânica com o território dos pobres e o seu conteúdo humano. Daí a expressividade dos seus símbolos [...] que evolui de modo inseparável, o que assegura a permanência do movimento”.

É com essa perspectiva que o mapa das territorialidades negras de Belo Horizonte foi pensado. É sabido da importante contribuição das manifestações culturais negras para a cidade, embora os espaços desta mesma cidade ocultem o quanto podem essas contribuições em diferentes perspectivas. Concordamos com Silva (2020, p.9) que advoga sobre a importância de “desvelar dos territórios negros na cidade, os lugares de memórias, de manifestações culturais e construções encobertas pelo sufocante cobertor racista, etnocêntrico incorporado na concepção urbanística”.

Iniciativas de catalogação e mapeamento de manifestações culturais negras em Belo Horizonte vêm sendo desenvolvidas desde 1995 com o levantamento sobre as comunidades-terreiro de Belo Horizonte (Silva, 2021). O inventário dos grupos de tradições afro-brasileiras, elaborado entre os anos de 2003 a 2005, catalogou os grupos de reinados, os terreiros de candomblé e de umbanda, a Capoeira de Angola e o Samba de Roda. Em 2004, a publicação do Guia Cultural de Vilas e Favelas, idealizado por Libânio (2004), coloca em evidência a diversidade cultural e a produção cultural nas periferias da cidade. Em 2012, uma parceria entre o Conselho de Promoção da Igualdade Racial (CPIR) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e do Núcleo de Estudos em Populações Quilombolas e Tradicionais (NuQ) da UFMG publica o catálogo Expressões Culturais Afro-brasileiras, que registra 210 grupos, lugares e pessoas ligadas a oito expressões culturais afro-brasileiras, tais como o samba, *soul*, reinados, terreiros, capoeira, dança afro, *hip hop* e quilombos, ampliando e atualizando o catálogo de 2005.

Recentemente, entre os anos de 2017 e 2020, iniciativas pautadas no automapeamento colaborativo têm procurado mapear iniciativas culturais diversas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), como o Mapa Cultural da RMBH e o Mapa Cultural

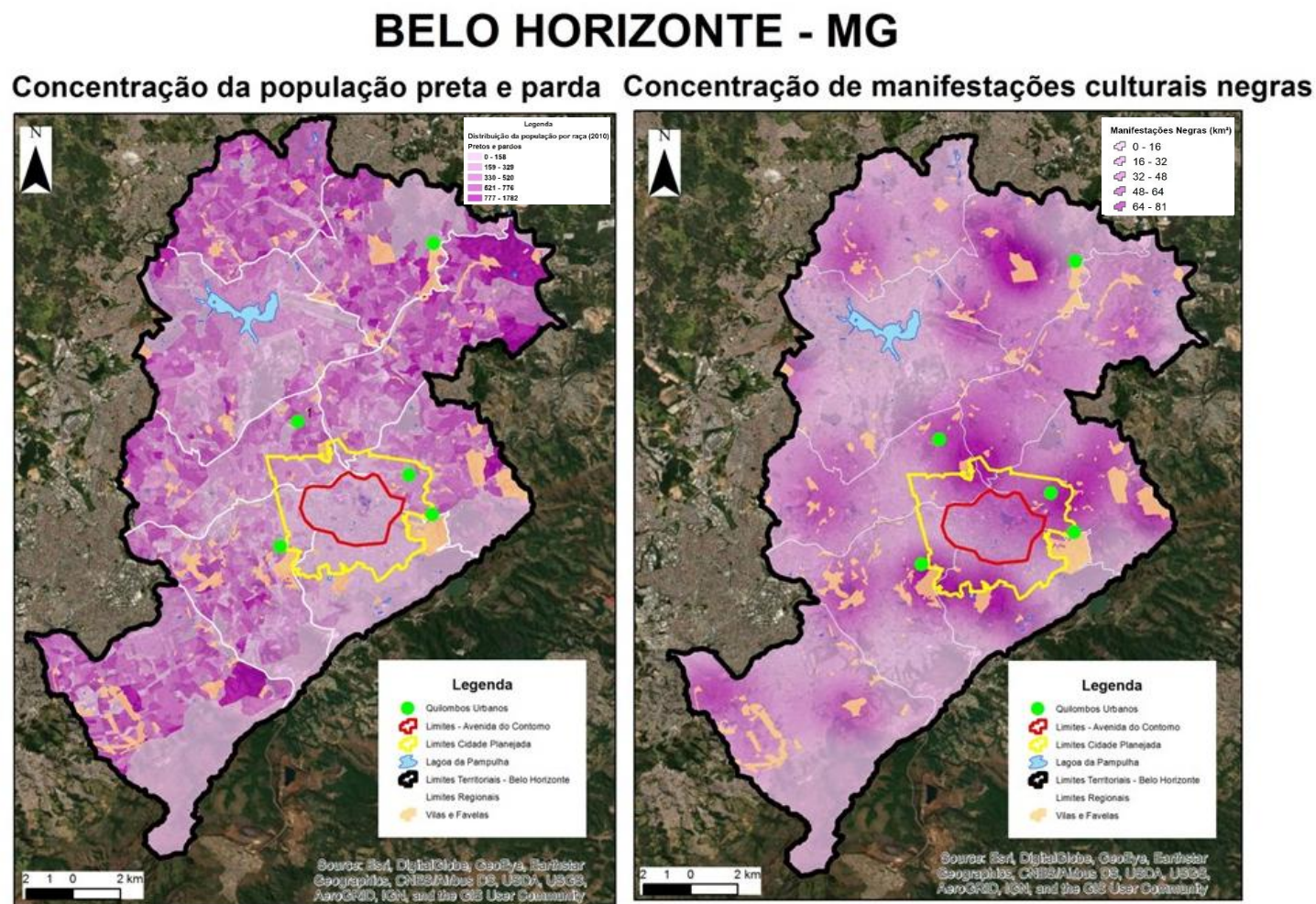
de BH. O projeto do Governo Federal, “Mapeando Axé - Mapeamento das Comunidades Tradicionais de Terreiro”, mapeou e catalogou comunidades de terreiro nas capitais e nas regiões metropolitanas dos estados de Minas Gerais, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul no ano de 2010, no qual o intuito era conhecer a realidade dessas comunidades, constituindo um banco de dados para subsidiar políticas públicas.

Entretanto, todas essas iniciativas que se denominam mapeamentos realizam, de fato, apenas a catalogação e a inventariação com o registro do endereço do lugar, da pessoa ou do grupo. Compartilhando das considerações de Anjos (2006) sobre a potencialidade para realizar análises mais completas e complexas a partir de dados geográficos georreferenciados, reunimos, em um só banco de dados, todas essas informações supracitadas, compondo um vasto acervo sobre as manifestações culturais afro-brasileiras em Belo Horizonte, que, por estarem associadas a pontos com coordenadas, permitem, por meio de técnicas de análise espacial, cruzar outras informações e dados. O mapa conta ainda com o registro dos blocos afro e das escolas de samba até então não registradas nos diversas catalogações e mapeamentos acima citados.

Assim, por meio desse mapa, é possível analisar, em uma perspectiva espacial, como a cidade dialoga com essa temática, compreendendo onde se concentram as territorialidades negras e como elas se relacionam com os territórios étnicos e institucionalizados dos quilombos urbanos de Belo Horizonte, o tema focal desta dissertação. Ainda considerando as contribuições de Anjos (2006, p. 338) é importante não esquecer que “um mapa não é o território, mas nos produtos da cartografia estão as melhores possibilidades de representação do que aconteceu, do que está acontecendo e do que poderá acontecer no território”.

Com inspiração na ideia do nome do encontro dos blocos afro de Belo Horizonte, denominamos o mapa das territorialidades negras de **Mapa Kandandu** (figura 8), que na “língua africana kimbundu significa “abraço”, também expressa a união de filosofias, ideais, conhecimentos e vivências por meio da ancestralidade africana” (PBH, 2020). Sendo este mapa a convergência e a condensação de variadas manifestações e de expressões culturais afro-brasileiras, o nome é bem representativo.

Figura 10: Mapa da distribuição da população preta e parda em Belo Horizonte em 2010 (a esquerda) e Mapa Kandandu das territorialidades negras de Belo Horizonte.



Elaborado por Jéssica dos Santos, maio de 2021.

Fontes: Censo 2010 IBGE, Bases Cartográficas PBH (2021), NuQ, 2012, Favela É Isso Aí, 2004; FMC; 2006; Liga das Escolas de Samba, 2021; Abrafo, 2021.

Para a comparação dos dois mapas, é preciso considerar os polígonos vermelho e amarelo que representam os limites da cidade planejada de Aarão Reis no final do século XIX, correspondendo em vermelho a zona urbana e em amarelo a zona suburbana. No que diz respeito à distribuição da população preta e parda, elas estão mais presentes nas áreas mediantemente fora dos limites da antiga cidade planejada e vão se concentrando mais nos limites e nas bordas das áreas periféricas de Belo Horizonte. A mesma distribuição espacial se dá nas vilas e nas favelas, representadas pelas manchas em tons de laranja claro. Embora existam pequenos núcleos de vilas e de favelas dentro das áreas da cidade planejada, são pouco representativas.

Os quilombos, representados pelos círculos verdes preenchidos, em sua maioria, margeiam as áreas limites da cidade planejada, exceto no caso do Kilombo Souza, totalmente inserido nos limites, e o Quilombo de Mangueiras, localizado no extremo norte do Município. Neste sentido, as manifestações e as expressões culturais negras dialogam com o mapa da distribuição da população preta e parda na cidade de Belo Horizonte. Entretanto, alguns lugares onde existe concentração das manifestações culturais, não corresponde a concentração populacional de pessoas pretas e pardas, como por exemplo, nos limites da avenida do Contorno (polígono vermelho). Interpretamos tais observações, considerando que tanto os quilombos quanto as manifestações e as expressões culturais afro-brasileiras proporcionam permanências para além da mobilidade provocada pelo capital, que condiciona uma característica itinerante à população preta e parda no espaço da cidade, à medida que o espaço vai sendo mais valorizado pela especulação imobiliária, especialmente, mas também por outros motivos, tais como abertura de avenidas, implementação de infraestrutura de “interesse público”. Identificadas as territorialidades e como elas dialogam com outros elementos da/na cidade, vamos descrever quais os processos de institucionalização das comunidades quilombolas contemporâneos nos níveis federais, estaduais e municipais.

4.3 Institucionalização das Territorialidades Quilombolas

Neste tópico, a discussão aqui desenvolvida é traçar um panorama da distribuição espacial dos territórios quilombolas no Brasil já inseridos em uma das duas etapas de reconhecimento institucional; a Certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) ou a titulação emitida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ao nos debruçarmos sobre a temática dos quilombos e a geografia, torna-se importante resgatar

alguns conceitos discutidos neste trabalho, tais como processo de DTR (desterritorialização–reterritorialização), a concepção de identidade territorial, as práticas espaciais e, por fim, as ideias brevemente citadas sobre as abordagens latino-americanas em torno do território e da importância da corporeidade nesse processo. Assim, o texto vai dialogar com alguns conceitos trabalhados pela sociologia, a história e a antropologia, que foram essenciais para entender como esses processos têm influenciado na produção do espaço e na formulação de outras geo-grafias.

Vamos utilizar também da linguagem cartográfica tradicional, atualizando uma espacialização aos moldes dos trabalhos realizados por Anjos (1999; 2004; 2006), como um instrumento para ilustrar e decodificar uma realidade em mutação, em ressignificação. Assim a cartografia vai auxiliar na construção da espacialidade dos quilombos, que aliada e cruzada com outras informações e variáveis, possibilita um entendimento amplo.

Nos processos de reconhecimento de territórios quilombolas, a prerrogativa da autoatribuição tem sido essencial para uma mudança na organização do espaço brasileiro. A etnogênese, processo entendido como a identificação e a construção de novas identidades, tem permitido que comunidades e grupos historicamente delegados à margem da sociedade, inclusive, em uma perspectiva espacial, tornem-se protagonistas nas ações e nas novas formas de olhar e de organizar o território. Com isso, de uma relação dicotômica, delimitada e privada de se conceber os territórios, outras formas de uso e de apropriação, pautados em aspectos mais diversos, passam a ser reconhecidos. A constituição desses tipos de territórios, como os de comunidades quilombolas, representam uma forma de descolonizar o pensamento, que proporciona um deslocamento do lugar de enunciação, permitindo que outros mundos de vida ganhem o mundo, mundializando o mundo (Porto Gonçalves, 2017).

Isto posto, retomamos uma citação de Porto-Gonçalves (2001) que “território é espaço apropriado, instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele”. Essa citação pode ser atribuída como um dos elementos necessários para a constituição de uma comunidade quilombola no seu percurso por reconhecimento institucional. Alguns estudos (Deus e Castro, 2014; Costa Filho, 2016) afirmam que a busca por esse reconhecimento, denominada como conduta territorial, muitas vezes se dá pela ameaça de expropriação e remoção de seus territórios. Nesse interim, se uma comunidade antes da ameaça não se constituía por meio dos elementos hegemônicos de uso e de definição de territórios, ela a passa a ter que ressemantizar seu próprio cotidiano. Deus e Castro (2014) assinalam que esse processo é formado por meio

de uma politização dos costumes, com resgate e ressignificação das identidades, em que o território e a defesa deste se tornam essenciais nesse processo.

O percurso oficial para esse reconhecimento institucional tem início com o autorreconhecimento do grupo como comunidade quilombola, o que é feito por meio de um processo junto à Fundação Cultural Palmares (Portaria nº 98/2007). Para a regularização do território da comunidade, é necessário que a comunidade abra um processo junto ao INCRA, que, por sua vez, elaborará o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Este relatório é elaborado por um grupo interdisciplinar executado pelo INCRA, em que serão realizados levantamento de informações cartográficas, históricas, socioeconômicas e antropológicas que indicarão os limites territoriais da comunidade. Uma vez aprovado o RTID, este é publicado para que possa ser contestado. Os proprietários que possuem imóveis incidentes no território identificado precisam ser notificados. Após a última notificação, inicia-se a contagem do prazo de 90 dias para o recebimento das contestações. O órgão possui o mesmo prazo para responder às contestações, que serão aprovadas ou recusadas no Comitê de Decisão Regional (CDR) do INCRA no estado em que se localiza o território quilombola reivindicado.

No prazo de 30 dias, o proprietário poderá recorrer da decisão do CDR ao Conselho Diretor (CD) do INCRA sede, em Brasília. Caso a apelação não seja aprovada, o órgão emite uma portaria de reconhecimento do território, e são instaurados os processos de desapropriação dos imóveis particulares incidentes ao território. O imóvel será vistoriado e avaliado e, quando concluídos, será objeto de ação desapropriatória. Somente após a conclusão dessas etapas, o território é titulado. Essa titulação garante o direito à propriedade coletiva do território reconhecido, sendo proibida sua venda e sua penhora. Esses processos até a titulação definitiva são onerosos e de longa duração.

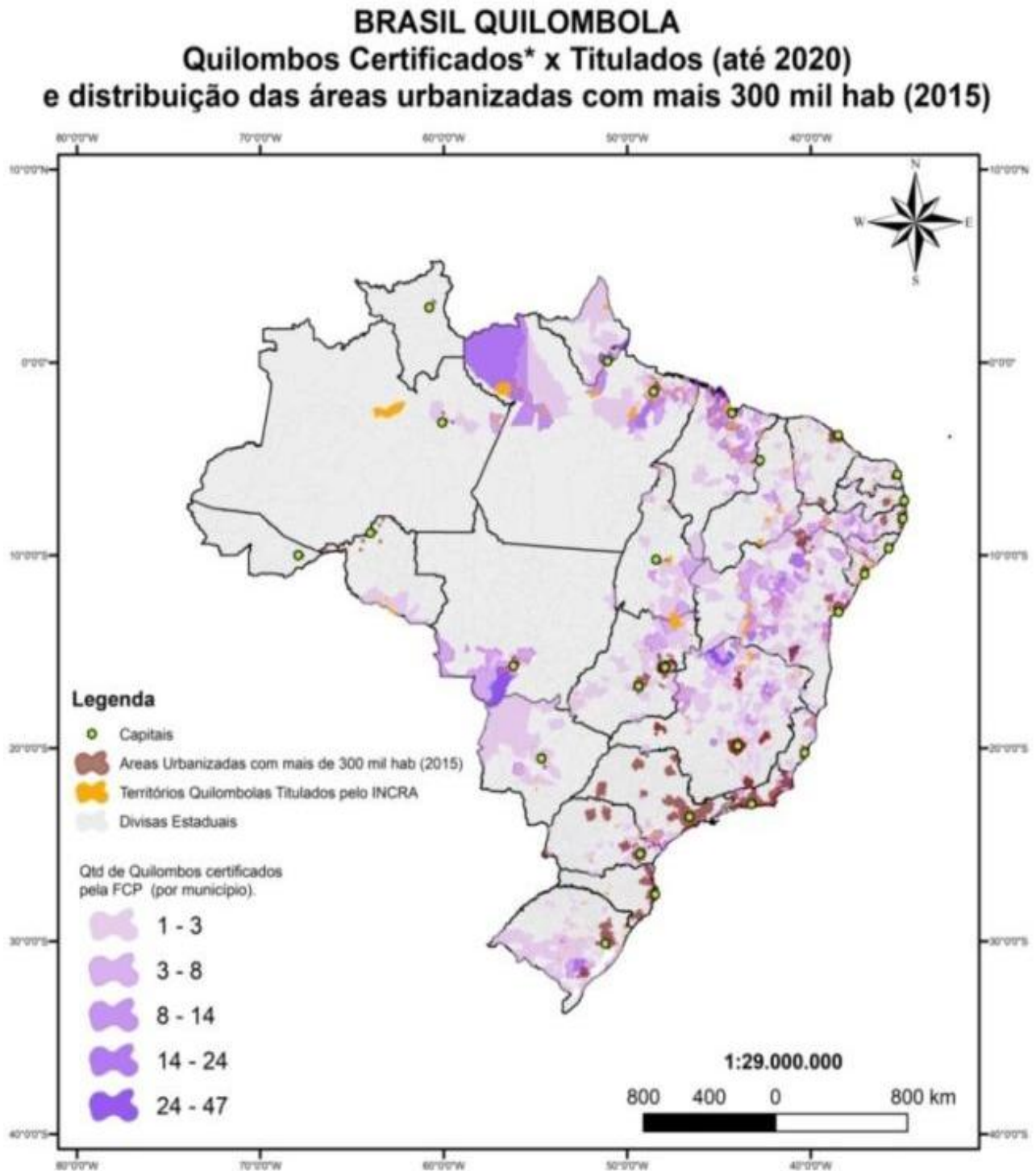
A primeira sistematização espacial dessas informações foi realizada por Anjos (1999; 2005), utilizando os dados disponíveis nos órgãos oficiais (INCRA, FCP), dando um panorama da distribuição espacial desses territórios no Brasil poucos anos após a promulgação da Portaria Incra n.º 307, de 22 de novembro de 1995, que determinou os procedimentos para demarcação e titulação de territórios quilombolas. Naquela ocasião, o autor apontou as dificuldades em encontrar informações sistematizadas referentes à distribuição dessas comunidades no território, que permitissem uma investigação com uma abordagem geográfica. Os dados disponíveis eram inconsistentes e divergentes, além disso as disputas e os conflitos

institucionais eram constantes, o que dificultava a condução no processo de legalização e, por conseguinte, a obtenção de dados oficiais.

De lá para cá, pouca coisa mudou em relação a essa constatação de Rafael dos Anjos. A disponibilização de dados, as disputas institucionais e a morosidade dos processos de titulação fazem com o que o retrato espacial no mapa de distribuição desses territórios represente apenas uma parte da realidade quilombola do país. De acordo com dados da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ, 2020), atualmente são 2.847 comunidades quilombolas certificadas, 1.533 processos abertos no INCRA e 154 das terras quilombolas titulados em todo o Brasil, o que representa que apenas 5% das terras quilombolas institucionalizadas chegaram até a etapa final do reconhecimento. Embora estejam domiciliadas em diferentes contextos, são em áreas rurais que a presença de territórios quilombolas está mais presente (figura 10). Dados referentes a um contexto urbano mostram que, nas capitais dos estados, apenas 12 cidades têm comunidades quilombolas certificadas pela FCP. As capitais com maior número de comunidades nessa condição foram respectivamente: Macapá (25), Porto Alegre (7), Rio de Janeiro (5), Belo Horizonte e Salvador (4).

O mapa da figura 10 mostra que a distribuição espacial dos territórios quilombolas está concentrada em áreas que historicamente se localizavam os quilombos entre os séculos XVI e XIX, ou seja, uma permanência. Notadamente, regiões que receberam maior contingente de pessoas que foram escravizadas e em que ocorreram os principais ciclos econômicos no período colonial (Anjos, 2005). Esse aspecto também pode ser observado na distribuição das comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais, no qual a configuração da distribuição atual dos territórios quilombolas tem relação com as regiões agrícolas e de mineração, seguindo os ciclos econômicos regionais que tinham como base o trabalho escravo (Silva e Pereira, 1988).

Figura 11: Quantidade de Quilombos certificados x Quilombos Titulados - Brasil 2020.

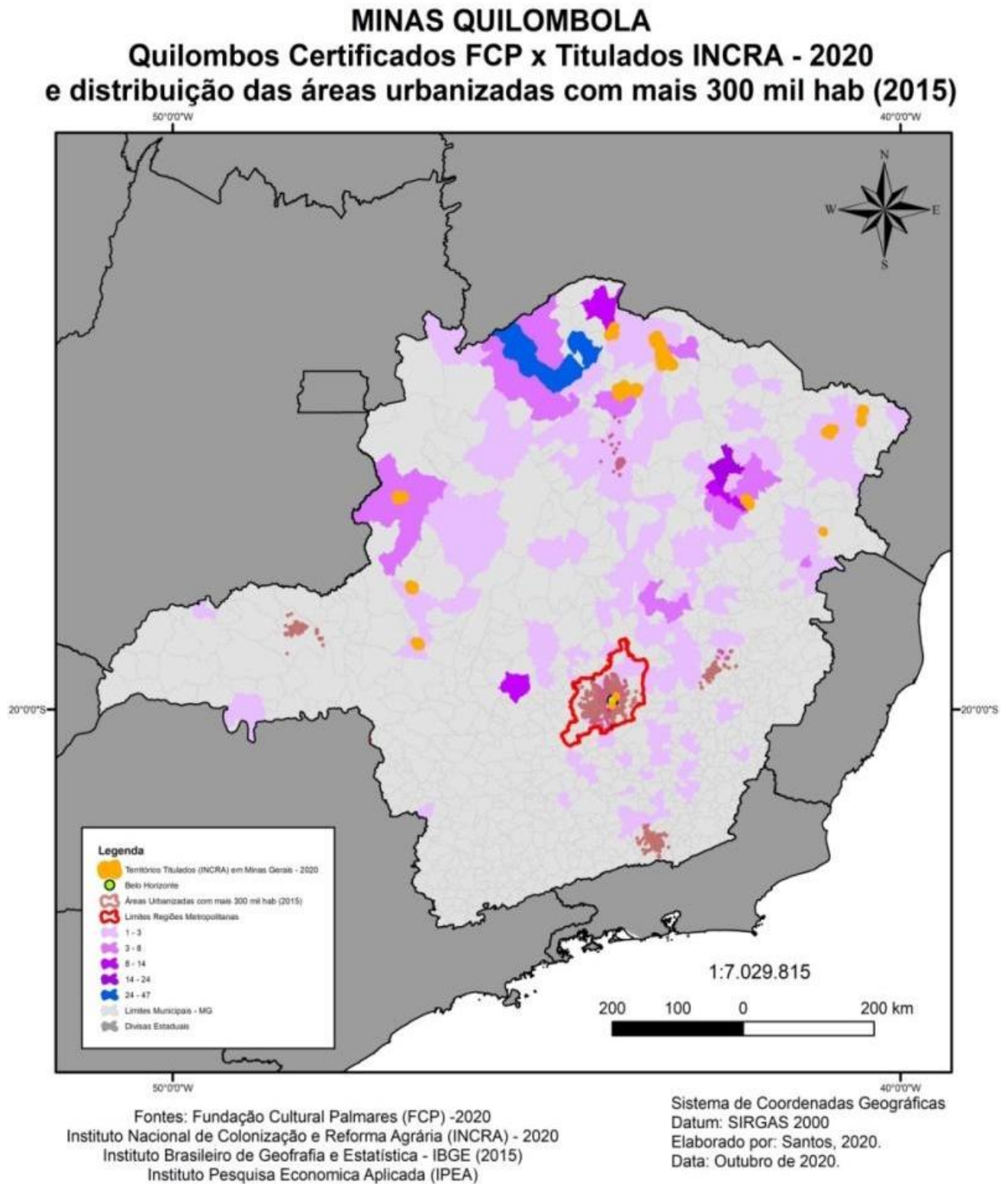


Fontes: Fundação Cultural Palmares (FCP) - 2020
 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - 2020
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015)
 Instituto Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: SIRGAS 2000
 Elaborado por: Santos, P.G.J.
 Data: Outubro de 2020.

Elaborado por Jéssica dos Santos, 2020.
 Fonte: INCRA, 2020; FCP, 2020; IBGE, 2010.

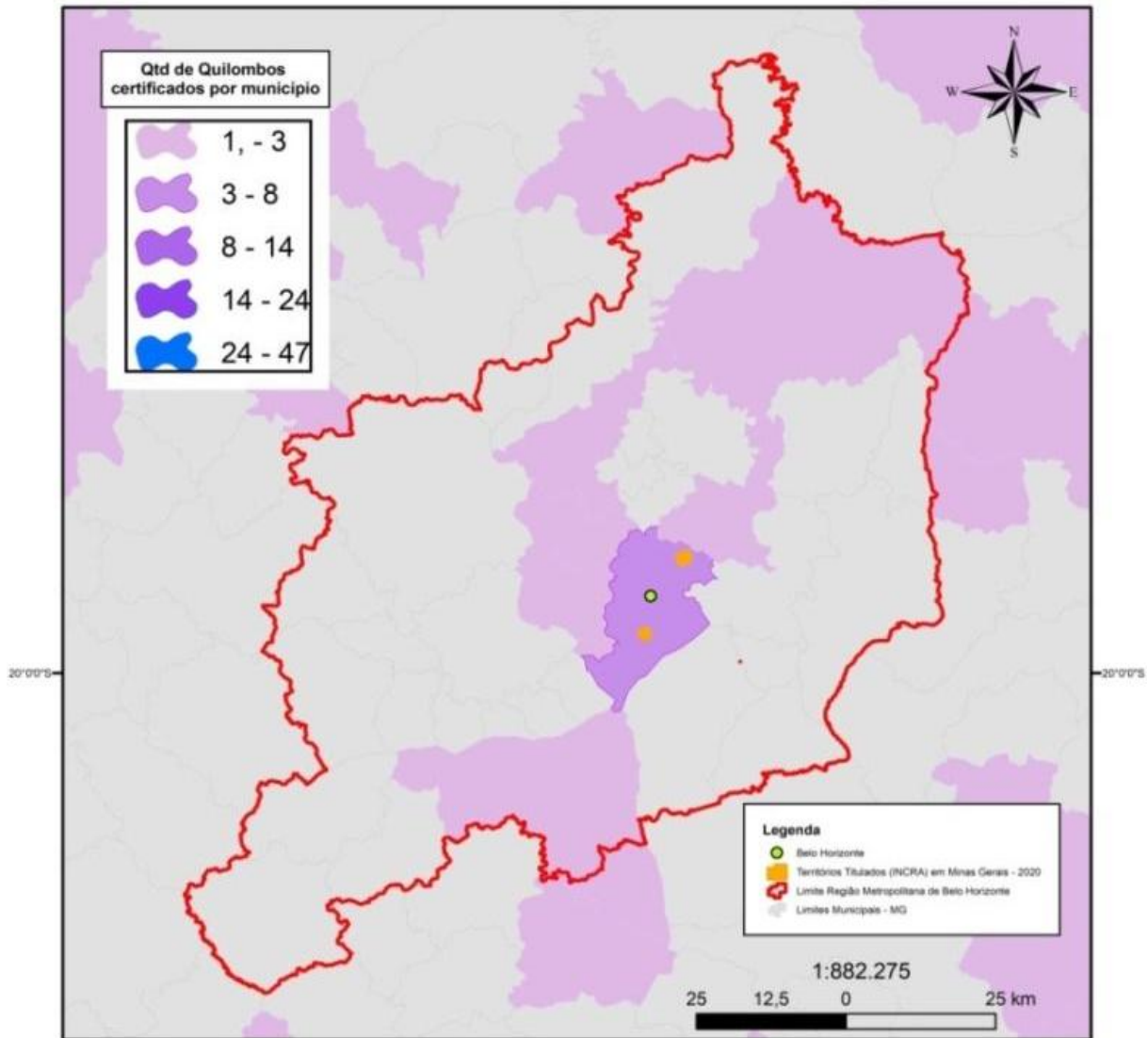
Figura 12: Quantidade de Quilombos certificados por Município x Quilombos Titulados em Minas Gerais.



Elaborado por Jéssica dos Santos.
 Fonte: INCRA, 2020; FCP, 2020; IBGE; 2010.

Figura 13: Quantidade de Quilombos certificados por Município x Quilombos Titulados na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Quilombos Certificados FCP x Titulados INCRA - 2020 Região Metropolitana de Belo Horizonte e entorno.



Fontes: Fundação Cultural Palmares (FCP) - 2020
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - 2020
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015)
Instituto Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000
Elaborado por: Santos, 2020.
Data: Outubro de 2020.

Elaborado por Jéssica dos Santos.
Fonte: INCRA, 2020; FCP, 2020; IBGE, 2010.

Na escala da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a distribuição das comunidades quilombolas certificadas e tituladas estão concentradas na capital, (embora não haja mais áreas consideradas rurais), e não nas cidades do entorno (em um contexto rural) como ocorre nas escalas estaduais e federais (Figura 7). Lembramos ainda que Belo Horizonte está entre as cinco capitais com maior número de comunidades quilombolas certificadas e tituladas do país. O que é importante salientar aqui é que não se trata mais de considerar os territórios negros oriundos de um processo histórico de exclusão dessa população, que se materializam nos espaços marginalizados, como as favelas, os bairros populares etc. Como pontua Queiroz (2012, p. 8):

[...] a emergência de comunidades quilombolas em áreas urbanas explicita como a cidade configura em um emaranhado de trajetórias, que instituem outros sentidos para a vida cidadina. A partir da constituição de identidades, os sujeitos veem a possibilidade de construir uma outra história para suas vivências no espaço urbano. Assim, constituem espacialidades através de aspectos não apenas de natureza material, mas também, de natureza simbólica. Forjam suas fronteiras identitárias e espaciais por meio de suas *diferenças* sociais, econômicas e culturais, estabelecendo territórios que rompem com a unidade e expõem a pluralidade em que configura a cidade.

Ao analisarmos o contexto de formação dos quilombos urbanos de Belo Horizonte, observa-se que as famílias que deram origem a eles, são oriundas de outras cidades. Ademais, ao se verificar as datas de “constituição” desses territórios, seja pela regularização do terreno, seja pela data de chegada do núcleo familiar, as datas acompanham diferentes momentos dos processos de desenvolvimento urbano de Belo Horizonte.

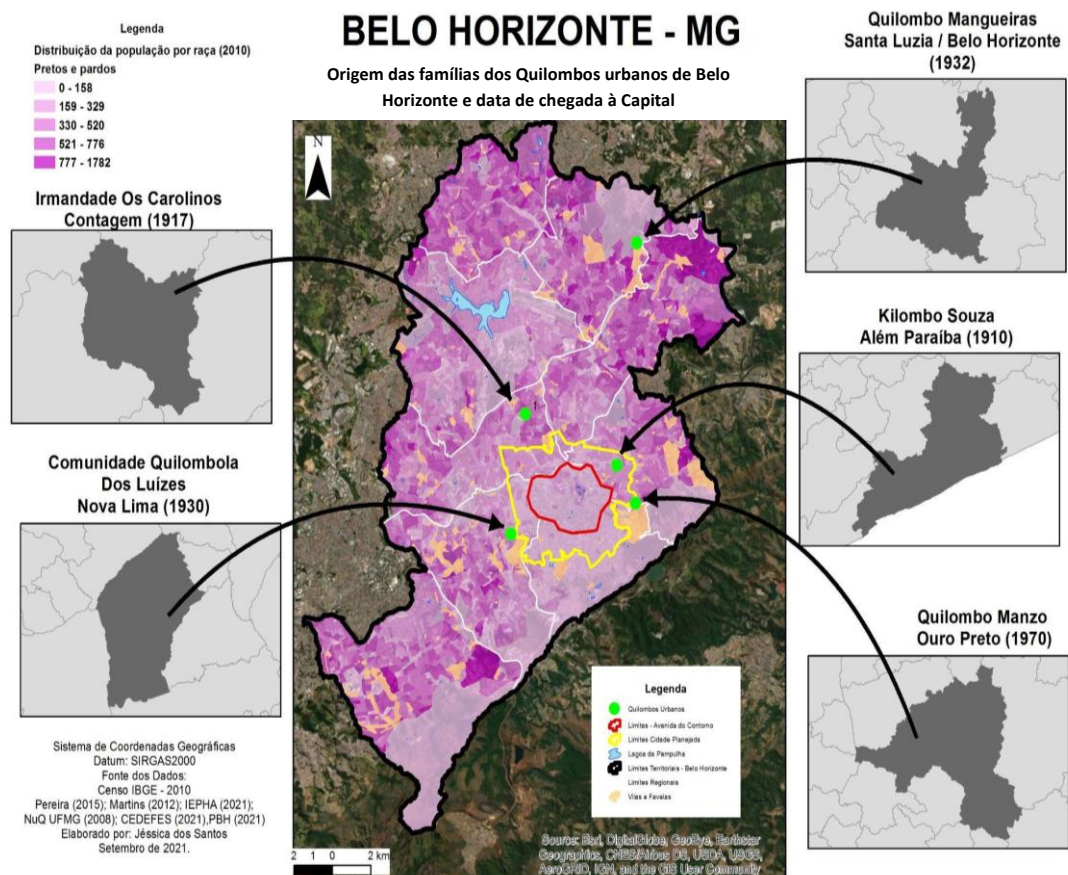
Nesse âmbito, entendemos que os territórios quilombolas em contexto urbano de Belo Horizonte são constitutivos de um processo de êxodo e de imigração em razão da decadência econômica e de relativa perda de importância e de influência das cidades coloniais localizadas no entorno, como Nova Lima (no caso dos Luíses), Ouro Preto (Manzo), Santa Luzia (Mangueiras) e, em um contexto mais distante, Além Paraíba (Família Souza). Entretanto, é preciso destacar que diferentes dos demais territórios quilombolas, o Quilombo de Mangueiras é o único que não se originou por meio de um processo reterritorialização, pois o local onde ele está inserido já era habitado pela família que originou a comunidade. A data de 1932, entretanto, atribuída à “chegada” do núcleo familiar ao território na verdade diz respeito à data de compra e venda do terreno com o registro em cartório, sendo que as relações de dependência eram com a cidade de Santa Luzia, o núcleo urbano mais próximo do território no passado.

Existe uma lacuna historiográfica que pontua para onde foram as populações expulsas do arraial de Curral Del Rey no período de construção da capital. A historiografia só tem registrado o destino dos antigos proprietários de terra do Arraial, que além de terem sido

remunerados pelas desapropriações ocorridas, instalaram-se em “regiões próximas ao futuro núcleo urbano da nova cidade” (Pereira, 2015). Os estudos de Silva (2021) a respeito dos afro-territórios no extinto Arraial de Curral Del Rey trazem importantes e interessantes informações sobre a população negra antes da construção do capital, mas também não oferecem pistas para indicar o destino dessas pessoas.

O fato é que, na contramão desses migrantes forçados do Curral Del Rey, Belo Horizonte vai receber um fluxo populacional de ex-escravizados, recém-libertos, que vão re-significar os espaços de negritude da capital. De acordo com Pereira (2015) e Botelho (2007), embora não sendo possível mensurar o percentual a partir da cor e da raça da população imigrante nos primeiros anos da capital, os autores estimam que a chegada de descendentes de africanos na capital começou de forma reduzida e aumentou com o passar dos anos, à medida que a Capital se desenvolvia mais.

Figura 14: Origem das famílias dos Quilombos urbanos de Belo Horizonte.



Elaborado por Jessica dos Santos.
Fonte: CEDEFES, 2021.

O processo de formação desses territórios quilombolas em Belo Horizonte se diferencia de outras capitais, especialmente, se considerarmos os antigos núcleos quilombolas que existiam ao redor das cidades como o Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre. Parte desses núcleos, hoje em dia, são bairros negros ou da periferia, como Jabaquara em Santos. Em São Luiz do Maranhão, o maior Quilombo Urbano do mundo, o bairro da Liberdade, tem sua gênese de formação a partir desse processo. Considerando que a formação dos territórios quilombolas de Belo Horizonte é, em boa parte, oriunda de um processo de reterritorialização, é preciso entender como essa população se insere no contexto da capital e ressignifica a cidade, construindo outras territorialidades, como o caminho para compreender os processos de territorialização quilombola ocorrida aqui. E é a partir desse percurso que nos propomos a olhar como se constrói a trajetória do Kilombo da Família Souza na cidade de Belo Horizonte no próximo capítulo.

5 DO LUGAR AO TERRITÓRIO – JORNADA AO LONGO DO CAMINHO

5.1 A Formação do Território da Família Souza

Para compreender a trajetória do que hoje se configura como o Kilombo Souza, teremos, como apoio teórico, os conceitos de geossímbolos (Bonnemaison ,2012), aliados às territorialidades e temporalidades (Raffestin,1993; Saquet,2015). O primeiro por se caracterizar como um elemento que representa a dimensão simbólica das relações da comunidade quilombola com o seu território “que os fortalece em sua identidade” (Bonnemaison ,2012, p. 292), sendo assim, importante também para compreender as territorialidades, por meio das relações cotidianas, sociais e culturais, que o grupo mantém com **a trama de lugares e de itinerários**, que se efetivam no espaço, seja por meio do trabalho, da família, da religiosidade, da educação, da cultura e de todos os possíveis usos que são dados aos seus **territórios de vida**.

Costuramos as temporalidades da trajetória histórica do Kilombo Souza a esses conceitos, pois, por ser o território formado a partir de uma acumulação de tempos com conjugação de diferentes ritmos, desiguais e concomitantes, a temporalidade assume fundamental importância, pois permite compreender como as territorialidades se constituem objetiva e subjetivamente (Spósito 2008; Bonnemaison, 2012; Braga, 2012; Saquet, 2015). Nesse sentido, compartilhamos com Lé Bossé (2013) que não se deve abordar “o desenvolvimento de uma identidade local (e também social, cultural e sobretudo, territorial), a partir de um ponto de vista apenas interno, mas situando-o em um contexto mais amplo, voltado para o exterior, com relações espaciais que o afetam reciprocamente”.

Considerando estes apontamentos, procuraremos traçar e descrever essa trajetória a partir de marcos importantes da/na história vivida pela família, que se destacam nas oralidades relatadas e que possam se vincular aos aspectos que compõem as identidades territoriais, em diálogo com os processos dinâmicos ocorridos nos entornos do Kilombo, como os vínculos com o bairro Santa Tereza e a cidade de Belo Horizonte.

Assim, a história do território do Kilombo¹⁹ da Família Souza se inicia com a chegada de Petronillo e Elisa²⁰ à região da antiga Colônia Córrego da Mata ou Américo Werneck, hoje bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte. A data exata de chegada à jovem capital

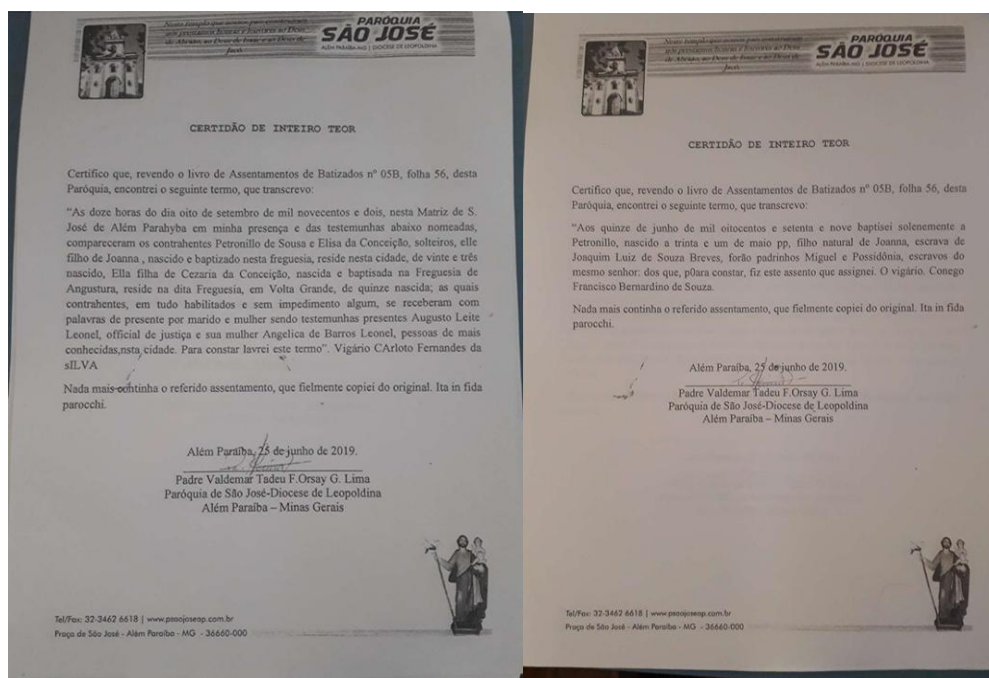
¹⁹ Quando nos referirmos estritamente ao território da Família Souza usaremos a grafia “Kilombo” em vez de “Quilombo”.

²⁰ Nomes reais daqueles que são considerados pela família Souza, o patriarca e a matriarca que deram origem ao Kilombo em Belo Horizonte

mineira, de acordo com levantamentos realizados para o Dossiê de Salvaguarda do IEPHA, foi no ano de 1910. O casal, Petronillo e Elisa, são oriundos da cidade de Além Paraíba na zona da mata mineira (Figura 13).

De acordo com o levantamento realizado pelas bisnetas de Petronillo e Elisa, ambos nasceram na lei do ventre livre e poucos antes da promulgação da Lei Áurea em 1888. Embora as informações mais detalhadas e comprovadas estejam apenas relacionadas a Petronillo, em função de que suas bisnetas conseguiram acesso a sua certidão de batizado, as memórias e as oralidades da família e seu percurso histórico são mais presentes na figura de Elisa. De acordo com os documentos encontrados, no momento da abolição da escravidão, Petronillo tinha nove anos e quando se casou tinha 23 anos de idade.

Figura 15: Certidão de Casamento de Elisa e Petronillo e Certidão de Batismo de Petronillo.



Fonte: kilombo Souza

Esses documentos permitiram identificar o contexto e a origem de Petronillo, mostrando que sua mãe foi escravizada na fazenda dos Breves, uma importante família que constituiu grande fortuna no período do ciclo do café, dominando a produção no Vale do Paraíba e Zona da Mata mineira, sendo que um dos integrantes, o “Comendador Joaquim José de Souza Breves (1804-1889), foi conhecido como o rei do café no Brasil Imperial” (Brito *et al.*, 2021, p. 28).

Como apurado pelo Dossiê, a partir de fontes como Dantas (1931) e Lourenço (2010), além da fortuna oriunda da produção cafeeira, os Breves também mantinham a prática de tráfico

de escravizados, especialmente após o período em que foi decretado a proibição dessas atividades no Brasil, a partir da “Lei Feijó” (1831). Essa lei, embora estabelecendo que todos os escravizados vindos de fora do Império estariam livres, impondo ações penais aos importadores que não se adequassem, não impediu que o tráfico de seres humanos da África para o Brasil continuasse ocorrendo sistematicamente (especialmente para atender o crescente desenvolvimento da atividade cafeeira). É, por isso, que a expressão “lei para inglês ver” surge nesse contexto, pois serviu mais para atender a uma pressão do governo britânico sobre o governo brasileiro para a extinção da escravização no país. Porém, ao contrário, “acabou crescendo, por conta da baixa do preço dos escravos na África e pela demanda da grande lavoura cafeeira, aliados à falta de uma repressão efetiva por parte das autoridades” (Mapa, 2015). O tráfico de escravizados só teve fim efetivo com a promulgação da “Lei Eusébio de Queiroz” em 1850 (Brito *et al.*, 2021).

De acordo com Lourenço (2010) *apud* Brito *et al.* (2021), os Souza Breves e a prática de tráfico de pessoas para torná-las mão de obra escravizada em suas fazendas impulsionaram ainda mais a fortuna da família, bem como os tornaram um dos maiores proprietários de escravizados do Brasil. É nesse contexto que nasce o Petronillo de Souza em 1879. Mesmo nascido após oito anos da promulgação da lei do ventre livre, ele ainda pode ter sido considerado um cativo dos Souza Breves, uma vez que os filhos das mulheres escravizadas ficavam sob a tutela dos senhores até os oito anos de idade e/ou prestavam serviços até completarem 21 anos, caso os senhores de escravizados não recebessem indenização do Estado.

[...] § Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de sua mãe, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção ou de receber do Estado a indenização de seiscentos mil réis, ou de utiliza-se dos serviços do menor até a idade de vinte e um anos completos [...] (Brasil, 1871).

Apesar dessa condição que nos permite saber um pouco mais sobre as origens familiares do Kilombo Souza, é a partir do estabelecimento em Belo Horizonte que uma maior riqueza de detalhes das oralidades e das memórias se fazem presentes nos relatos apresentados pelas descendentes de Petronillo e Elisa (figura 14). Apesar disso, não se sabe as motivações que levaram o casal a migrar para outros lugares, passando, primeiramente, por Araxá e só depois chegando a Belo Horizonte, que, no momento em que chegaram, ainda se encontrava em pleno processo de construção, embora tivesse sido inaugurada cerca de dez anos antes.

Figura 16: Dona Elisa de Souza (sem data).



Fonte: Acervo da Família Souza.

Botelho (2007) e Pereira (2015), como já mencionado, têm realizado vários estudos que procuram compreender como se deu o processo de inserção da população negra em Minas Gerais, especialmente em Belo Horizonte, após o período da abolição. Especialmente o trabalho de Botelho (2007), afirma que o processo de migração, notadamente migrações internas, foram bastante intensos em Belo Horizonte nos anos iniciais da capital, sendo que, para o autor, tal fato “sustentará o rápido crescimento da cidade [...]” e “o processo migratório para Belo Horizonte tem as seguintes influências: o fim do trabalho escravo, a migração do interior para a nova capital mineira, migrações nordestinas” (p.11). Para Pereira (2015), a migração era uma estratégia de “gestão de oportunidades de trabalho e condições de vida”, o que pode ser atribuído também para o caso de Elisa e Petronillo.

O período compreendido entre a chegada a Belo Horizonte por volta de 1910 até a formalização da compra de parte dos lotes 41 e 42 na ex-Colônia Agrícola Córrego da Mata/Américo Werneck em 1923, os relatos contrapõem em partes, o que comumente ocorria

no passado, “em que ex-escravizados e seus descendentes sofriam restrições à aquisição de terras nos núcleos coloniais” (AGUIAR, 2006, p. 85 *apud* PEREIRA, 2019).

De acordo com os relatos orais dos descendentes de Petronillo e Elisa, o casal demorou cerca de dez anos para conseguir efetivar a compra do terreno ao qual hoje se constitui o território do Kilombo Souza. Nesse período, tanto Petronillo quanto Elisa desempenharam diferentes funções e ofícios para viabilizar os recursos necessários para a compra da propriedade. De acordo com o documento de compra e venda (anexo 01), em 1923, a escritura do terreno é repassada a Elisa e a seus filhos em decorrência do falecimento de Petronillo por tuberculose. Outro fato importante a ser citado é levantado pelos estudos do Dossiê de Salvaguarda é que [...] “Elisa de Souza e herdeiros pagaram mais que o dobro do valor anteriormente negociado” (IEPHA, 2021, p.38).

O processo de compra e venda do território ocupado pelos quilombolas da Família Souza, foi inicialmente vendido por Arthur Ramos e Anna Leonor Nogueira para Honório Coelho por 400\$000 (quatrocentos mil réis). Honório Coelho vende para Gabriel Oliveira Santos por igual valor de 400\$000 (quatrocentos mil réis) e por último, Gabriel Oliveira Santos e Maria V. Oliveira Santos vendem para Elisa de Souza e herdeiros pelo valor de 1:000\$000 (um conto de réis).

Embora a trajetória da Família Souza seja marcada por um processo oneroso e dispendioso para adquirir o terreno em que se constitui hoje o território, como já descrito, essa não foi uma realidade imposta a todos no contexto histórico de formação das colônias agrícolas belo horizontinas, inclusive, a ex-Colônia Córrego da Mata/Américo Werneck. Como descrito pelo Dossiê (2021), poucos anos antes do início da construção de Belo Horizonte no Arraial de Curral Del Rey foi criada, em 1892, a Secretaria dos Negócios da Agricultura em Minas Gerais e umas das funções desse órgão governamental era os processos sobre repartição de Terras e Colonização, com base no “decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, que regularizou o serviço da introdução e localização de imigrantes no país” (Brito *et al.*, 2021).

Em 1896, o presidente do Estado, Bias Fortes, aprova a instalação de seis colônias agrícolas no local nas quais estava sendo instalada a cidade de Belo Horizonte, margeando as áreas planejadas e/ou as margens das estradas de Ferro (Ticle, 2016) no intuito de fomentar a modernização e a diversificação de atividades agrícolas. Assim, foram criadas as colônias agrícolas do Barreiro em 1895 e extinta em 1899, Carlos Prates (hoje parte dos bairros Carlos Prates e Calafate) e Colônia Córrego da Mata, depois denominada Américo Werneck (compreende os bairros Santa Tereza, Horto e Sagrada Família) em 1896; Afonso Pena (Santo

Antônio, São Bento, Luxemburgo, Cidade Jardim, Vila Paris e Santa Lúcia), Bias Fortes (Santa Efigênia e São Lucas) e Adalberto Ferraz (bairro Anchieta) em 1899 (Gouvêa e Nicácio, 2017).

As políticas de imigração da época, fomentadas pelo Estado, “na esteira das políticas nacionais eugenistas que negligenciaram os negros em prol de estrangeiros brancos” (Brito *et al.*, 2021, p. 37), garantiram condições e facilidades aos imigrantes estrangeiros (especialmente europeus) para ocuparem e permanecerem na cidade. Dentre as facilidades atribuídas a essa política, estavam à venda com valores fixados e formas de pagamentos facilitadas ou a distribuição de lotes nas colônias com estruturas e fornecimento de insumos necessários à subsistência das famílias e indenização pelos gastos com passagens da Europa para o Brasil (Ticle, 2016; Brito *et al.*, 2021).

Apesar das facilidades fomentadas pelo Estado, de acordo com Gouvêa e Nicácio (2017), a população de imigrantes da capital Belo Horizonte, no início do século XX, representava apenas 13% da população total, sendo que apenas 4% moravam nas colônias agrícolas, demonstrando, assim, de acordo com as autoras, que a “associação entre imigração e construção de colônias agrícolas não se efetivou completamente” (p. 386). A maioria dos moradores das colônias agrícolas na época era composta de brasileiros, correspondendo a mais de 40% dos moradores entre os anos de 1905 e 1911.

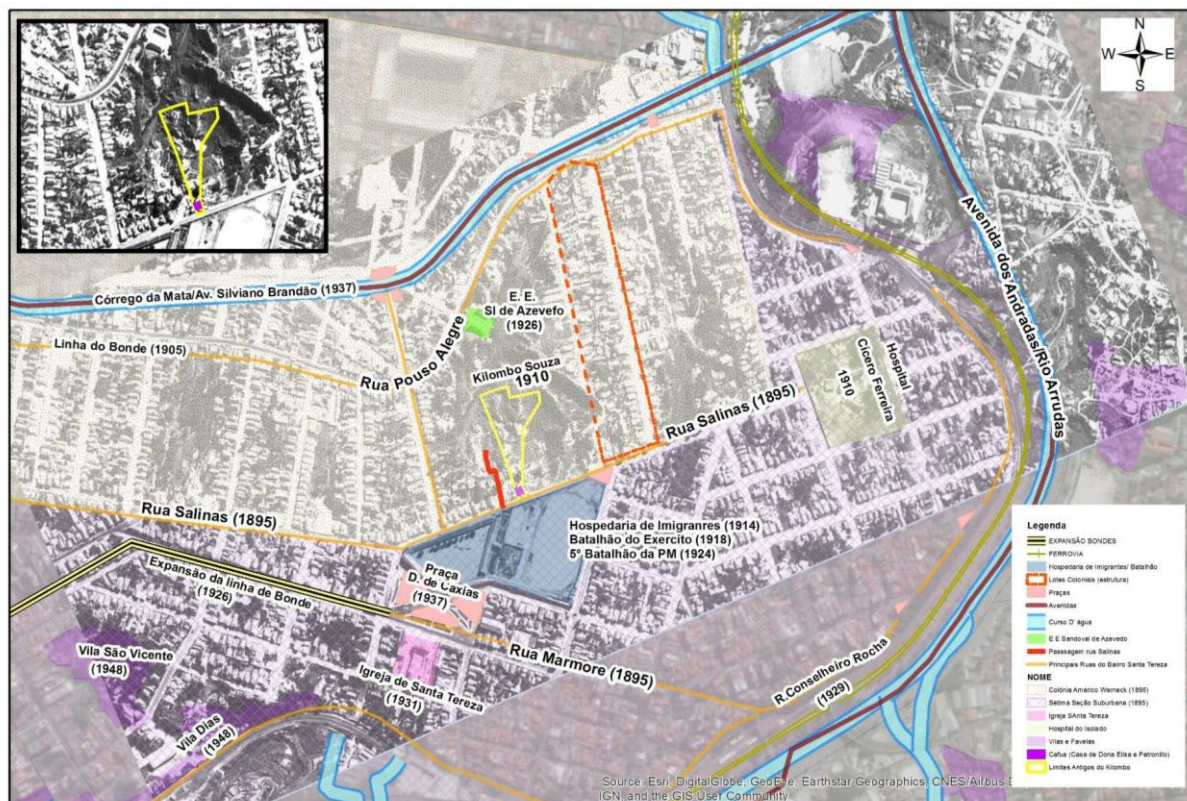
Em 1912, as colônias agrícolas passam a ser incorporadas às zonas suburbanas da capital, mudando a configuração inicial das formas de ocupação dessas áreas, embora não de forma imediata (Aguiar, 2006). De acordo com Gouvêa e Nicácio (2017), os fatores que levaram a essa mudança foram muito em razão das formas “erráticas” de incentivo adotadas pelo Estado para fomentar as atividades agropecuárias e o perfil de moradores que ocuparam essas colônias, “como operários, pequenos comerciantes e funcionários públicos de baixo escalão”(p; 20), que levam ao abandono dos trabalhos de cultivo do campo, convertendo esse espaço de aspectos rurais para um espaço mais urbanizado.

O decreto municipal de 5 de fevereiro de 1912 oficializou a emancipação da Colônia Agrícola Américo Werneck e a incluiu na sétima seção suburbana de Belo Horizonte, o que abrangia a área que viria a se tornar o bairro Santa Tereza. A ex-colônia passou a ficar, então, sob jurisdição da capital do estado, ficando sob sua responsabilidade a urbanização da área (Ticle e Pereira, 2016, p.81).

É nesse momento, em transição, que Elisa e Petronillo se mudam para Belo Horizonte, passando a residir no bairro Santa Tereza. Nesse local, eles moravam junto a seus sete filhos: José, Joaquim, Eurico, Sebastiana, Eurídice, Odete e Maria. Essas duas últimas filhas mantiveram relações mais diretas e contínuas com o território, sendo os descendentes de Maria

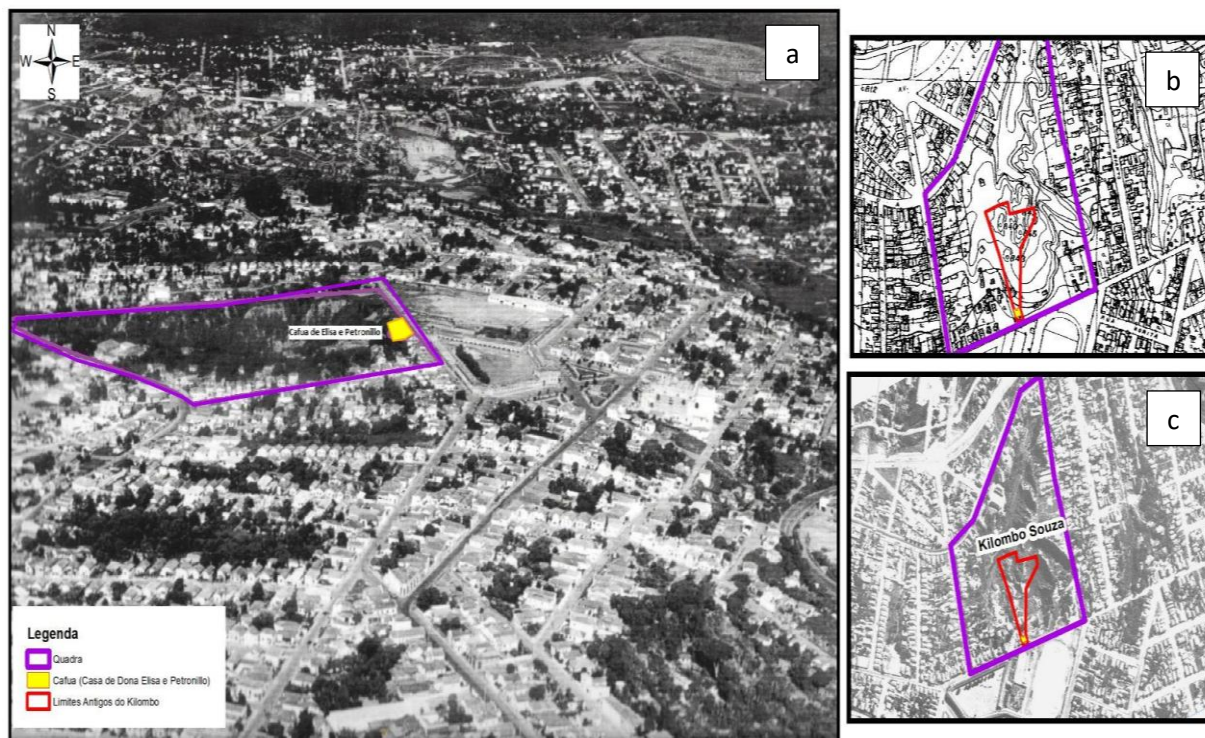
de Souza, os que residem atualmente no quilombo. O lote adquirido pela família (figuras 15 e 16), no contexto da época, não apresentava as melhores qualidades estruturais. Apesar da proximidade com pontos centrais do bairro, era constituído de topografia bastante irregular, o que dificultava o uso da propriedade (Brito *et al*, 2021). Além do mais, a proximidade com o hospital Cícero Ferreira, para tratamento de doenças infectocontagiosas, inaugurado em outubro de 1910, “terminou por produzir um esvaziamento nas proximidades do hospital num primeiro momento de sua existência” (Brito *et al.*, 2021, p. 47). O estigma atribuído à região do Bairro Santa Tereza, por causa da presença do hospital, fez com que o local ficasse popularmente conhecido como “Isolado”.

Figura 17: Imagem Aérea de 1956 (PBH, 2019) com descrição das principais mudanças ocorridas no Bairro Santa Tereza no período de 1895 a 1950.



Fonte: Elaborado por Jéssica dos Santos, com base nos estudos realizados por Aguiar (2006); Baggio (2005); Tickle e Pereira (2016); Dossiê IEPHA Kilombo Souza (2021).

Figura 18: (a) - Foto Aérea do Bairro de Santa Tereza, década de 40. (b) - Carta topográfica de 1953; (c) - fotografia aérea de 1956.



Elaborado por: Jéssica dos Santos (2021)
 Fonte: Arquivo Público Mineiro (2021); PBH (2019).

Tanto Petronillo quanto Elisa desempenharam diferentes funções e ofícios, quando chegaram a Belo Horizonte, com destaque para a prática agrícola no terreno da Colônia Américo Werneck e a função de carpinteiro, desempenhada por Petronillo. Esse fato aparece com grande destaque nos relatos orais, pois ele foi um dos trabalhadores que reformou a porta da Catedral de Boa Viagem em Belo Horizonte. Esses relatos corroboram com o período em que a igreja colonial foi demolida, em 1914, para a construção de uma nova matriz, inaugurada em 1921 (Brito *et al.*, 2021). O período compreende justamente a data de chegada da família Souza a Belo Horizonte até anos antes do falecimento de Petronillo.

A Catedral de Boa Viagem é considerada, então, o primeiro elemento geossimbólico (Bonnemaison, 2013) atribuído aos aspectos elementares que constituem o processo de formação do Kilombo Souza. Nas oralidades e nos relatos dos quilombolas, esse fato histórico na trajetória da família é essencial para relacionar a historicidade do território/comunidade com a cidade de Belo Horizonte, uma vez que a Catedral tem uma importante centralidade na história de formação do município antes mesmo de se tornar a capital planejada de Minas Gerais. A relação do patriarca fundador do território com esse geossímbolo representa uma convergência das geograficidades dos quilombolas com a cidade de Belo Horizonte, expressando, assim, o

que descreve Porto Gonçalves (2006, p. 42) ao dizer que o conceito de geograficidade permite “trazer o espaço para dentro da história e deixá-lo falar”.

Como já citado, a produção de cultivos no terreno do Kilombo Souza era uma importante atividade desempenhada pelos primeiros moradores. Tais produções eram vendidas em feiras livres, que ocorriam no bairro Santa Tereza e em outros pontos de Belo Horizonte. Mesmo com as características pouco favoráveis do terreno, a família Souza utilizou o espaço para cultivo da terra e criação de animais. Após a morte de Petronillo, Elisa de Souza casa-se novamente na década de 1930 e passa a residir no bairro Paraíso, constituindo um novo núcleo familiar, mas retorna em 1942, após o falecimento do segundo marido. No Kilombo Souza, permanecem parte de seus filhos e Maria de Souza, que junto a seu marido José Ruas compram dos demais herdeiros e de Dona Elisa parte dos terrenos. A partir daí, o Kilombo Souza irá passar por diversas transformações internas, como construções de novas moradias e implementação de infraestruturas, e, especialmente, sofrerá significativas perdas territoriais, seja por meio de venda de parte dos lotes a outros, seja por doação de parte do terreno para abertura da rua Teixeira Soares e, por fim, por invasões que ainda se encontram em litígio.

A fase compreendida pela liderança de Dona Maria de Souza ainda tem marcada a atividade agrícola como principal meio de subsistência da família e das relações com a cidade e o bairro Santa Tereza. Essa fase compreende um período que vai da década de 1940 até o falecimento de Dona Maria de Souza no ano de 1991. A produção agrícola exercida pela família Souza e a conexão dessa prática com a formação do território quilombola, podem ser compreendidas a partir de dois aspectos específicos. O primeiro é que a prática determinou a forma de organização espacial do próprio terreno, evidenciando um complexo conhecimento tradicional, manifestado na relação com a terra, nas maneiras de organizar a produção, no trabalho, nos modos de fazer e de transmitir os saberes, reterritorializando práticas oriundas de outros contextos vividos, caracterizando, assim, os modos de uso do/no território na trajetória do Kilombo Souza. De acordo com o Dossiê IEPHA (Brito *et al.*, 2021, p.112)

[...] A escolha do lote em uma região próxima a um córrego denota uma perspicácia inerente aos sujeitos acostumados ao trato com a terra, uma vez que esse recurso natural é necessário não somente para manutenção da vida humana, do ponto de vista biológico e religioso, mas também como elemento nos seus aspectos tecnológicos de um saber fundamental para as plantações e criação de víveres (galinha e suínos), que serviam, também, como fonte de renda para a família. [...] inicialmente somente uma pequena parcela do lote correspondia à moradia. Os mesmos geriam o lote com eficiência, ao definir como ocupar o restante da área disponível, dividindo-a basicamente em áreas de plantios (pomar e hortas) espalhadas por diversos locais do lote. Essa divisão da horta em pontos distintos do lote está relacionado a questões

topográficas, que devido a inclinação impedia que uma mesma área fosse ocupada continuamente.

Um segundo aspecto a ser considerado é que a agricultura irá mediar as relações e vivências no bairro Santa Tereza e na cidade de Belo Horizonte. Nas oralidades dos descendentes que hoje vivem no território, as vivências nas feiras livres é uma memória marcante. De acordo com o Dossiê IEPHA (Brito *et al.*, 2021), esses locais eram as feiras da praça na Rua Salinas, a feira Livre do bairro Padre Eustáquio e do bairro Prado, além da feira nas proximidades da igreja de Nossa Senhora do Carmo no bairro Sion. Durante o período em que essa atividade foi a principal fonte de renda da família, ela também mantinha conexões para comercialização e para exportação da produção da granja para a cidade do Rio de Janeiro (Brito *et al.*, 2021).

Essas feiras representam, então, um segundo elemento geossimbólico para a compreensão do processo de formação do quilombo. São práticas vinculadas às atividades agrícolas exercidas no Kilombo, que envolvem costumes, sociabilidades (entre os familiares, mas também nas feiras em que frequentavam), circulação econômica, troca de saberes e reterritorializações. A atividade agrícola e a vivência nas feiras livres foram desenvolvidas durante um longo período, como já citado, passando de geração em geração, e embora práticas de cultivo no quintal se mantenham até os dias atuais, ocorrem com menor grau de importância e não representam mais o principal meio no provento de rendimentos monetários para a família.

Essa diminuição é relacionada, sobretudo, a um processo de entendimento de cidade a partir de relações dicotômicas, por exemplo, na separação do que é caracterizado como rural e o que é caracterizado como urbano. Por se localizarem no bairro Santa Tereza, local que em um primeiro momento, não estar destinado aos modernos e urbanizados espaços priorizados na cidade planejada, de maneira secundária, sempre esteve nos planejamentos do que inicialmente se pensou para a capital. Como já citado, entre a definição de sua condição como Colônia Agrícola e, posteriormente, sua inclusão na Zona Suburbana e Urbana foram relativamente rápidas, e todo esse processo é vinculado aos ideais amplamente discutidos sobre o que Belo Horizonte deveria significar naquele momento. A cidade precisava ser moderna, urbana, milimetricamente planejada e desvinculada de toda ideia e forma que remetesse a um passado colonial, o que, de certa forma, inclui essa dicotomia entre rural e urbano.

A imposição de um modelo de sociedade baseada em questões de modernização, desenvolvimento e progresso, com base nas concepções homogeneizadoras e demasiadamente reguladoras, a partir da imposição e da regulação de seu espaço, pode resultar, em grande parte,

mais em processos que desencadeiam a perda de autonomia e desestruturação de formas tradicionais de uso do território, provocando um distanciamento das raízes, o que se aplica a Belo Horizonte e ao Kilombo Souza.

Essas dicotomias, baseadas em uma compreensão de mundo sob a perspectiva eurocêntrica, por meio de dualismos e dos evolucionismos (CRUZ, 2018), ainda é uma característica intrínseca ao processo de constituição e de desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte. Corrêa (1995), ao refletir sobre o papel do Estado na produção do espaço urbano, coloca-o como um agente que desempenha diferentes papéis, atuando tanto como proprietário e promotor fundiário, quanto como consumidor. Ao agir na regulação do espaço, entretanto, privilegia interesses voltados às classes dominantes e ao mercado.

Como já citado, a base de imposição do poder se dá, em alguns aspectos, por meio da homogeneização dos saberes, das formas do ser e do conceber o espaço. O exemplo da Belo Horizonte moderna e positivista ao longo de sua trajetória citadina revela a herança e a permanência desse pensamento construído com base na colonialidade. Esse processo vai de encontro a realidades outras, que, conseqüentemente, resultam em distopias ou em choques nas formas de conceber o espaço, resultando em uma significativa privação da reprodução das geografias locais.

É nesse aspecto que as leis promulgadas em Belo Horizonte, a partir de meados da década 1950, vão influenciar sobremaneira os modos de apropriação territorial da família Souza, especialmente sobre as relações com a agricultura. Como exemplos, a lei nº 592 de 1956, que ampliou a zona urbana do município, alterou as formas de uso dos espaços sob essa categorização, e, posteriormente, a lei nº 721/58, que regulamentou sobre os matadouros e criadouros de pequenos animais, afetou, assim, umas das atividades principais exercidas pela família Souza.

Ainda é importante citar o Decreto nº 2021 de 1971 que suspendeu temporariamente a autorização de novas feiras e suspensão de licenças para feirantes, uma vez que, segundo o texto do decreto, a legislação até então existente tinha se tornado obsoleta, permitindo que “no correr dos anos, um crescimento desordenado das Feiras-livres” desencadeariam “[...] em defeitos graves quanto ao seu número e suas localizações” (Belo Horizonte, 1971). O Decreto estabelecia essa suspensão até que se completassem estudos técnicos de viabilidade, que pudessem auxiliar a prefeitura na fiscalização e no controle desses espaços. Entretanto, o Decreto nº 2212 de 1972 determinou a progressiva retirada das feiras livres das ruas e dos

logradouros públicos, transferindo-as para os mercados distritais, e apresentou as seguintes motivações:

[...] pela necessidade inadiável de retirarem-se as feiras-livres dos logradouros públicos, pelos notórios inconvenientes que acarretam, comprometendo a limpeza da Cidade, a higiene, o tráfego, o conforto e bem-estar dos cidadãos e até mesmo dos próprios feirantes (Belo Horizonte, 1972).

Embora afetados em suas relações com as feiras livres, a família Souza, na pessoa de dona Maria de Souza, filha de Elisa e Petronillo, adquiriu um espaço no Mercado Distrital, no bairro de Santa Tereza, no qual vendia especialmente hortaliças, já que, ainda em 1942, as produções oriundas da granja já haviam sido paralisadas em razão da mudança na legislação da cidade. O Mercado Distrital aparece nas memórias e nos relatos dos moradores do Kilombo, especialmente a terceira geração, compostas pelos bisnetos de Elisa e Petronillo e netos de dona Maria. O mercado é, assim, mais um elemento geossimbólico, marcado pelas relações de trabalho dos moradores do Kilombo Souza, sendo também um espaço de sociabilidade, mantendo alguns resquícios de integração das práticas rurais e urbanas, tão negadas pelos entendimentos e pelos planejamentos pensados para a cidade. Porém, ao concentrar as territorialidades voltadas ao trabalho, no Mercado Distrital de Santa Tereza, parte desses processos de vivências mais amplas com a cidade diminuem e vão se restringindo à área do bairro Santa Tereza, uma vez que a circulação em outras feiras não acontece mais.

Entre um período que vai da década de 1950 a meados da década de 1990, o bairro Santa Tereza e a cidade de Belo Horizonte irão passar por intensas transformações. Alessandro Borsagli, em seu blog Curral Del Rei²¹, ao descrever os processos de desenvolvimento urbano de Belo Horizonte, postula que, na década de 1950, a cidade viveu o apogeu da metropolização, oriundos do processo de incentivo industrial, fomentado na década anterior e, com isso, a década de 1960 será marcada pelo caos, como consequência desse processo que ocorreu de forma desordenada. Se por um lado o crescimento urbano colocou Belo Horizonte como a terceira maior cidade a nível nacional, por outro lado potencializou e agravou os problemas relacionados à desigualdade social, tão presentes em sua história socioespacial.

De acordo com Borsagli (2012), o aumento do fluxo migratório entre 1950 e 1960 foi de 100% em apenas uma década. Apesar do intenso crescimento e desenvolvimento urbano, os investimentos em infraestrutura não acompanharam essa dinâmica. Só em 1966, o poder

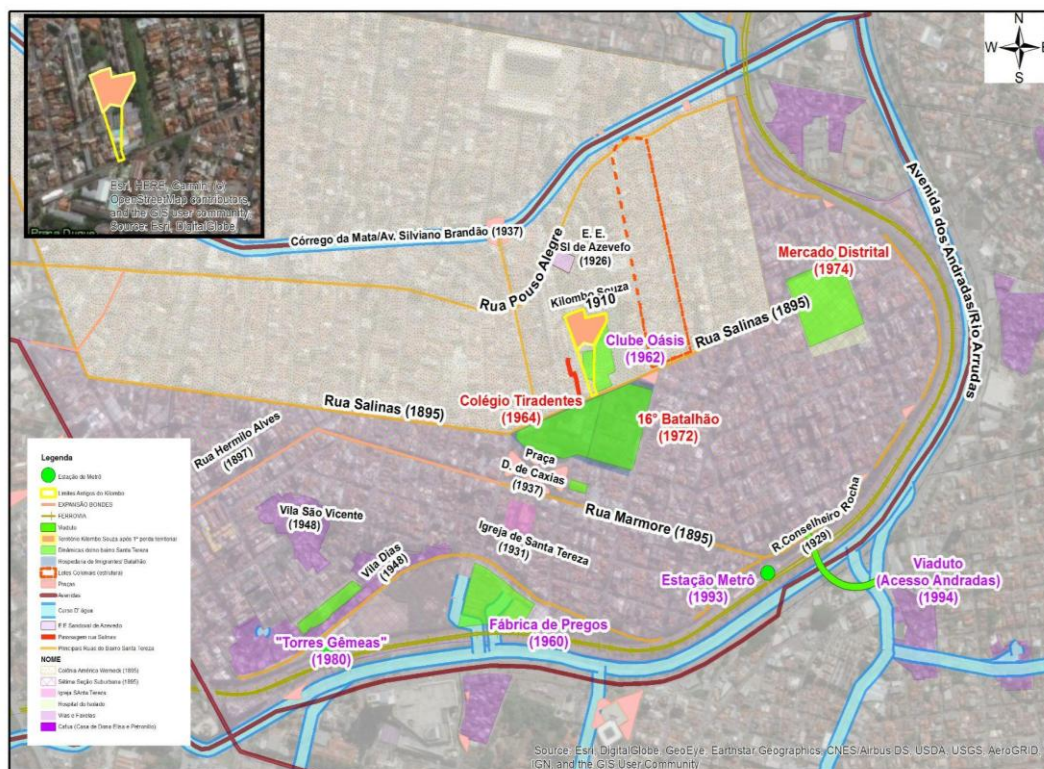
²¹ De acordo o site, o Blog Curral Del Rei “tem o objetivo de promover o resgate da memória urbana, a discussão e a reflexão sobre o processo de desenvolvimento urbano de Belo Horizonte, sob a perspectiva da Geografia Histórica” (Curral Del Rei, 2021).

público começa a investir na expansão do tecido urbano, intensificando a canalização de rios, abrindo avenidas e promovendo a urbanização com base na melhoria da mobilidade, centrada nos veículos. Nos trajetos em que os rios são transformados em avenidas, seguem também as políticas de remoção de favelas e de bairros populares que se multiplicaram entre os anos de 1950 e 1960, no esteio do desenvolvimento industrial, como já citado. Dados levantados por Liberato (2007) contabilizam que entre 1940 e 1949, o número de bairros populares e favelas eram 44, passando para 76 no período de 1950 até 1959 e chegando a 143 para a década de 1960. Todo esse processo de desenvolvimento urbano intensificado demanda maior regulação do uso e da ocupação da cidade, e as primeiras legislações que irão tratar desse aspecto são lançadas no ano de 1976.

O bairro Santa Tereza não fica avesso a essas transformações. Como citado, em 1956 ele é inserido na zona urbana de Belo Horizonte. Poucos anos antes, por volta de 1948, inicia-se a ocupação das vilas Dias e São Vicente, que atraem moradores em busca de emprego e de melhores condições de vida, especialmente, após a instalação da fábrica de pregos São Lucas. As vilas são enclaves situados nos limites do bairro, nas imediações com a avenida do Contorno e imprimem no espaço territorialidades diferenciadas daquelas atribuídas ao Santa Tereza (Favela É Isso Aí, 2021; Baggio, 2006). De acordo com Ticle e Pereira (2015), esse período favorece o mercado imobiliário no bairro e a configuração das moradias passam por mudanças, com as construções dos primeiros edifícios multifamiliares. Apesar de todo esse processo, de acordo com as autoras, Santa Tereza ainda se manterá com baixa densidade populacional até meados da década de 1980.

Essas mudanças vão significar também alterações nas territorialidades vivenciadas pelos moradores do Kilombo Souza. A extinção das feiras livres restringe as relações mais extensivas com a cidade, e estas vão acontecer por meio de outras práticas, como o lazer, as festas e a religiosidade, constituindo outros geossímbolos que marcam a história de formação do território do Kilombo. Esses aspectos dialogam com as dinâmicas mais amplas que ocorreram entre meados das décadas de 1960 a 1990, como já descrito. O mapa abaixo, ilustra as permanências e as mudanças ocorridas no bairro Santa Tereza, entre 1950 a 1995.

Figura 19: Mapa com as dinâmicas e as permanências de práticas espaciais no bairro Santa Tereza, no período entre 1950 a 1995. Em vermelho estão representados espaços que foram “refuncionalizados” (SOUZA, 2015) enquanto em roxo estão representados lugares ressignificados.



Fonte: Elaborado por Jéssica dos Santos (2021), com base nos estudos de Aguiar (2006); Baggio (2005); Tickle e Pereira (2016); Dossiê IEPHA Kilombo Souza (2021).

No âmbito do lazer e das festividades, os elementos geossimbólicos são representados por espaços culturais do bairro Santa Tereza, tais como o cinema, a Praça Duque de Caxias, o Clube Oásis (Inaugurado em 1962) e a participação no carnaval de rua, por meio do bloco “Os Inocentes de Santa Tereza” (fundado em 1964). A praça, utilizada como ponto de encontro e de sociabilidades, aparece nos relatos como espaço para o lazer não programado para passeios esporádicos. O Carnaval é destacado pelas oralidades dos quilombolas, que rememoram as participações em desfiles na região Central da Cidade nos processos de preparação para o evento, além dos tradicionais bailes nos salões do Clube Oásis, sendo esta a festividade que mais estabelece relações de vínculos com o bairro e a cidade de Belo Horizonte.

Importante citar que os quilombolas da Família Souza se identificam como muito festeiros, atribuindo a festa junina do Kilombo Souza como umas das suas principais manifestações tradicionais realizadas atualmente. Ainda considerando as festividades, no calendário oficial do Kilombo, constam as festas para São Benedito e a festa para São Cosme e

Damião, revelando, assim, uma característica proeminente com o sincretismo, percebido, também, por meio das práticas religiosas às quais se vinculam os moradores do Kilombo.

Nesse prisma, a relação e a atribuição dos elementos geossimbólicos mais voltados à religiosidade estão associados à dona Lídia Martins Araújo, a atual matriarca, e sua irmã dona Maria do Carmo (já falecida), que são filhas de Maria de Souza e netas de dona Elisa e Sr. Petronillo. Enquanto Lídia vai representar o início de um legado por meio da umbanda, influenciando outros moradores, Maria do Carmo manterá a tradição familiar na religião católica, tornando o Kilombo Souza um território sincrético, observado por meio dos festejos realizados, bem como nas territorialidades internas de “sacralização de espaços no território”. No âmbito do Catolicismo, a matriz de Santa Tereza é elemento geossímbolo mais representativo para o Kilombo, sendo o local em que muitos dos ritos tradicionais da religião eram praticados, como batizados e catecismo. Essas relações acompanham toda a trajetória da família, como comprovam os documentos de casamento de Petronillo e Elisa.

Figura 20: Imagens de Maria do Carmo na igreja Matriz de Santa Tereza em 1944 (a esquerda) e Lídia Martins no Terreiro de Umbanda Pai Joaquim de Aruanda (sem data).



Fonte: Extraído do Dossiê IEPHA (BRITO *et al*, 2021).

Já na umbanda, dona Lídia foi iniciada no terreiro do Pai Nestor, do Centro Espírita Joaquim de Aruanda, durante a década de 1970. Esse terreiro ficava no bairro Jardim América. Além do terreiro de Pai Nestor, Dona Lídia e alguns outros moradores do Kilombo estabeleceram contatos com outros terreiros na cidade, tais como o Centro Espírita Pai João de Aruanda, localizado no bairro João Pinheiro, e, atualmente, a Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente, no bairro Lagoinha. A partir dos contatos com esses terreiros, buscando uma formação religiosa, dona Lídia estabeleceu um espaço para cultos aos santos e aos orixás, que se inscrevem simbolicamente a outros signos e representações, ressignificando o território do Kilombo Souza.

Se por um lado a religiosidade católica manteve os vínculos externos dos membros do Kilombo com o bairro Santa Tereza, por meio de uma presença “simbólica” em diferentes espaços, como a escola, a umbanda atua mais de forma restritiva, modificando práticas espaciais e territorialidades internas ao Kilombo. É o que Corrêa (2013) denomina de territorialidades aparentes (para o catolicismo) e territorialidades subjacentes (para as religiões de matriz africana). A prática religiosa na umbanda tem um importante significado para os quilombolas da família Souza, que associam os momentos de prosperidade do território, especialmente pela construção de novas casas, à atuação de dona Lídia no terreiro.

Ainda sobre processos de mudanças mais internas ao território, nos estudos realizados para elaboração do Dossiê IEPHA (Brito *et al.*, 2021), foram estabelecidas fases temporais distintas relacionadas às dinâmicas ocorridas na implementação de construções, particularmente das casas, devido ao processo de transição demográfica, mas também, de acordo com as percepções dos moradores, com um forte vínculo à religiosidade. Essas fases foram denominadas de fase Dona Elisa, fase Dona Maria de Souza e fase Dona Lídia, sendo esta última o período no qual o território passou por maiores modificações. De acordo com o Dossiê IEPHA (Brito *et al.*, 2021, p.71):

A construção das casas se dá a partir da mobilização de Lídia, que acredita que ficou próspera após ter ingressado na Umbanda. Ela não somente constrói para alugar e aumentar a renda como também para agregar familiares que chegavam de qualquer lugar do país, sendo Rio de Janeiro ou Manaus. Com o crescimento constante do Kilombo, na década de 1990 mais construções foram erguidas para abrigar outros membros da própria família. Os filhos casavam e se mantinham na localidade, construindo assim laços extremamente fortes com o lugar que são marcados por duas grandes frentes: a religiosidade e os festejos.

Essas fases espaciais e simbólicas também são dotadas de elementos que permitem associar a geossímbolos. Os momentos do cotidiano, tais como as reuniões familiares ou os encontros e os festejos realizados pela família, os caminhos de passagem, a rede de esgoto e rua Teixeira Soares, construídas a partir da iniciativa dos próprios quilombolas, representam um conjunto de elementos que ajudam a contar a história do território bem como compreendê-lo em sua atualidade. Nas memórias relatadas, estão presentes as práticas do passado, que foram intensamente modificadas pelo processo de perda territoriais, mas também as permanências que permitem constituir a identidade do grupo, bem como os processos, os espaços e as práticas ressignificadas.

O primeiro elemento geossimbólico associado a esse recorte mais restrito do território é a cafua, que é a primeira casa do Kilombo Souza, em que moraram Elisa e Petronillo. Essa

casa ainda hoje existe e, embora tenha passado por significativas alterações de sua arquitetura original, permanece na memória dos descendentes. De acordo com o Dossiê, a partir dos relatos dos quilombolas, a cafua era chamada de Asa de Urubu pelo motivo de só morarem “os pretos” nessa casa (Brito *et al.*, 2021, p.18).

Os espaços de lazer, especialmente das crianças no passado, eram também representados pelos locais denominados de barroca, de morro e pelo quintal. A barroca é um lote localizado nas proximidades do Kilombo Souza, que, com sua topografia bastante irregular, era um local muito utilizado para brincadeiras das crianças e, também, como passagem/acesso a outras localidades no bairro. Sobre outros locais de passagem, além da barroca, os relatos ainda falam sobre “a passagem de Dona Chiquinha”, que corresponde a um caminho aberto no lote ao lado do Kilombo Souza, que dava acesso à rua Salinas. De acordo com Baggio (2005), até os anos 1930, a maior parte das ruas do bairro Santa Tereza apresentava precário estado de conservação. Somente a partir da década de 1940 que as principais ruas começaram a receber calçamento e iluminação.

O local onde o Kilombo Souza está inserido tinha como acesso apenas a rua Salinas. Atualmente, além da rua Teixeira Soares, a rua Formosa também é rota de acesso ao Kilombo. Porém, de acordo com Góes (2004), tanto a rua Formosa, quanto a Rua Teixeira Soares foram abertas por meio da cessão de parte dos lotes coloniais pelos proprietários e ou pelos herdeiros desses. A rua Formosa, aberta em 1924, ligava a rua Salinas à rua Pouso Alegre, representando, assim, uma quadra com a extensão exata dos lotes coloniais. Após a venda de parte do terreno, o Kilombo Souza ficou apenas com o acesso por meio da rua Formosa, distante da área do lote, por aproximadamente 129 metros. A passagem de dona Chiquinha, nesse sentido, permitia cortar caminho para acessar as áreas mais centrais do bairro pela rua Salinas. É nesse contexto que, por meio da mobilização junto aos vizinhos, a rua Teixeira Soares é aberta em meados da década de 1960.

A década de 1960, inclusive, é permeada por processos que vão influenciar diretamente nas lutas atuais por reconhecimento e por permanência no território. Se vinculam, sobretudo, com os processos de modernização e de valorização imobiliária do bairro Santa Tereza, que tiveram influência especialmente com a inserção do bairro na zona urbana do município em 1956 (Baggio, 2005). Diante do apresentado, é importante reafirmar como os marcos temporais de territorialidades e geossímbolos identificados são essenciais para a compreensão do processo de formação desse território em ressignificação e como as dinâmicas da cidade fomentaram essa trajetória.

Assim, ao sintetizar todos esses geossímbolos aos aspectos observados na história do Kilombo Souza, chamamos a atenção para o papel do quintal como um elemento de centralidade e convergência para a consolidação da identidade territorial. Por intermédio das oralidades, dos relatos e da análise da confluência da história do território com a cidade, ele é lembrado tanto a partir das perspectivas atuais de seus usos, como das que eram vivenciadas. Por isso, em função dos processos de perdas territoriais ao longo do tempo, são mais refletidos nesse recorte do território, embora não seja o único nem a principal afetação nesse processo. É a partir da consolidação da perda de partes do território e da constante e latente ameaça a mais perdas, que irá fomentar as lutas da Família Souza, a partir da década de 1960.

Figura 21: Territorialidades e Geossímbolos associados

	TERRITORIALIDADES						
	Trabalho	Lazer	Cotidiano/Encontro	Religiosidade	Luta - Resistência	Festas	Memória
GEOSSÍMBolos	Mercado Distrital, Feiras Livres, Igreja da Boa Viagem, Quintal	Cine Santa Tereza, Praça Duque de Caxias, Oásis Clube, Quintal, Brejo	Quintal, Barroca, Passagem de Dona Chiquinha	Quarto de Santo, as casas no kilombo Souza, Igreja de Santa Tereza, Casa de Caridade Joaquim de Aruanda, Centro Espirita de Aruanda, Quintal	Rua Teixeira Soares, Rede de esgoto, Quintal	Avenida Afonso Pena, Praça Duque de Caxias, Oásis Clube, Quintal, Rua Teixeira Soares	Cafua, Mercado, Brejo, Barroca, Quintal, Jacarandá, Passagem de Dona Chiquinha

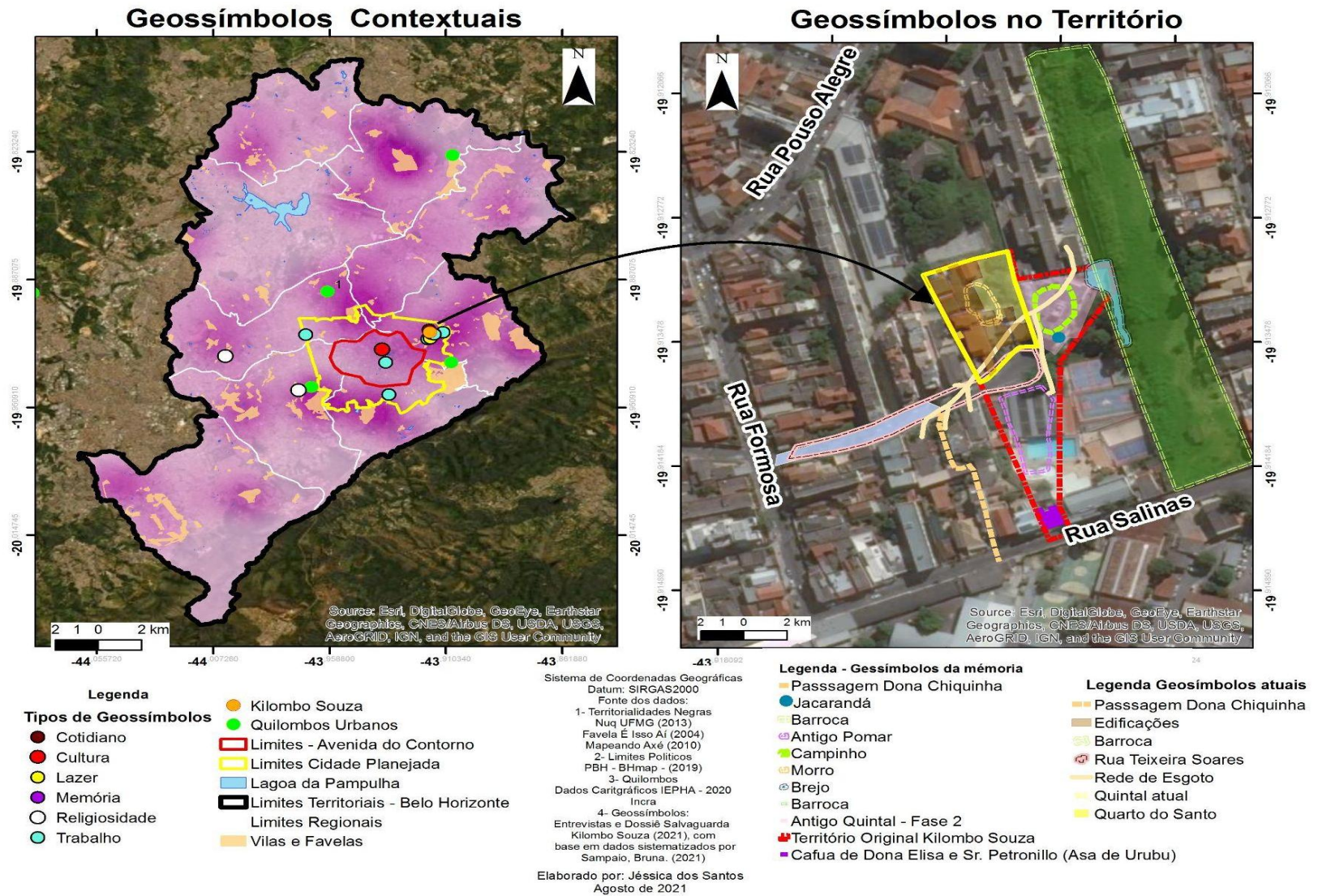
Fonte: Elaborado por, Jéssica dos Santos (2021)

A sistematização, acima, com a associação dos geossímbolos aos diferentes aspectos de territorialidades, revela como o quintal aparece como integrante em diferentes aspectos de uso do território, tanto simbólico, quanto material. Ele exerce importantes influências nas práticas espaciais voltadas mais para as externalidades, como as do trabalho. Afinal, é no quintal que os cultivos eram mantidos, era onde se localizava a granja, que foram, durante um tempo, as principais atividades provedoras de recursos e, com isso, permitiam, por meio das feiras livres, estender as vivências no quintal, para além do território de morada.

O quintal também é o espaço do encontro, das festividades, do brincar e da memória, foi e permanece sendo utilizado como um local de encontro e de sociabilidade da família. Diversos momentos do cotidiano eram/são vivenciados nesse espaço do/em comum. As brincadeiras das crianças, os jogos de futebol que recebiam os vizinhos do entorno, as festas juninas. Ele se converte também em um local para manifestação do sagrado, a partir do momento em que dona Lídia determina um espaço para construir os quatinhos de santo. Nesse aspecto, práticas vivenciadas em outros terreiros e em territórios sagrados convergem para o

quintal do Kilombo Souza. Essas diversificadas vivências praticadas no quintal o tornam um elemento dotado de aspectos multidimensionais no território.

Figura 22: Mapa dos Geossímbolos de Contexto e do Território.



Fonte: Elaborado por: Jéssica dos Santos, 2021.

Assim, a relevância do quintal no Kilombo é devido a uma importante característica vinculada ao conceito de identidade, porque ele interliga e materializa outros processos históricos mais amplos. Como afirma Haesbaert (2013, p. 239), a identidade é construída e constituída por meio de “uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência “condense” a memória do grupo” e, por isso, uma identidade social é também territorial, “quando o referente simbólico central para a construção dessa identidade parte do ou transpassa o território. (p.238).

Pontuada a relevância do quintal como um elemento central para entender as temporalidades, mas também a identidade territorial do Kilombo Souza, outros aspectos podem ser observados em relação à espacialidade dos demais geossímbolos, associados a suas relações e a suas espacialidades com as territorialidades das manifestações culturais negras mapeadas em Belo Horizonte. É importante se atentar a alguns elementos na leitura do mapa acima. O primeiro é onde está demarcado os limites da cidade planejada, tanto a parte da Avenida do Contorno, quanto a parte das zonas suburbanas e rurais (em vermelho e amarelo, respectivamente). A demarcação desses limites demonstra o quanto a cidade se expandiu para além do seu planejamento, assunto que já é amplamente debatido, discutido e estudado, a partir de diferentes vertentes de análise.

Isso posto, o segundo ponto a ser observado é a espacialidade e a localização das vilas e das favelas atualmente mapeadas pela Prefeitura de Belo Horizonte. É possível observar como elas margeiam os limites da cidade planejada e se apresentam espacialmente pulverizadas pela cidade. Muitas delas se sobrepõem às áreas de concentração das territorialidades simbólicas das manifestações culturais negras. O mapa das desigualdades, “com indicadores provenientes do Censo de 2010, articulados em torno da variável renda e destacando duas importantes dimensões da desigualdade: raça e gênero” (Nossa BH, 2021, p.3), revela que a desigualdade é ainda bastante presente na capital, reflexos tanto do histórico de como a cidade foi construída e se desenvolveu ao longo dos anos, “expulsando a população preta do centro da cidade onde estão concentradas as oportunidades de trabalho, os parques bem cuidados e os equipamentos de saúde” (Nossa BH, p.5), empurrando-as para as periferias. Esse processo foi marcado por uma constante mobilidade dessas áreas, à medida que as regiões mais centrais passaram a ser mais valorizadas.

Se analisarmos, por exemplo, os geossímbolos da religiosidade, de trabalho e de cultura associados ao Kilombo Souza, veremos que os aspectos mais simbólicos, como a prática religiosa, localizam-se no mapa nas áreas periféricas, enquanto trabalho e acesso à cultura se

convergem mais nas áreas centrais. Isso nos revela que as práticas simbólicas e culturais relacionadas às matrizes africanas foram apagadas das áreas centrais da cidade, embora resistam em alguns pequenos pontos. É nesse viés que as alteridades vinculadas ao que representa a família Souza, no bairro Santa Tereza, vão se mostrar mais visíveis. A partir do momento em que a valorização do bairro vai aumentando, os conflitos vão surgindo. É nesse sentido que se iniciam as mobilizações dos moradores da antiga Vila Teixeira Soares, hoje Kilombo Souza, em torno do processo de reafirmação, de reconhecimento e de constituição de seu território. O conflito se desenrola desde a década de 1960, como já citado, e, ao longo desse tempo, perpassou por diversos momentos, desdobrando-se, inclusive, em outros.

Le Bossé (2013, p.228), ao refletir sobre as estratégias de territorialização por meio das ações identitárias, afirma que, para a compreensão desse processo, examina-se a maneira como o “grupo percebe e representa seu “outro”, inimigo ou vizinho e como esse outro contribui para soldar a coesão interna do grupo”. Na mesma perspectiva, Haesbaert (2013, p. 236) lembra que é por meio da alteridade, no encontro ou no embate com outro, que “buscamos reconhecimento daquilo que nos distingue e que por isso, ao mesmo tempo, pode promover tanto o diálogo, como o conflito.” É sobre o histórico desse conflito, considerando os elementos geossimbólicos e territorialidades aqui identificadas, que trataremos no próximo tópico.

5.2 O Histórico do Conflito

Em meados da década de 1950, o Kilombo Souza tem sua primeira perda territorial. A área “perdida” do território antigo, partia da rua Salinas, onde estava localizada a Cafua, até onde hoje é a rua Teixeira Soares, correspondendo a aproximadamente uma faixa de 96 metros. Essa primeira perda ocorreu em razão da venda de parte do terreno para o Clube Oásis, inaugurado em 1964. Nessa época, inicia-se a fase de dona Maria de Souza, em que ela compra de seus irmãos o terreno remanescente após a venda, e à medida que seus filhos, Maria do Carmo, José de Souza e Lídia Martins, vão se casando, ela vai dividindo o lote entre eles (Brito *et al.*, 2021). A partir desse processo, é que a “Vila” Teixeira Soares vai, aos poucos, se constituindo.

Como ainda não existia a rua Teixeira Soares, o Kilombo junto aos demais moradores do entorno se mobilizam para abertura da rua. Esse processo ocorre por meio da doação de parte do terreno, tanto do Kilombo Souza, quanto dos vizinhos. De acordo com Góes (2004), boa parte das ruas inseridas entre Salinas e Pouso Alegre, que faziam parte da antiga Colônia

Américo Werneck, foram abertas a partir da concessão de parte de lotes pelos moradores e/ou herdeiros e, também, por desapropriação da Prefeitura. Quando os proprietários ou descendentes não permitiam, não doavam ou não eram indenizados, as ruas eram abertas até o limite cedido. Por isso, a Rua Teixeira Soares, em suas duas extremidades, não tem ligação ou saída para outras ruas, além de ser a única que transversalmente corta os traçados dos lotes coloniais. Ao longo de sua extensão ela sofre 3 interrupções, e um dos pontos onde finaliza é justamente no Terreno do Kilombo Souza.

Esta característica tipomorfológica da Rua Teixeira Soares contribuiu para o processo de fortalecimento dos laços comunitários da Família Souza, bem como no reconhecimento externo dos moradores do Santa Tereza, do lugar como a “Rua dos Souzas”, o “Território dos Pretos” (Brito *et al.*, 2021), ou ainda, mais recentemente, a “Vila Teixeira Soares”. Essas diferentes denominações atribuídas à Família Souza e ao lugar onde moram demonstram aspectos que os caracterizam com certa alteridade e especificidades, diante do entorno onde estão inseridos.

Os laços familiares, as formas de morar, além da tipomorfologia do terreno, como já citado, são alguns desses elementos que identificam a família Souza como uma comunidade. Para Relph (1976) *apud* Corrêa e Rosendahl (2013, p.15), tais aspectos ajudam a moldar a identidade do lugar, nesse caso, a Vila Teixeira Soares, pois “seus habitantes, assim como os de fora, reconhecem a singularidade do lugar, seja ela funcional ou simbólica”. Além da identidade do lugar, ainda se tem a **identidade com o lugar**, formada a partir das experiências diretas e indiretas, entre os que vivem no lugar (*insider*) e os que são informados sobre eles (*outsider*). No caso do Kilombo Souza, todos esses aspectos e essas características serão ainda mais reforçados, a partir do momento em que uma latente ameaça de remoção começou a surgir, ainda na década de 1970. De acordo com Gláucia, a atual liderança do Kilombo Souza:

Essa questão da vila... nesse processo judicial que a gente estava sofrendo. Quando vimos o processo, a gente não tinha nome, éramos apenas números. Quando as pessoas viram o modelo que tinha aqui, falaram: “ Ah! Lá é uma vila, um monte de casa em cima da outra, um puxadinho aqui e outro ali...e eles deram o nome de vila, e fica mais fácil chamar de Vila Teixeira, por causa da rua Teixeira Soares (Gláucia Cristine Araújo, 2021).

Esse processo de remoção foi e vem sendo realizado pelos herdeiros de Artur Ramos, antigo proprietário dos lotes, quando o local ainda era a antiga Colônia Américo Werneck e onde estão hoje o Kilombo Souza e o Clube Oásis. De acordo com o Dossiê IEPHA (Brito, *et al.*, 2021) e o com o Portal Santa Tereza (2020), após as vendas de diversas partes do terreno

entre os anos de 1908 e 1924, a família Ramos registrou novamente o terreno em cartório em 1929, porém, com a metragem total adquirida em 1905. Para o presidente da Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza (ACST), Joviano Mayer, ao registrar o terreno sem considerar as partes que já haviam sido vendidas, mostra “uma primeira situação fraudulenta que foi simplesmente menosprezada ao longo de todas as décadas de trâmite processual” (Moreira, 2019). Em entrevista cedida ao Portal Santa Tereza, em 2019, a advogada dos herdeiros de Artur Ramos, Wanessa Amaral, alega que a ação para reaver a posse da área não se trata de algo novo e afirma que “não é porque uma condição “errada” se perpetua no tempo, que nunca será corrigida. [...]o ato de morar no local durante tanto tempo não levou a aquisição do imóvel, por que sempre houve um litígio envolvendo a área” (Portal Santa Tereza, 2019).

Porém, a afirmação de que sempre houve um litígio envolvendo a área contradiz o que atestam os documentos, as certidões e as demais provas juntadas pela Família Souza, que provam que eles estão no local desde o ano de 1910. Os quilombolas afirmam ainda que, durante o tempo em que esse processo corre na justiça, foram pouco ouvidos a respeito do conflito. Quando foram acionados a primeira vez ainda na década de 1970, reuniram as provas necessárias e conseguiram uma sentença favorável ao quilombo. Porém, a ação foi reaberta em 1983, demandando novos esforços para garantir a permanência no local.

De acordo com informações do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (2019), a ordem de despejo tem início na década de 1970 e as principais movimentações a respeito do processo vão ocorrer a partir do ano de 2006. Os mandados de imissão de posse, desde então, deixaram de ser cumpridos integralmente, devido à resistência dos ocupantes e, também, por falta de condições de se efetivar a remoção das famílias.

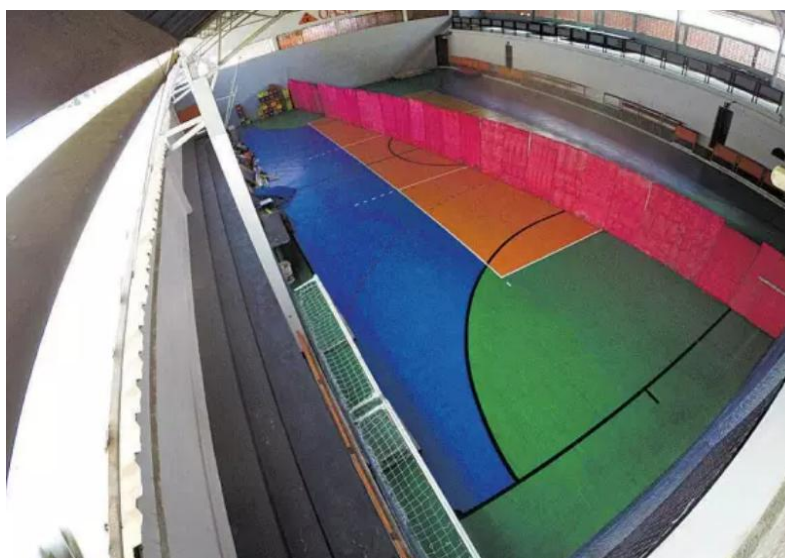
Em 1970 [...] os proprietários legais do terreno requereram a demarcação, com subsequente imissão na posse. O auto de demarcação do terreno foi homologado em dezembro de 2006. A primeira ordem de imissão na posse do imóvel foi concedida aos autores em fevereiro de 2009. [...] A ação foi julgada procedente em segunda instância, com trânsito em julgado, ou seja, sem mais possibilidade de recursos, em novembro de 2011. [...] Desde então, a Justiça já expediu dois mandados de imissão na posse, ambos em 2015 (TJMG, 2019).

É importante situar, entretanto, que embora o conflito venha ocorrendo desde a década de 1970, ele só foi intensificado nos últimos 5 anos, a partir da interdição judicial aplicada ao Clube Oásis em 2016, que foi amplamente divulgada pela mídia na época. De acordo com a advogada dos herdeiros, a área em disputa se dá com o “Clube Oásis e outros” e, assim, se divide em duas, chamadas de área “A”, que corresponde a parte do Clube Oásis, e área “B”,

onde se insere o terreno hoje ocupado pela Família Souza e outros vizinhos no entorno (Portal Santa Tereza, 2019).

De acordo com matéria publicada pelo Jornal O Tempo, em maio de 2016, o Clube Oásis entrou com o recurso de usucapião da área em litígio, em 1995, obtendo a posse em 1999. Entretanto, em 2015, uma decisão judicial emitida pela 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias considerou que o terreno não pertencia ao Clube, e os 6.000 m² que correspondem à área total ocupada tiveram aproximadamente 1.079 m² interditados (figura 21).

Figura 23: Quadra do Clube Oásis, dividida por tapumes, após a demarcação da área em disputa que interditou parte do clube.



Fonte: Foto de Moises Silva, para o Jornal O Tempo. Maio de 2016.

A disputa se desdobrou a partir do embate entre as alegações sobre a validade do processo de usucapião, cedido desde 1999 ao clube, e as afirmações contrárias por parte da advogada dos herdeiros, que afirmava que tal ação não tinha validade, pois o processo está na justiça desde 1970, ou seja, anterior à ação de usucapião. As disputas terminaram por meio de um acordo verbal com os herdeiros, no qual o Clube “ofereceu como permuta aos 1.079 metros quadrados uma área de 1.657 metros quadrados [...] O Oásis perde três quadras de peteca mais a área verde que abriga o playground.” (Jornal Estado De Minas, 2019).

Entretanto, esse acordo não foi estendido às famílias que moram na área “B” do terreno em disputa. Em 2018, uma nova ordem de despejo foi emitida e, dessa vez, estipulando um prazo de 30 dias para que os moradores do quilombo deixassem suas casas. Gláucia Araújo descreve como se deu os acontecimentos mais recentes sobre esse conflito que culminaria, em 2019, com a certificação da Vila Teixeira como um território Quilombola em contexto urbano.

Primeiro o oficial chegou e tirou foto dos números, na rua né. Depois colocou a gente no processo “São os moradores dos números, 1005, 865 a, b, c.”...mas nós éramos a Vila Teixeira Soares, não números. [...] O oficial de justiça veio e mostrou um documento, mas que ia levar no quartel, pois ele precisa de ajuda pra cumprir o mandado e tinha que desocupar a área. A gente nem tinha recebido esse papel do oficial de justiça, essa ordem, né? ...ordem de reintegração de posse. Aí ele me deixou tirar uma foto e eu disse; “engraçado, vocês querem reintegração de posse, sendo que vocês nunca moraram aqui? E aí começou uma guerra no final de 2018, a polícia militar vindo fazer cadastro, teve drone, e a gente teve uma reunião no quartel em janeiro de 2019. [...] e eles dando uns 30 dias pra gente sair...falando que ia dar caminhão pra gente sair...e eu disse, ué? Mas nós não vamos sair não (Glaucia Cristine Araújo, 2021).

É importante destacar que, para além das narrativas e das memórias que ajudam a traçar a longa trajetória de vivência no território, os quilombolas da Família Souza possuem todos os documentos que registram o contrato de compra e venda do terreno ainda em 1923 (antes do registro realizado por Arthur Ramos), bem como os comprovantes que atestam os pagamentos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) desde 1952, reforçando, ainda mais, as comprovações de posse e de propriedade que legalmente possuem com a área em litígio.

Porém, para a advogada dos herdeiros de Artur Ramos, tais comprovações não servem como provas. Para ela, as provas até então mostradas não foram “capazes de sustentar o convencimento do juízo, permanecendo apenas na esfera das alegações” (Portal Santa Tereza, 2019). Entretanto, de acordo com os estudos do Dossiê IEPHA (Brito *et al.*, 2021), mesmo que os documentos apresentados pela Família Souza fossem irregulares, eles estariam assegurados enquanto posseiros do terreno por meio do direito à usucapião coletivo. É importante citar ainda que a ACST, prestando apoio jurídico à causa da família Souza, identificou irregularidades no processo, no qual verificaram que a causa já havia passado por três perícias, em que só a última, que culminou com a ordem de despejo em 2018, apresentava um parecer favorável aos herdeiros de Arthur Ramos.

Arthur Ramos, cujos herdeiros ajuizaram a ação demarcatória, havia adquirido a gleba em 1905 e, quando registrou o contrato de compra e venda em cartório somente em 1929, omitiu as vendas de lotes que realizou ao longo do período. Tal prática, do ponto de vista legal, é intitulada como fraude. Tal fato chegou a ser reconhecido pela segunda perícia realizada nos autos da ação demarcatória, a qual entendeu que ele, Arthur Ramos, chegou a vender mais terra do que tinha. Essa perícia, assim como a primeira perícia, que também era desfavorável aos herdeiros, foi, incompreensivelmente, ignorada pelo judiciário. Não se sabe por que após a realização da segunda perícia judicial, que gerou o segundo laudo, foi realizada ainda uma terceira perícia, a única que foi favorável aos autores da ação demarcatória, é justamente a que prevaleceu na decisão do Tribunal que reformou a sentença de improcedência da ação demarcatória (Brito *et al.*, 2021, p. 193).

Os apontamentos que merecem destaques a partir da configuração desse conflito são que, mesmo se enquadrando aos preceitos e às normas estabelecidas juridicamente em torno do direito à propriedade, a Família Souza não tem esses direitos reconhecidos. Como salienta Leite (2010), essas ações fazem parte de uma cultura pautada na invisibilidade e na violência simbólica de grupos vulnerabilizados, como comunidades negras em contextos urbanos ou rurais, a partir da criminalização e da espoliação daqueles que lutam para permanecer em suas terras. Leite (2010) ainda pontua que a falta de acesso desses grupos e dessas comunidades negras à cultura letrada coloca a oralidade e as memórias como elementos fundamentais para o processo de garantia de seus direitos. Essas oralidades são muitas vezes utilizadas como pretexto para negar tais acessos.

Diversos estratagemas emanados desde instâncias legais e em forma de Direito passam a conformar um tipo de Justiça exercida desde um princípio da universalidade que não inclui a todos. Como e enquanto ordem legal universal passou a facilitar e a propiciar a ocorrência dos inúmeros mecanismos de legitimação mediante recursos jurídicos impetrados para garantir “o direito à propriedade”: expulsões e remoções, registro de terras devolutas do Estado, ações de divisões sobre inventários de terras deixadas a ex-escravos com cláusula de inalienabilidade, invasões, cercamentos e resgates de terras por endividamentos. O verdadeiro contrassenso no quadro da Justiça é que ao mesmo tempo em que as leis de propriedade se fundamentam no direito consuetudinário, o suprime, pondo à margem, empurrando para fora, um número considerável de humanos que não estão inseridos na cultura letrada, ou até na célebre “letra da lei” (Leite, 2010, p.18).

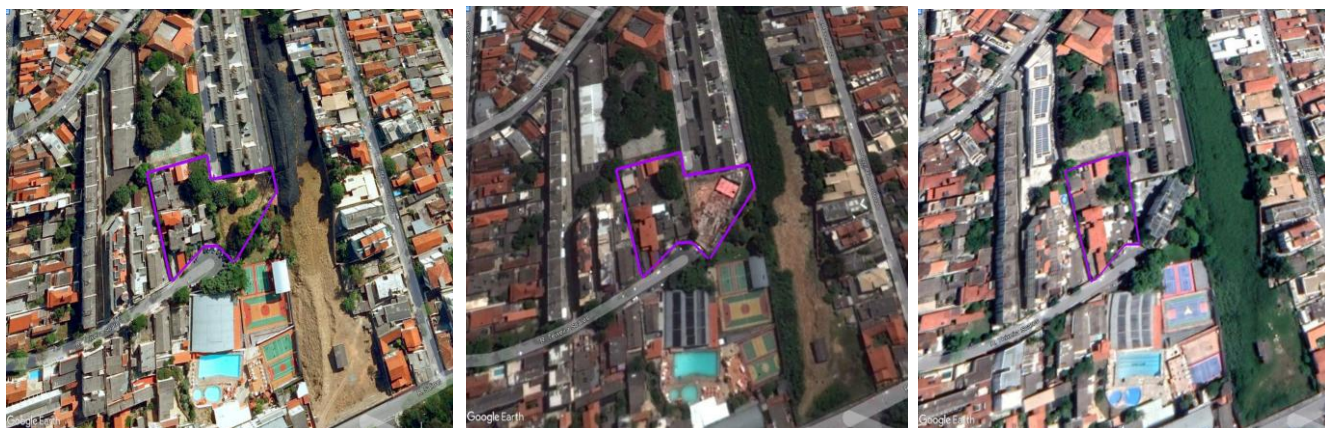
As contribuições de Leite (2010) nos auxiliam a entender a realidade vivida pela Família Souza, quando analisamos os conflitos que envolvem seus direitos à permanência no território. A trajetória da família tem sido permeada por lutas em diferentes contextos. Entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, os Souza sofrem outra perda territorial. Esse conflito fez com que José de Souza Martins, filho de dona Maria de Souza, formasse-se em Direito para poder, ele mesmo, representar a família judicialmente e tomar a frente da luta para não perder o território. Porém, em 2009, ele veio a falecer e o processo correu sem um acompanhamento mais próximo que pudesse assegurar os direitos da família Souza. Nesse caso, a justiça foi a favor da construtora Minas Moderna, que, após ganhar a causa, construiu no terreno um conjunto de apartamentos (figura 21). dona Adélia, viúva de José de Souza, lembra que o processo foi muito tumultuado, e a construtora aproveitou-se de um momento de fragilidade da família em razão dos problemas de saúde que José vinha passando.

[...]Ele faleceu e o negócio “degringolou”! Por que ficou, né? Eu perdi a cabeça...fiquei 60 dias internada com ele. Eu custei a tomar ciência do que estava acontecendo. Aí aconteceu tudo isso, eles construíram o prédio [...] é a construtora

Minas Moderna. Eles inclusive, colocaram o número da minha casa lá...nada disso eu entendi. Nós pedimos usucapião. Mas eles alegam que sempre foi deles, mas os documentos comprovam que os lotes 41 e 42 eram nossos. Depois que meu marido morreu até arrumar outro advogado que nos defendesse, ficou desse jeito aí...(Maria Adélia dos Reis, 2021).

A parte em que foram construídos os apartamentos era um lugar de muito afeto para a família Souza. Nele, estavam plantados um pé de Jacarandá, bem como inúmeras outras espécies de plantas. Era onde ocorriam os jogos de futebol que atraíam os vizinhos nas redondezas, era o local onde as festas eram realizadas. Nessa área, devido ao espaço, era possível acender fogueiras nos dias de São João, prática não mais exercida nos dias de hoje, [...] “era a área onde a gente tinha umas plantações, onde a gente fazia as nossas fogueiras, onde os meninos jogavam bola...tinha um campinho” (Gláucia Araújo, 2021).

Figura 24: Dinâmicas e perda do território do Kilombo Souza entre 2009 a 2021.



Elaborado por, Jéssica dos Santos (2021)
Fonte: Google Earth

A perda de parte do território para a construtora revela uma seletividade na atuação da justiça, que desconsidera que, há 100 anos, a família vive nesse lugar e possui documentos que comprovam essa longa permanência. Documentos estes que deveriam assegurar seus direitos. Porém, ao contrário do que deveria ser, as ações favoreceram, mais uma vez, os interesses da especulação imobiliária. Como pontua Leite (2010), muitas vezes, para defender os interesses hegemônicos, a forma da justiça lidar com questões que envolvem direito à terra e território é a partir da criminalização, da condenação e/ou da repressão. A defesa da propriedade privada ou da terra enquanto um objeto puramente mercadológico acaba por condenar ações e práticas que vão de encontro a essas premissas, transformando em “foras da lei”, aqueles que, porventura, ousam ir na contramão desse entendimento hegemônico. O relato de Adélia exemplifica esses mecanismos descritos por Leite.

A gente não estava nem dormindo mais, se você acompanhar a trajetória das coisas todas que nos aconteceu, a polícia batendo no nosso portão, fazendo a gente ir nas audiências todas, para comprovar uma coisa que é nossa! Tinha tudo, documento, IPTU. Eu ainda não sei, não caiu minha ficha ainda de como aconteceu essa coisas todas...(Maria Adélia Reis, 2021).

Ainda com base nas contribuições de Leite (2010), ao refletir sobre os processos históricos que envolvem os conflitos e a busca por direitos territoriais das comunidades quilombolas, a autora salienta o papel da polícia nesses contextos em que [...] “o padrão de atuação violenta da polícia revela o elemento de conservadorismo da cultura policial, inúmeras vezes a serviço das elites (p. 31)”. Recorremos a esse apontamento, pois ele vai ao encontro das situações vividas pela família Souza como demonstra uma matéria publicada pelo Portal Santa Tereza em março de 2019. No intuito de proporcionar um espaço de fala aos dois lados do conflito, o Portal Santa Tereza (2019) transcreveu uma entrevista realizada via e-mail com a advogada dos herdeiros de Arthur Ramos e, ao apresentar esclarecimentos adicionais a respeito do conflito, a fala de Wanessa Amaral corrobora com as reflexões apresentadas por Leite (2010) no parágrafo anterior.

Somos todos pessoas passíveis de viver situações de adversidade ao longo de nossas vidas e imbuídos deste sentimento humano, **nos aliamos ao juízo e a Polícia Militar de Minas Gerais, para promover uma desocupação humanizada**, razão pela qual estamos aguardando o cumprimento desta ordem de Imissão na Posse dos imóveis situados na rua Teixeira Soares, desde o dia 25/05/2018, assim como, seguimos rigorosamente o protocolo de desocupação proposto pela PM/MG e aplicado pelo 16º Batalhão de Polícia de Minas Gerais, várias reuniões ocorreram contando com a participação de vários órgãos da sociedade civil e entes Públicos e inclusive os ocupantes. [...] **Disponibilizamos caminhões de mudança para auxiliar na retirada** e transporte de pertences dos ocupantes, **para qualquer local dentro da cidade de Belo Horizonte e torcemos para que sua saída possa ser pacífica** posto que não há mais espaço para discussões judiciais sobre o tema. [...] Todo processo tem dois lados e, por certo, dois interesses conflitantes. Contudo, uma vez findado o processo, a ordem judicial que reconheceu o direito dos autores, deve ser cumprida, porque estas pessoas também estão aguardando para recuperar o que é seu de direito há muitos anos (Wanessa Amaral, para o Portal Santa Tereza, 2019, destaque nossos).

A descrição acima, especialmente as partes que destacamos, leva-nos a um primeiro questionamento. Existe remoção/desocupação humanizada? Um outro aspecto observado diz respeito ao entendimento de quem de fato tem direito ao lugar em disputa e o que está sendo disputado? O que fica evidente é que o entendimento desse direito em favor dos herdeiros de Arthur Ramos considera terra/terreno em disputa apenas pelo viés da propriedade privada, enquanto uma mercadoria, que pode ser trocada “para qualquer outro local dentro da cidade de Belo Horizonte”. Entretanto, o que a família Souza disputa nesse conflito é, na verdade, seus direitos territoriais, que têm embutido não somente a legitimação da propriedade, mas também

outros aspectos importantes, como a identidade com o lugar e do lugar, as relações de pertencimento construídas ao longo do tempo, as memórias, as práticas tradicionais, enfim, como afirma Cruz (2013, p. 2), o território nesse sentido “funciona como uma espécie de condensador de direitos”.

O fato é que todo esse imbróglio mobilizou os integrantes da família Souza a buscarem e a consolidarem uma rede de apoio composta por diferentes frentes de atuação, como associações comunitárias no bairro, pessoas ligadas a movimentos sociais, o próprio poder público, (tanto na esfera legislativa como na esfera executiva), dentre outros. Para além da consolidação dessa rede de apoio, o conflito demandou à família Souza a ocupar espaços antes não vivenciados, colocando-os no cerne de questões em torno de lutas que ultrapassaram as suas próprias reivindicações, conectando-os a outras.

Aí eu fui conseguindo apoio. Fui na câmara, fui na prefeitura, eu fui em um lugar que eu nem sabia que existia...Fui na Associação do Bairro, que era para discutir até sobre o plano diretor, e aí eu não perdia a oportunidade de falar que a gente estava sendo injustiçado...e aí, ganhou visibilidade, né? [...] e como uma atitude de resistência, eu chamei a televisão e coloquei a boca no mundo (Gláucia Cristine De Araújo, 2021).

Participar desses espaços de lutas e de discussões políticas os levaram a refletirem sobre suas ancestralidades e, especialmente, sobre as práticas espaciais que os vinculam a esse território que disputam. Sobre esse aspecto, recapitulamos que as práticas espaciais são entendidas como os processos de atuação mais imediatos e de intervenção direta no espaço, no intuito de transformar as condições de dominação e de poder nos territórios, e se configuram como uma afirmação de “uma geografia dos poderes, que repensa as relações de dominação pelas relações de autogestão” (Cirqueira e Spósito, p.85, 2019). Os processos de tomada de consciência sobre o espaço são convertidos em movimento de identificação e de transformação, [...] fortificando as pontes que ligam o saber geográfico às experiências e às identidades legadas do passado. É o que expressa o relato de Gláucia, ao refletir sobre como ocorreram as ações que culminaram na certificação enquanto comunidade quilombola. Ela denomina esses momentos, as participações nas reuniões de associação de bairro e em outros espaços, como momentos do despertar.

Então, a princípio a gente conhecia a nossa história, dos nossos antepassados, porém a gente não sabia que isso nos daria o direito ao auto reconhecimento de ser um quilombo. Por isso que eu falo que uma das coisas mais importantes, é o conhecimento. Porque sempre tem que procurar ter o conhecimento. Porque o governo, o estado, sei lá...eles não querem que você saiba de tudo...do que você tem direito....eles não colocam, “olha se você colocar isso ou aquilo e ser isso ou aquilo, vocês são quilombo” e com isso a gente foi se questionando, se perguntando, expondo

nossa história e nosso modo de viver, mas como uma resistência, uma forma de luta, para lutar pela nossa permanência [...] Aí, nós participamos de uma reunião, que falavam o que seria um quilombo, e foi como se fosse a reunião do despertar, uma palestra...não sei como seria o nome certo...Foi meio que uma provocação...Isso foi numa véspera de feriado de Corpus Christi. Na segunda-feira, arrumamos nossas malas e fomos lá na nossa terra, no lugar onde a gente sabia que minha bisavó e meu bisavô tinham nascido, Além da Paraíba. E fomos descobrir a nossa história[...]...então aí começou. Pensamos...se nós somos vila, vivemos como favelados e somos afrodescendentes...aí que surgiu a história de ser quilombo...porque o quilombo, se confunde muito pelo modo de viver de uma favela, muitos acham que a favela é um grande quilombo...e a vila como é um monte de casa tudo junto, é um modo de viver igual o quilombo também (Glaucia Cristine De Araújo, 2021).

Assim, no dia 30 de junho de 2019, foi realizada uma assembleia, em que a Família Souza se autodeclarava e se reconhecia como comunidade quilombola. Todos os trâmites burocráticos necessários para obtenção da certificação foram organizados e encaminhados à Fundação Palmares. No dia 16 de julho, a certificação é publicada no Diário Oficial, dando início a uma nova fase para toda a Família Souza, entre posicionamentos, cotidiano, participação em outros espaços, mas, sobretudo, compreender toda uma trajetória de vida!

5.3 As Estratégias de Territorialização Quilombola

Como apresentado no primeiro capítulo desta dissertação, esta pesquisa se propôs a compreender os processos de insurgências de territórios quilombolas em Belo Horizonte, questionando quais as estratégias de territorialidades e territorialização são acionadas, praticadas e ressignificadas pelas populações que buscam garantir direitos a seus territórios, a partir do autoatribuição de sua identidade quilombola.

Para se pensar os aspectos a respeito dessas territorialidades e dessas territorializações quilombolas na cidade de Belo Horizonte, partimos do pressuposto de que aspectos do cotidiano, que se manifestam nas experiências vividas do espaço, eram elementos essenciais na construção dessas resistências, especialmente por representarem um enfrentamento às formas hegemônicas de produção e de apropriação dos espaços na/da cidade, comumente marcados pela fragmentação, segregação racial e de classe. Essa ideia se confirma e ainda nos revela outros aspectos ainda mais amplos que nos ajudaram a compreender quais os elementos constituem as territorialidades do Kilombo da Família Souza e quais desses aspectos têm sido essenciais para a reafirmação desse território, bem como as identidades territoriais e simbólicas, e os agentes/ sujeitos envolvidos na produção e constituição desse espaço.

Esta parte da pesquisa busca responder aos dois últimos objetivos específicos, como descrito acima. Aprofundamo-nos nas análises das entrevistas realizadas, nas observações

durante os levantamentos e na elaboração dos estudos para o INCRA e para o IEPHA, além de todas as leituras que dialogam com o processo aqui pesquisado. Sistematizamos essas observações em diagramas de Venn. Esta ferramenta, muito utilizada em Diagnóstico Rural/Rápido Participativo, para analisar de maneira acessível as relações institucionais e, também, as práticas e os elementos do território no passado e no presente.

Iniciamos o capítulo 5, traçando um percurso espaço temporal, que identificava elementos, práticas e contextos que ajudaram a configurar o que hoje é entendido como território do Kilombo da Família Souza. Neste subtópico, vamos descrever e analisar os entendimentos expressados pelos quilombolas a partir do autorreconhecimento e como essa “nova” realidade de contexto sociopolítico, à qual assumiram e estão inseridos, vem sendo gerida. Colocamos o “nova” entre aspas, pois os relatos nos dizem que, do ponto de vista prático, não houve mudanças significativas, no sentido de rupturas e/ou novas práticas. A questão quilombola trouxe, entretanto, uma responsabilidade política para essas práticas cotidianas no território.

É uma coisa que nós já vivenciamos, mas não sabíamos dessa palavra, que existia essa palavra. Mas a reunião, essa reunião de nós todos juntos, sempre teve. Plantava, colhia, tudo junto. Então pra gente é uma coisa natural, mas nós não sabia que era quilombo, entendeu?! (Simone Abranches, 2021).

O que percebemos, a partir dos relatos e da análise do processo como um todo, incluindo a fase da trajetória histórica da família Souza, é o que Bonnemaison (2013) denomina de trama de territórios vivos, carregados de símbolos e de afetividade, que passam por um processo de reterritorialização “fixa”. A partir do que “restou” do território original, a comunidade passa a valorizar práticas cotidianas antes banais, mas que, no contexto político assumido, são essenciais para reafirmar a identidade étnica, cultural e, sobretudo, territorial. Não que antes tais práticas não eram importantes, mas, com o processo de ameaça ao território, elas tomam uma dimensão tal, que se tornam elementos essenciais para a produção e para apropriação da área em conflito.

É nesse viés que denominamos algumas dessas práticas de **estratégias de territorialização**, entendendo-as a partir do conceito de território, como ‘categoria da práxis’, de agenciamento político capaz de catalisar ações emancipatórias (Cruz, 2013). A festa, a religião, as suas espacialidades e o quintal tomam agora a linha de frente na luta e caracterizam a alteridade do território, sua singularidade funcional e simbólica. Entretanto, esses processos não se limitam somente ao território em disputa, como já apresentamos anteriormente. Ela

assume também outros espaços de atuação e de ação, que são interdependentes e confluentes. Por isso, as estratégias de territorialização passam a se configurar como **dimensões**, pois são imbuídas de aspectos múltiplos para além de uma característica estritamente funcional.

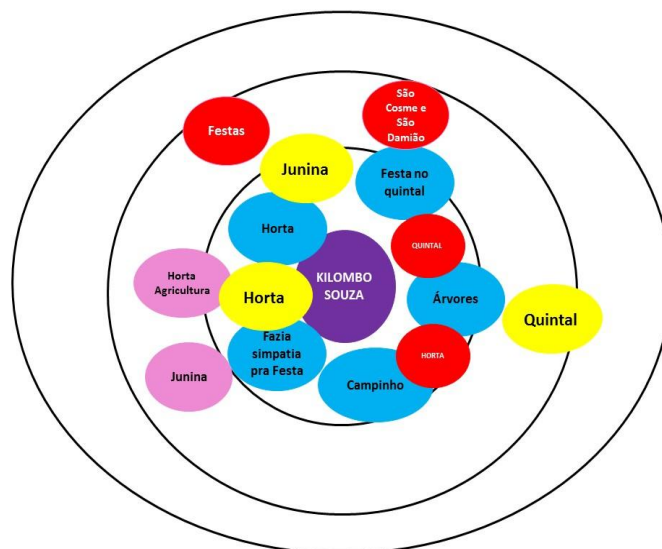
Considerando tais perspectivas, identificamos três dimensões utilizadas como estratégia nesse processo. Uma **dimensão simbólica cultural**, representada pelas festividades e pelas religiosidades, tendo o quintal como o elemento convergente na manifestação dessas práticas. Uma **dimensão política institucional**, representada pela busca de diversificados aparatos legais de reconhecimento do território, que ultrapassam a esfera do local e o cerceiam com diferentes “camadas” de proteção e, por fim, uma **dimensão baseada em formação de redes de apoio**, que acabam por tornar a luta empreendida pelo Kilombo Souza em conjunto com os demais Quilombos como catalisador de representação e instrumento para a garantia de direitos, para além da pauta específica que representam. Essa dimensão o conecta a outras lutas e movimentos sociais, que, em conjunto, possibilitam se pensar outras geo-grafias e direito à cidade, tal como postulado por Henri Lefebvre²².

5.3.1 A dimensão simbólica cultural

Como já pontuamos ao longo da dissertação, o conceito de território, em que analisamos através das lutas vivenciadas pelo Kilombo da Família Souza, estão pautados com base nas “territorialização das lutas sociais”, por meio da “politização da cultura, revalorização das memórias, das tradições comunitárias, da ancestralidade” (Cruz, 2013, p. 7). Durante as entrevistas, foi perguntado quais práticas ou elementos mais representavam o Kilombo Souza no passado e no presente e qual a “intensidade” dessa representação. A partir das falas, usando o Diagrama de Venn, as palavras foram posicionadas próximas ao círculo representando o Kilombo, quando mais representativas, e distantes, quando menos representativas. Esse exercício visava identificar quais as práticas ou os elementos do passado têm sido importantes para constituir o território quilombola atualmente. Os diagramas abaixo representam as respostas de quatro entrevistadas, no qual cada cor (exceto o roxo, representando o Kilombo), correspondem às respostas de cada uma delas.

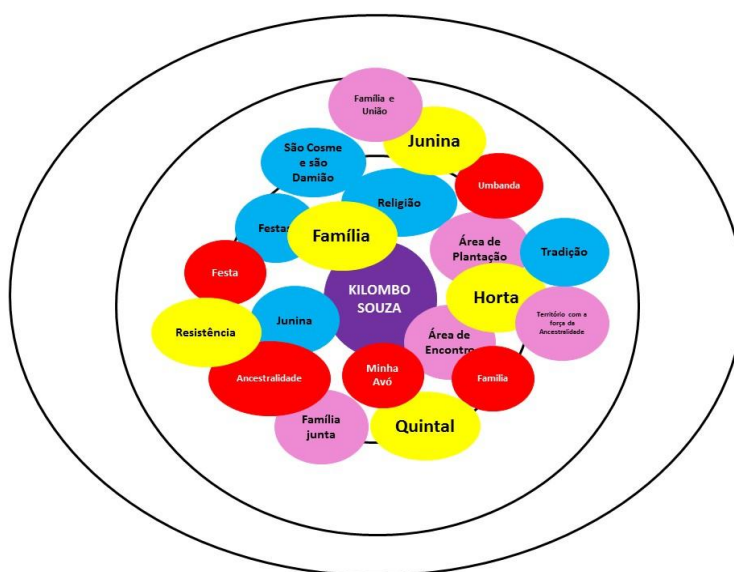
²² Para Henri Lefebvre, o *direito à cidade* não se limita ao acesso aos serviços urbanos, mas corresponde ao direito coletivo de produzir, usar e transformar a cidade segundo as necessidades da vida social. Trata-se do direito à apropriação e à participação nas decisões sobre o espaço urbano, em oposição à sua mercantilização e ao predomínio do valor de troca sobre o valor de uso. O direito à cidade é, portanto, um projeto político e social de reinvenção da vida urbana (Lefebvre, 2001).

Figura 25: Diagrama de Venn - Práticas e elementos no território no passado.



Fonte: Elaborado por Jéssica dos Santos, 2021.

Figura 26: Diagrama de Venn: Práticas e elementos do território no presente.



Fonte: Elaborado por Jéssica dos Santos, 2021.

Com base na análise do diagrama, percebemos que algumas práticas e elementos aparecem nos dois contextos analisados e representam permanências. As repetições de palavras ou frases nos ajudam a visualizar, por uma perspectiva mais ampla, quais desses aspectos são compartilhados pelo grupo no que diz respeito à identidade territorial do Kilombo Souza. No primeiro diagrama, observa-se aspectos muito pontuais, relacionados aos elementos materiais

do território, como a horta, as árvores e o quintal. Este último aparece também como um espaço de celebração (festa no quintal), demonstrando uma característica multifuncional.

O segundo diagrama, em comparação ao primeiro, aparece com mais diversidade de palavras com novos elementos e práticas, que atualmente o grupo entende como essenciais para compor a identidade do Kilombo Souza. O quintal, as festas (Junina e São Cosme e Damião) e a horta retornam no segundo diagrama, mas permeado por palavras como tradição, resistência e a frase “território com a força da ancestralidade”. Outras relações que merecem destaque no segundo diagrama são as relações familiares (“minha vó” e “família”) que não apareceram no primeiro, e a denominação “área” para indicar diferentes práticas no espaço (“área de encontro”, “área de plantar”). Interpretamos esses pontos como novos sentidos e percepções já influenciadas pelo processo de transformação do lugar de morada (Vila Teixeira) para o território (Kilombo Souza). Assim, são revelados que espaços físicos e simbólicos, bem como práticas tradicionais vivenciadas pela família são ressignificadas no processo de reafirmação da identidade étnica e territorial, por exemplo, o quintal, como elemento material e simbólico, e as práticas da religiosidade e de festividades, compondo essa dimensão simbólica cultural da territorialização quilombola.

Olha, é porque a gente sempre viveu juntos, né? Então assim a gente sempre viveu desse jeito mesmo, mudou praticamente quase nada, acho que a gente continua desse jeito...[...] Então assim eu acho que ser assim uma comunidade quilombola é ter mais união. Isso porque cada um no seu contexto por causa das coisinhas diárias, acaba tipo assim... dispersando um pouquinho, mas isso trouxe união, sabe? Trouxe comprometimento e responsabilidade porque é muita responsabilidade. Então trouxe mais união do que já tinha, né? Porque a gente sempre se reunia. A gente tinha as festas de família, a gente sempre tá juntos. Só que algumas coisas a gente se dispersava. Isso trouxe...reviver mais essa união, esse comprometimento uns com os outros né? Essa responsabilidade de correr atrás das nossas culturas que a gente perdeu um pouco. Correr atrás desse apanhado, né? E que a gente perdeu... (Entrevistada 01, 2021)

O quintal do Kilombo Souza revela-se como um elemento de destaque em que o modo de fazer é conectado ao lugar território, ou seja, a reprodução dessa prática é intrínseca e altamente dependente do espaço ocupado e apropriado pela família ao longo desses anos. A permanência do hábito de plantar e de colher, mas também os outros usos dados a esse espaço o conectam a práticas tradicionalmente associadas às manifestações culturais de matriz africana. Sodré (2002), estudando a forma e a representação dos terreiros na cultura afro-brasileira, irá denominá-los de espaços condensados, que representam uma “África qualitativa que se faz

presente, condensada, reterritorializada”, no espaço do terreiro, do quintal. Gomes (2009) salienta a importância de um olhar deslocado do hegemônico para entendê-lo em suas multiplicidades, dissociado de dicotomizações. O quintal irá condensar, assim como os terreiros, e o próprio quilombo um “encontro, troca de saberes, [...] experiência vivida na ancestralidade e produzida em sociedade; experiência social, saber cotidiano” (Gomes, 2009)

Atualmente, no Kilombo Souza, existe uma área com aproximadamente 703m², em que são distribuídos cultivos diversificados para consumo da própria comunidade. Algumas dessas plantas, bem como o hábito de plantar itens de alimentação, plantas ritualísticas e medicinais permanecem após mais de 100 anos de fundação do Kilombo. Angela Gomes (2009), na sua tese de doutorado, mapeou em diferentes municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em áreas de quintais, em terreiros e em quilombos, que variam entre 10 m² e 600 m², 539 espécies vegetais e seus usos. A autora demonstrou, por meio de seu trabalho, que esses lugares além de todo um simbolismo, são também espaços políticos e estratégicos, carregados de sentidos e de sentimentos de pertencimento estabelecidos por meio de um esforço de (re)territorialização constante.

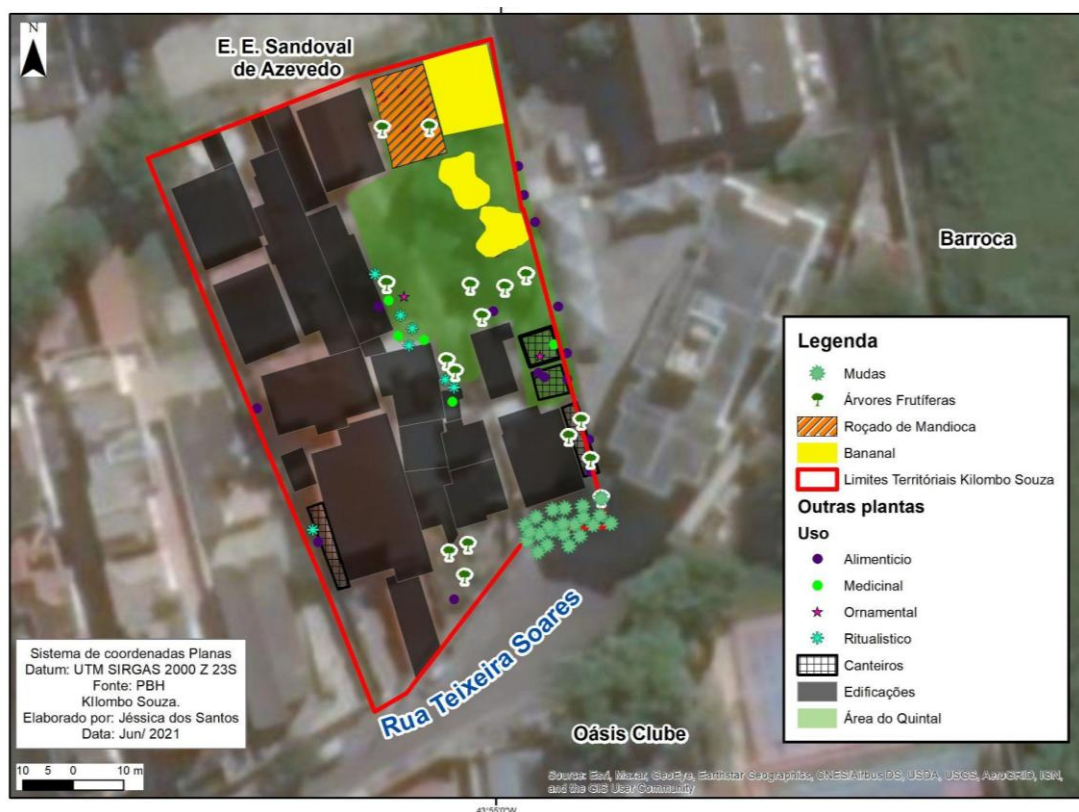
Pelo levantamento realizado por Gomes (2009), entendemos que o Kilombo da Família Souza se integra a essa rede de saberes e de espaços simbólicos e políticos, representados pelos quintais e terreiros que desafiam as fronteiras e as segmentações impostas por uma ideia moderno colonizadora. Por meio de um mapeamento mental, a realização de turnês-guiadas e entrevistas, identificamos cerca de 60 variedades diferentes cultivadas no quintal, que se dividem entre usos ornamentais, ritualísticos, medicinais e alimentícios (figura 24). A manutenção e manejo do quintal é exercido em grande parte pelas mulheres do Kilombo, assim como era no passado, quando a produção era vendida nas feiras livres da cidade pelas antigas matriarcas.

Figura 28: Mapeamento participativo remoto, realizado após o levantamento das plantas cultivadas.



Elaborado por, Jéssica dos Santos (2021).

Figura 27: Quintal do Kilombo Souza e distribuição espacial dos cultivos.



Fonte: Elaborado por, Jéssica dos Santos (2021).

As plantas cultivadas hoje no quintal do Kilombo apresentam uma diversidade de usos e de funções, que mostram a riqueza herdada dessa prática histórica exercida pelos moradores, que, ao longo desses anos, já sofreram com a redução considerável de seus espaços de produção agrícola pelos contextos de conflitos relacionados à expropriação territorial e ao crescimento e ao desenvolvimento urbano da região.

As mudanças relacionadas ao espaço do quintal ao longo do tempo também influenciaram nas práticas festivas que historicamente são realizadas no Kilombo Souza. De acordo com informações levantadas pelo Dossiê do IEPHA (Brito *et al.*, 2021), as principais festas celebradas pelo Kilombo da Família Souza são, justamente, as festas religiosas, algumas marcadas pelo sincretismo, como a festa de São Cosme e Damião (setembro), as festas juninas (junho) e São Benedito (maio). Além dos aspectos que propiciam aos sujeitos estabelecer vínculos com os lugares, o ato de festejar é embasado por ações que demandam coletividade, e essa, por sua vez, está relacionada aos valores e às cosmovisões, a ideologias e a crenças, a práticas sociais e espaciais que dão coesão e unicidade aos grupos. Todas essas comemorações aconteciam dentro do âmbito familiar com as celebrações realizadas na parte do quintal onde hoje está construído o edifício (na figura 24, identificado como quintal da memória). A redução do território transportou as festas para a rua e, com isso, acabou atraindo mais pessoas de fora (figura 26), proporcionando certa visibilidade ao Kilombo Souza, mesmo antes de todo o processo de reconhecimento.

As festas são práticas que revelam importantes aspectos sobre características e sobre identidades culturais de um lugar/comunidade. O caráter polissêmico (as festividades são celebrações, ritos, crenças etc.) e, por vezes, paradoxais (tradição e ruptura, público e privado), das festividades (Deus *et al.*, 2016) articulam aspectos econômicos, sociais, culturais e espaciais, que se vinculam aos sentimentos de pertencimento com o local onde acontecem, estabelecendo espacialidades que representam “as relações identitárias de sujeitos com seus lugares” (Sousa, 2009, p.48). Nesse prisma, ao irem para a rua, as festas do Kilombo Souza passaram a representar a comunidade perante os “outsiders”.

[...] eu amo festa junina e carnaval. Aliás, eu amo todas! Eu me incorporo! Mas, é porque foi sempre assim, sempre teve festa de Cosme e Damião! Mamãe já fazia! Então, já fazia parte da nossa vida, né? A diferença é porque agora a festa junina é que foi pra rua, mas antes a gente fazia no quintal, com fogueira, batata doce... então, aí depois começou a ter um uma coisa maior [...] e começou a vir os vizinhos, eles começaram a gostar também e começou a aumentar...e virou a festa hoje! [...] Eu fico na cozinha, eu faço tropeiro, canjica e quentão... (Simone Abranches, 2021).

A dimensão simbólica cultural associada às festividades, ao quintal e à religiosidade são (re)apropriadas e acionadas para compor o conjunto de ações e de práticas que vão contribuir nas estratégias adotadas para o processo de reconhecimento e de proteção do território. A figura construída para a ser a logomarca do Kilombo Souza tenta reunir esses aspectos simbólicos que caracterizam o território bem como suas mais recentes lutas pela permanência. De acordo com a liderança do Kilombo, o desenho foi elaborado por uma pessoa que integra um grupo de apoio formado para contribuir em diferentes frentes com as lutas enfrentadas pelo Kilombo Souza. O desenho escolhido, uma folha de “Comigo ninguém pode”, é uma planta bem presente no quintal do território e com fortes associações às práticas religiosas de matriz africana, especialmente a umbanda, que é praticada por boa parte dos quilombolas da Família Souza.

Figura 29: Festa Junina na Rua Teixeira Soares, 2019.



Fonte: Acervo da Família Souza. Extraído de Brito *et al.* (2021).

Nesse sentido, a luta pela apropriação física e simbólica desse território contribui para a elaboração de estratégias baseadas em projetos de longo alcance e com uma ampla rede que conecta lutas e territórios em comum, com motivações multidimensionais. Compartilhamos com Cruz (2013, p.40) ao afirmar que as lutas com base no território são simultaneamente uma luta pela redistribuição (no caso do Kilombo Souza, uma luta pela permanência) e pelo reconhecimento, agregando concepções mais complexas, pois o “território é o direito a uma cultura, a um modo de vida, a uma identidade própria, [...] agrega uma espessura, uma

densidade, pois traz os conteúdos históricos e existenciais desses grupos, [...] dos saberes acumulados historicamente.

5.3.2 A dimensão redes de apoio e a dimensão política institucional

Além dos processos envolvendo a reapropriação de elementos simbólicos e materiais vivenciados no território como uma das estratégias de luta, o Kilombo Souza e seus integrantes têm constituído e mobilizado uma rede de apoiadores em torno de sua causa, composta por pessoas, coletivos vinculados a movimentos sociais, representações políticas (especialmente do executivo, legislativo e municipal). Essa rede tem somado forças e tem garantido importantes vitórias ao Kilombo da Família Souza na árdua trajetória enfrentada para sua permanência no território. O diagrama de Venn construído coletivamente para analisar essas redes de apoio evidencia a amplitude e as diversificadas características de quem integra esta rede de apoiadores.

Figura 30: Diagrama de Venn - Relações Institucionais.



Fonte: Elaborado por, Jéssica dos Santos (2021).

De uma maneira geral, interpretamos essa ampla rede de apoio a partir de algumas premissas. A primeira diz respeito ao contexto parcialmente favorável à causa quilombola no âmbito municipal. A cidade de Belo Horizonte tem atualmente quatro comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares, o Quilombo Luízes, reconhecido em 2005,

Quilombo de Mangueiras, reconhecido em 2006, o Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango, reconhecido em 2007 e, recentemente, o Kilombo da Família Souza, reconhecido em 2019. O Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) ainda inclui nesse conjunto de comunidades negras quilombolas a Irmandade os Carolinos que ainda não recebeu certificação pela Fundação Palmares. Os processos experienciados por essas comunidades no que diz respeito aos reconhecimentos, às titulações, dentre outras demandas necessárias à manutenção e à proteção de seus territórios, propicia ao Kilombo Souza seguir caminhos já traçados por essas e se incluir em uma rede criada por estes quilombos para troca de experiências e ajuda mútua.

Ainda em questões favoráveis, no contexto político, atualmente as representatividades no âmbito legislativo estadual e municipal são sensíveis às causas quilombolas. A “Gabinetona”, um mandato coletivo presente nas 3 esferas do poder legislativo (câmaras federal, estadual e municipal), conta com representantes parlamentares oriundas de um movimento denominado “Muitas”, composto por diferentes vertentes de ativismo, de militâncias e de coletivos de Belo Horizonte, dentre eles as Brigadas Populares²³. Em razão disso, o mandato compartilhado tem apoiado as demandas dos movimentos sociais de forma horizontalizada e posicionada, além de criar propostas legislativas (tabela 2), que representam as demandas de grupos historicamente excluídos dos espaços de decisão e de poder, tais como comunidades quilombolas. De acordo com o site da Gabinetona, esse formato de representatividade é “uma experiência de ocupação cidadã da política institucional [...] um mandato coletivo com ações e estratégias compartilhadas. [...] que contam com mais de 90 ativistas, trabalhadoras e pesquisadoras em estreito diálogo e cooperação com cidadãs e movimentos, e em sintonia com as lutas populares.” (Gabinetona, 2021).

Além de todo o escopo de atuação que busca atender as demandas desses segmentos populares, a Gabinetona e suas representantes têm atuado também de forma mais direta nas lutas enfrentadas pelo Kilombo Souza, por isso, no Diagrama de Venn, ela aparece várias vezes como a instituição bem próxima a comunidade.

²³ As Brigadas Populares são uma organização militante que atua pelo direito à moradia, à educação e à cidade. As Brigadas estão presentes em 12 estados da federação e no DF. (Brigadas Populares, 2021)

Figura 31: Relação de Projetos de Lei favoráveis à causa quilombola submetidos à Câmara Legislativa de Belo Horizonte pelo mandato coletivo da Gabinetea

Número e nome do Projeto de Lei		Descrição	Ano	Estado/ Situação
PL 593 - Dona Fininha		Institui a Lei Dona Fininha, que dispõe sobre a proteção aos direitos territoriais dos povos e das comunidades tradicionais de Belo Horizonte.	2018	Arquivada/ Retirada
PL 463 Dona Isabel		Dispõe sobre a proteção e a preservação das práticas, manifestações e ritos das culturas tradicionais e populares nos espaços públicos ou de uso público no Município de Belo Horizonte e dá outras providências.	2017	Arquivada/ Retirada
PL 461 Território Sagrado		Altera a Lei nº 8.291, de 29 de dezembro de 2001, que Institui o mapa de valores genéricos destinado à apuração de valor venal de imóveis para lançamento do IPTU, altera a tabela 111 da Lei nº 5.641/89, altera a Lei nº 7.633/98 e dá outras providências.	2017	Arquivada/ Retirada

Fonte: Câmara Municipal de BH.
Elaborado por, Jéssica dos Santos (2021).

Um terceiro contexto favorável diz respeito ao histórico de lutas e de mobilizações existentes no bairro de Santa Tereza, que vêm, ao longo dos anos, atuando de forma bem posicionada e articulada para manter as características do bairro, marcadas pela forte identidade territorial, cultural e histórica com a cidade e para além da cidade de Belo Horizonte (PEREIRA, 2017; TICLE E PEREIRA, 2016). Tais características o colocam sob a mira de intensos interesses da especulação imobiliária, que, de tempos em tempos, flertam com a possibilidade de se apropriarem de espaços bem valorizados na região. Os primeiros anos da década de 1990 foram marcados por mudanças na oferta e na implementação de serviços e de

obras de infraestrutura no Bairro Santa Tereza, que propiciaram sua valorização. Em 1993, a inauguração do metrô e a construção do viaduto José Maria Torres Leal interligam o bairro a importantes vias de circulação, como a Avenida dos Andradas, além de ampliarem as possibilidades de mobilidade e acesso ao bairro.

[...] O isolamento geográfico foi reduzido, a paisagem bucólica e tranquila foi dando espaço para um lugar de passagem, maior tráfego de pessoas e automóveis, ritmos e velocidades. Nessa época, o bairro passa a ser incluído nas zonas de adensamento preferencial, fomentando ainda mais o mercado imobiliário (Ticle e Pereira, 2016, p.12).

As Zonas de Adensamento Preferencial (ZAP), de acordo com a lei nº 7.166/1996, já revogada, definia como ZAP as regiões na cidade passíveis de adensamento em decorrência de condições favoráveis de infraestrutura e de topografia (Belo Horizonte, 1996). Na contrapartida desses acontecimentos, no mesmo ano em que o bairro é incluído na Zona de Adensamento Preferencial, é criado o movimento Salve Santa Tereza, composto por moradores locais e que conseguem alterar a categorização do bairro e incluí-lo na área de Diretrizes Especiais (ADE), que, por sua vez, são definidas como,

[...] porções do território municipal que, em função de especificidades urbanísticas, culturais ou ambientais, demandam a adoção de políticas específicas de parcelamento, ocupação ou uso do solo de caráter restritivo em relação às normas gerais da legislação urbanística municipal (Belo Horizonte, 1996).

Ainda pelas mobilizações do Movimento Salve Santa Tereza, na mesma época, foram encaminhados pela Diretoria de Patrimônio à proposta de incluir o bairro no Inventário de Conjuntos Urbanos de Belo Horizonte. Em 2015, é aprovado e deliberado processo de proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza e a abertura de processo de tombamento dos bens culturais. De acordo com o decreto publicado, a justificativa de proteção do conjunto urbano deve-se tanto ao patrimônio material preservado do bairro, quanto a imaterialidade, composta pela ambiência, sua imagem boêmia, carnavalesca e artística.

Neste sentido, a proteção do Conjunto Urbano do Bairro de Santa Tereza, para além de promover a salvaguarda de uma arquitetura que remete ao período inicial de ocupação do bairro, contribui sobremaneira para a preservação de um patrimônio intangível de Belo Horizonte, isto é, de um modo de vida marcado por fortes relações de vizinhança e de pertencimento a um espaço muito particular. Ostentando uma ambiência e formas de apropriação do espaço público cada vez mais raras nas grandes cidades, o bairro de Santa Tereza tem no seu patrimônio imaterial, o seu maior bem, já que este garante a perpetuação de uma dada identidade. Este patrimônio, por sua vez, encontra-se intimamente associado ao espaço físico e edificado. Afinal, edificações “de cal e pedra” tornam-se espaços onde a imaterialidade cultural se revela e se apresenta. São cenários onde a vivência cultural acontece e se manifesta, sendo,

de Minas Gerais, também pela categoria Lugar, e está em fase de finalização os estudos do Relatório Técnico de Delimitação e Identificação (RTID) para o INCRA, que garantirá a titulação definitiva do território. Nessa ótica, o reconhecimento institucional do Kilombo Souza o coloca como elemento de destaque não só no âmbito local e municipal, mas também nos âmbitos estadual e federal. Todos esses trâmites representam mais obstáculos às ameaças ao território, dificultando novas investidas nesse sentido. As diferentes camadas de proteção, sobrepostas ao Kilombo, garantem também proteção ao seu entorno imediato, o que pode angariar maior apoio das pessoas que diretamente se beneficiarão desta condição. Por fim, as estratégias de territorialização com base na formação de redes com lutas e pautas em comum devem ser entendidas como um conjunto de ações articuladas e pensadas, que propiciam não só a permanência e proteção do território, mas também a inserção das lideranças quilombolas em importantes espaços de decisão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação abordou as dinâmicas de territorialização quilombola em um contexto urbano, com foco no Kilombo da Família Souza, em Belo Horizonte. Ao longo da pesquisa, foi possível observar a complexidade das relações territoriais em um espaço marcado pela disputa e resistência, onde as territorialidades quilombolas se configuram não apenas como uma resposta histórica ao processo de colonização, mas como um meio de resistência e reexistência no cenário urbano contemporâneo.

As análises realizadas evidenciam que, apesar dos avanços no reconhecimento legal e da certificação das comunidades quilombolas, muitos desafios ainda se apresentam. O caso do Kilombo da Família Souza ilustra as tensões entre as práticas culturais e as imposições do modelo urbano hegemônico, especialmente no que se refere à especulação imobiliária e aos processos de expropriação de terras. A pesquisa contribui para trazer à tona, outras possibilidades de enxergar a cidade, através das estratégias de lutas. Elas, as lutas pelo espaço da cidade, sempre estiveram em ação, em confronto, em disputa, renovam-se e se ajustam conforme as conjunturas e têm propiciado novas maneiras de vivenciar a cidade.

Quantos quilombos ainda estão latentes de se insurgir na cidade, preenchendo-a de uma velha “nova” forma de ser e estar? O quilombo tem permitido traçar histórias em comum, nas quais becos, periferias, vilas e favelas se inter cruzam em processos similares de produção do espaço. Ao se territorializarem, os quilombos possibilitam a permanência nos espaços em que consolidaram suas geografias ao longo do tempo, revelando rugosidades simbólicas, que são importantes em uma cidade que tem como característica o apagar de memórias, especialmente das memórias negras.

Os quilombos de Belo Horizonte podem ser considerados territórios de insurgências e de (re)existências e, por isso, tornam-se resistências. Eles convergem elementos importantes das territorialidades negras que foram historicamente se pulverizando pelo espaço da cidade, à medida que esta foi crescendo e estendendo suas periferias para além do núcleo planejado. Convergem práticas e aspectos culturais de extrema relevância, e o histórico de consolidação desses territórios reflete e materializa a própria história da cidade e a forma como as populações negras foram inseridas.

Um outro aspecto importante observado é o papel do gênero na produção desses territórios. As mulheres têm sido as protagonistas nos processos de lutas quilombolas em Belo Horizonte. Isso foi observado durante a trajetória do Kilombo Souza e, também, para os demais

quilombos. Ou seja, ao estarem nos espaços de decisão para consolidação desses territórios, as mulheres acabam por defini-los a partir de demandas muito voltadas ao universo das lógicas de produção e de apropriação que as definem. Essas questões já eram apontadas por Lélia Gonzalez (2020) ao dizer “[...] a mulher negra, tem sido uma quilombola exatamente porque, graças a ela, podemos dizer que a identidade cultural brasileira passa necessariamente pelo negro” (p.198). Esse aspecto não foi aprofundado nesta pesquisa, mas ele é extremamente evidente. A insurgência de territórios quilombolas, no contexto de Belo Horizonte, podem, assim, revelar espaços verdadeiramente produzidos a partir do gênero.

O tecido urbano de Belo Horizonte se expandiu para toda a sua extensão territorial e a cidade não tem mais para onde crescer, exceto por meio das verticalidades de prédios e de edifícios. Essa condição coloca o espaço da cidade em um contexto de latente disputa por seus espaços, o que poderá, a partir das experiências de outros quilombos na cidade, fomentar nova insurgências. A insurgência de territórios quilombolas em contexto urbano contribui com a diversidade de possibilidades de ser, estar e se apropriar desse espaço. Nesse âmbito, a questão da raça/etnia torna-se essencial na constituição e identificação desses territórios de re-existência (Porto Gonçalves, 2017), colocando em debate outras questões, outras relações, outros modos de empreender leituras sobre a cidade.

Consideramos através desta pesquisa, que alguns aspectos essenciais, como as redes de apoio e mobilização social, têm sido fundamentais para o fortalecimento dessas comunidades oferecendo compreensões valiosas sobre a solidariedade intercomunitária e as estratégias de resistência. Por fim, a discussão sobre o conceito de "quilombo urbano" e sua relação com as práticas de resistência cultural e política deve continuar, com uma ênfase na redefinição das noções de patrimônio e identidade dentro das dinâmicas urbanas modernas. A continuidade dessa linha de pesquisa pode contribuir não apenas para o reconhecimento e valorização dos territórios quilombolas, mas também para a transformação das cidades em espaços mais justos e inclusivos para seus habitantes.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri.; COLI, Luiz Regi. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: Acselrad, Henri. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. 168 p. Acesso em: 03 jun. 2015.
- ACSELRAD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010, 225 p.
- AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos Subúrbios da Nova Capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berna. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.6, n.1, mai. 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.^a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. 192 p.
- ALMEIDA, Maria Geralda. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista ANPEGE**, n. 2, p. 103 - 114, 2005.
- ALMEIDA, Maria Geralda. **O território e a Comunidade Kalunga**: quilombolas em diversos olhares. 1. ed. Goiania: Gráfica UFG, 2015. 329 p. ISBN 978-85-68359-39-6. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/133/o/o_territorio_e_a_comunidade_kalunga.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.
- ALMEIDA, Mauro. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 157-186, set. 2007. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/656>>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- ALVES, Aline. Neves Rodrigues.; DEUS, José Antônio Souza.; GOMES, Nina Lino. Comunidades quilombolas: uma possível interpretação do Lugar com o uso de Mapas Mentais. In: OLIVEIRA, Gledson Ribeiro, *et al.* (Org.). **Cá e Acolá: Experiências E Debates Multiculturais**. Fortaleza: Edições UFC, 2013, v. 1, p. 27-57.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Distribuição Espacial das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Brasil. In: Editora da Universidade de Brasília. (Org.). **Humanidades - Consciência Negra**. Brasília - DF: Editora UnB, 1999, v. 47, p. 87-98.
- _____. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil - Primeira Configuração Espacial**. 3. ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005. v. 1. 98p

_____. Territórios Quilombolas: Geografias, Carto Grafias & Conflitos Institucionais: **Revista Eixo - Especial Educação, Negritude e Raça no Brasil**. Brasília-DF, v. 6, n. 2 (Especial), novembro de 2017.

ASSOCIAÇÃO KILOMBO FÁMILIA SOUZA. **Ata da Assembleia de autorreconhecimento quilombola**. 2019.

ARAÚJO, Alexandre Moura.; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 561-583, outubro de 2018.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas. RIBEIRO, Raphael Rajão. Arquivo Público Da Cidade De Belo Horizonte. **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2008-2011.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo.; SANSONE, Lívio. **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 315-350.

BAGGIO, Ulysses da Cunha. **A Luminosidade do Lugar**: Circunscrições Intercitiais do uso do espaço em Belo Horizonte: Apropriação e territorialidade no Bairro de Santa Tereza. Orientador: Prof. Dra. Amélia Luisa Daminani. 2005. 222 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo USP, São Paulo, 2005.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In: PESSANHA, José Américo Motta Pessanha; RAMOS, Joaquim José Moura. **Os pensadores**. 1. ed. São Paulo: Abril, 1978. p. 181-349.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história antiga e história média**. - Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

BESSE, Jean Marc. Geografia e existência: A partir da obra de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. v. 1, p. 111-140.

BONNEMAISON, Jöel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato.; ROSENDAHL, Zeny.(orgs.). **Geografia Cultural: uma antologia (Volume I)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, 279-303.

BOTELHO, T. R. A migração para Belo Horizonte na primeira metade do século XX. **Cadernos de História**, v. 9, n. 12, p. 11-34, 31 out. 2007.

BRAGA, Gustavo Bastos; FIUZA, Ana Louise Carvalho; REMOALDO, Paula Cristina Almeida. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 370-396, ago. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222017000200370&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 14 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/15174522-019004521>.

BRAGA, Luís Carlos. As temporalidades e territorialidades que caracterizam a agricultura familiar no município de Marmeleiro (PR). In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, UBERLÂNDIA. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Territórios em disputa: Os desafios da Geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro?**, 2012. v. 01. p. 01-14.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)**. Brasília: [s. n.], 1988.

Disponível em:

http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp.

Acesso em: 10 ago. 2020.

BRIGADAS POPULARES. **Manifesto das Brigadas Populares**. Disponível em:

<https://brigadaspopulares.org.br/manifesto-das-brigadas-populares/>. Acesso em: setembro de 2021.

BUTTIMER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas em Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

Canettieri, T. (2015). Viaduto santa tereza e o levante dos corpos indisciplinados.

Indisciplinar, 1(1), 60–79. Recuperado de

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32888>.

CABRAL, Luiz Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 41, ed. 1 e 2, p. 141-155, 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - **Projeto de Lei nº 539/18**. Institui a Lei Dona Fininha, que dispõe sobre a proteção aos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais de Belo Horizonte. Disponível em <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/593/2018>

Acesso em: julho de 2021.

_____. **Projeto de Lei nº 461/2017**. Altera a Lei nº 8.291, de 29 de dezembro de 2001, que "Institui o mapa de valores genéricos destinado a apuração de valor venal de imóveis para lançamento do IPTU, altera a tabela 111 da Lei nº 5.641/89, altera a Lei nº 7.633/98 e dá outras providências.

Disponível em <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/461/2017>

Acesso em: julho de 2021.

CAMPOS, Andreilino. **Do Quilombo à Favela: A produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro**, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço público e “nova urbanidade” no contexto do direito á cidade**. *Confins* [Online], 18 | 2013, posto online no dia 18 julho 2013, consultado o 27 abril 2021. URL: <http://journals.openedition.org/confins/8391>; DOI:

<https://doi.org/10.4000/confins.8391>.

CIRQUEIRA, José Vandério; SPOSITO, Eliseu Savério. **Geograficidade: Modo de Ser, Experiência e Prática Espacial**. 1. Ed. CURITIBA: APPRIS, 2019. 191 p.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora UFSC, 1999.

_____. Uma, ou Algumas, Abordagem(ns) Cultural(is) na Geografia Humana? In: SERPA, Angelo (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** - Salvador: EdUFBA, 2008. 426 p.: il. P.13 - 32.

_____. A geografia cultural no Brasil. In: BARTHE-DELOIZY, F.; SERPA, Angelo. (orgs.). **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia** [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 11-25. ISBN 978-85-232-1238-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: Maio de 2021.

BRITO, Patrícia; Kilombo Família Souza; DIAS, Daniel Henrique de Menezes; LOUSADA; Marcia Maria Lousada; BARROS, Rafael; SANTOS, Jéssica Poliane Gomes dos Santos. **Dossiê para registro do Kilombo Família Souza localizado no município de Belo Horizonte**. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. {no prelo}. Belo Horizonte, MG. 2021. 304p.

CORREA, Roberto Lobato. A Dimensão Cultural do Espaço: Alguns Temas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 1-21, 1995.

_____. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. v. 1. 353p.

_____. ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: Uma Antologia - Volume I**. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. v. 1. 344p.

COSGROVE, Denis. Mundos de significado: Geografia Cultural e imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: Uma antologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. v. 1, p. 105-129.

_____. Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução a Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 103 a 134.

COSTA FILHO, Aderval. As comunidades dos quilombos, direitos territoriais, desafios situacionais e o ofício do(a) antropólogo(a). **Novos Debates - fórum de debates em Antropologia**, v. V 2, N 2, p. 126-140, 2016.

COSTA, Geraldo Magela; SANTOS, Reinaldo Onofre; COSTA, Heloisa Soares Moura. **Reflexões metodológicas sobre a relação rural-urbano a partir da teoria e de evidência sócio-espaciais da RMBH**. Geografias (UFMG), v. 17, p. 104-120, 2013.

CRUZ, Valter do Carmo. Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais?. In: Henri Acselrad. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. 1ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, v. 1, p. 119-176.

_____. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: Cruz, V.C. & Oliveira, D.A. (org.) **Geografia e Giro Descolonial**. Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. (pp.15-36).

_____. A “teoria como caixa de ferramentas”: reflexões sobre o uso dos conceitos na pesquisa em geografia. In: **Encontro Nacional Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Geografia**, 10., 2013, Campinas. Anais. [S. l.]: Editora UFGD, 2013. p. 4454-4466. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2013/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CRUZ, Maria Sirlene da; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; PERONDI, Miguel Ângelo; OLIVEIRA, Daniel Coelho de; COSTA, Heloisa de Moura. **Agricultura familiar, feiras livres e feirantes do Alto Jequitinhonha**. Campo.Território , v. 15, p. 90-120, 2020.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra::** natureza da realidade geográfica. Tradução: Werther HOLZER. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. 292 p. v. 1. ISBN 978-85-273-0924-0.

DA SILVA, Marcelo Gonçalves da. **A Titulação das Terras das Comunidades Tradicionais Quilombolas no Brasil**: Análise da atuação do Estado. / Marcelo Gonçalves da Silva; orientadora Neli Aparecida de Mello-Thery – São Paulo, 2017. 310 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Area de Concentração: Geografia Humana.

DA SILVA, Mauro. " (2016) No MUQUIFU as paisagens mudam, mas a cultura resiste!. In: Clarice Libânio. (Org.). Favelas e periferias metropolitanas: exclusão, resistência, cultura e potência. Revista O Lutador, 8, 55-67.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Geografia Geral Os Gêneros de Vida na Geografia. **GEOgraphia**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 7, ed. 13, p. 113-130, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

DEUS, José Antônio Souza. **Geografia cultural do Brasil/ etnogeografia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, v. 1, 135p.

DEUS, José Antônio Souza; CASTRO, Henrique. Protagonismo político, etnodesenvolvimento e processos de reterritorialização de comunidades quilombolas, em curso, no vale do Jequitinhonha/ MG. In: LIMA, Ismar Borges (Org.). **Etnodesenvolvimento & gestão territorial**: comunidades indígenas e quilombolas. Curitiba (PR): Editora CRV, 2014, p. 141-154.

DUARTE, Matusalém de Brito. O “lugar-território” na complexidade da realidade contemporânea: incursões teóricas a partir da intersubjetividade. **Caminhos de Geografia** (UFU), v. 10, p. 75-82, 2009.

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y pratica social. In: MATO, Daniel (Coord.) **Políticas de economia, ambiente y sociedade em tempos de globalização**. Caracas: Universidade Central de Venezuela. 2005, p. 17 - 31. Disponível em: <http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/El-postdesarrollo-como-concepto1.pdf>.

_____. Territories of difference: places, movements, life, redes. **Duke: Duke University Press**, 2008. Disponível em: <http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/Territorios.pdf>. Acesso em 04 jun. 2005.

ESTERCI, N.; Schweickardt, K. H. S. C. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 1, p. 59-77, jan.- abr. 2010

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2 ed. Rio de Janeiro: 1979 275p (Perspectivas do Homem:v.42. Série Política).

FMC – Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. **Parecer técnico PRMG/PRDC/HMS nº 3926/2019**. Deliberação Normativa nº 133/2008, do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM – BH), que define as diretrizes norteadoras para a política de proteção do patrimônio imaterial do município de Belo Horizonte. 2019.

FONSECA, Claudia. Damasceno. (2012). Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas . **Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material**, 20(1), 77-108. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142012000100004>

GARCIA, Adriana. **Arraial do Curral Del Rei: a desmemória dos bois**. 1. ed. Belo Horizonte: Conceito, v. 34, 2019. 160 p.

GOMES, Ângela Maria da Silva; COSTA, Heloisa Soares de Moura. **Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: Terreiros, quilombos, quintais da Grande BH**. 2009. 218 [44] f., enc. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/MPBB-8DVGBM>>. Acesso em: 15/06/2020.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEographia**, Niterói/ RJ, v. 4, n. 7, 2002.

_____. Da Desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 29. P. 11–24, jan., 2003.

_____. Hibridismo cultural, “antropofagia” identitária e transterritorialidade. In: DELOIZY, Francine Barthe; SERPA, Angelo (org.). **Visões do Brasil: estudos culturais em geografia** - Salvador : EDUFBA ; Edições L’Harmattan, 2012.198 p.

_____. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: Uma Antologia (Vol. II)**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2013, p. 221-232.

_____. Territórios em Disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, jun 2014. 1-17.

_____. Do Corpo -Território ao Território-Corpo (da Terra): Contribuições Decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 22, ed. 48, p. 75-90, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HISSA, Cássio E. Viana. **Entrenotas: compreensões de pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HOEFLE, S. W.. Epistemologia e Teoria Cultural. In: Roberto Lobato Corrêa; Zeny Rosendahl. (Org.). **Geografia Cultural: Uma Antologia**. 1ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2012, v. 1, p. 17-42.

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista** – sua Trajetória de 1950 a 1990. Rio de Janeiro, 1992. (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Shapefiles areas quilombolas tituladas. In: **Shapefiles areas quilombolas tituladas**. Brasília, 2020. Disponível em: http://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py. Acesso em: 4 ago. 2020.

IEPHA. **Bens Tombados - Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem**. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/64/bens-tombados-catedral-de-nossa-senhora-da-boavagem>> Acesso em: Agosto de 2021.

INGOLD, Tim – 2005. Jornada ao longo de um caminho de vida: mapas, descobridor-caminho e navegação. In: **Religão e Sociedade** v. 25(1):76-110. Rio de Janeiro: Jornal estado de Minas; Comunidade ameaçada de despejo no Santa Tereza é reconhecida como quilombola https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/07/18/interna_gerais,1070617/comunidade-ameacada-de-despejo-em-bh-e-reconhecida-como-quilombola.shtml.

JORNAL O TEMPO. **Disputa interdita parte de clube** <https://www.otempo.com.br/cidades/disputa-interdita-parte-de-clube-1.1310879> Acesso em: setembro de 2021.

LAUREANO, Delze dos Santos. A criação de pequenos animais em áreas urbanas. Aspectos legais e sócio-ambientais. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 1992, 14 dez. 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/12076>. Acesso em: 17 set. 2021.

LE BOSSÉ, Mathias. As Questões de Identidade em Geografia Cultural – Algumas Concepções Contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: Uma Antologia (Vol. II)**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2013, p. 221-232.

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades Insurgentes. Conflitos e criminalização dos Quilombos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (Org.) [*et al.*]. **Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: Territórios Quilombolas e Conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.349 p.

LEVY, Jaques. lévy, Jacques. Qual o sentido da Geografia Cultural?. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 61, p. 19-38, ago. 2015.

LIBERATO, Rita de Cássia. **Cidade e exclusão**: o lugar de moradia dos excluídos : o caso de Belo Horizonte. Orientador: João Francisco de Abreu e José Irineu Rangel Rigotti. 2009. 263 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 19 fev. 2018.

_____. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, Junho 2006.

MARIN, Rosa E Acevedo. Estratégias dos Quilombolas de Jambuaçu e Projetos da Vale S.A no Moju, Para. In: Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs) [*et al*]. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos** – Manaus: Projeto NovaCartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. P. 50 -61

MARQUES, Carlos Eduardo. Direitos territoriais ou territórios de direitos? Reflexões etnográficas sobre direitos étnico-territoriais quilombolas. In: GRÜNE, Carmela. **Samba no pé e Direito na cabeça**. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. ; MODESTO, Ana Lúcia. **Remanescentes das comunidades de quilombos, da resignificação ao imperativo legal**. 2008. 172 f., enc. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUOS-998GEC>>. Acesso em: maio de 2020.

MASSEY, Dorian. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antônio A. **O Espaço da diferença**. Campinas/ SP: Papirus, 2000, p. 177- 185.

MERLEAU-PONTY, Maurice, 1908-1961. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. - 2- ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **GeoUSP** –, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do Quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, Dezembro/Fevereiro 95/96. 56-63.

NASCIMENTO, Abdias. Documento 7 - O Quilombismo. In: NASCIMENTO, A. **O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista**. 3ª. ed. São Paulo: IPEAFRO, 2019. p. 686.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. In: RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006. p. 138.

_____. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTIS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006. p. 138.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. (org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 13-42.

_____. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. In: Árius: OLIVEIRA, Fernando Bueno; D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros. **Élisée Revista de Geografia**, Anápolis, v. 4, ed. 2, p. 257-275, JUL/DEZ 2015.

OLIVEIRA, R. F. (2020). **Patrimônio cultural, contribuição da teoria da Geografia a partir de Milton Santos**. PatryTer, 3(6), 281–296.
<https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.32273>.

PEREIRA, Miriam Aprigio. **Luízes, um Quilombo em contexto urbano**: História, memória, travessia e re-existência dos Pretos das Piteiras. Orientador: Prof. Dra. Cristiane de Assis Portela. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília, 2018.

PEREIRA, Polyana Faria; SCARDUA, Fernando Paiva. Espaços Territoriais Especialmente Protegidos: Conceito e Implicações Jurídicas. **Revista Ambiente & Sociedade**. Campinas. V.XI, n. 1 – p. 81 a 97 – jan-jun 2008.

PEREIRA, Josemeire Alves. **Para além do horizonte planejado**: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX). 2019. 1 recurso online (260 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

PEREIRA, Ana Beatriz Mascarenhas. **Ritmanálise em Santa Tereza**: modos de vida urbana. Dissertação de Mestrado. Escola de Arquitetura. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

PORTAL SANTA TEREZA TEM. **Audiência Pública para debater reintegração de posse em Santa Tereza**.

Disponível em < <https://www.santaterezatem.com.br/2019/03/28/audiencia-publica-para-debater-reintegracao-de-posse-em-santa-tereza/>>

Acesso em: novembro de 2020

_____. **Vila Teixeira: despejo é suspenso**. Disponível em:
<https://www.santaterezatem.com.br/2019/07/22/vila-teixeira-despejo-e-suspenso/>
Acesso em: novembro de 2020.

PORTAL G1. **Quilombo urbano dentro de Belo Horizonte é registrado como Patrimônio Cultural Imaterial**.

<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/11/20/quilombo-urbano-dentro-de-belo-horizonte-e-registrado-como-patrimonio-cultural-imaterial.ghtml>

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. Apresentado na II Conferência Latinoamericana y Caribenha de Ciências Sociais. México, 2001

_____. Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina. Caracas: IVIC - **Instituto Venezolano de Investciones Cientificas**, 2009. v. 01. 337p .

_____. A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala. Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tiempo. **Instituto de Investigaciones Sociales**. Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, Mayo, 2012.

_____. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: Cruz, V.C. & Oliveira, D.A. (org.) **Geografia e Giro Descolonial**. Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. (pp. 37-54).

_____. **A Geograficidade do Social**: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. Intergeo, v. 4, p. 05-12, 2006 .

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Estudos para dossiê de registro do Kilombo Família Souza enquanto Patrimônio Cultural Imaterial de Belo Horizonte**. 2020.

_____. Secretaria Municipal de Governo - CDPCM. Deliberou aprovar a proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza e a abertura de processo de tombamento dos bens culturais bem como das indicações para Registro Documental, conforme publicação abaixo e **ANEXO I. DELIBERAÇÃO Nº 019/2015**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1138559>. Acesso em: 18 ago. 2020.

_____. **Lei Nº 592, De 27 De Novembro De 1956**. Dispõe sobre a ampliação da denominada "zona urbana", do município de Belo Horizonte e contém outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/592/1956>. Acesso em: Setembro de 2021.

_____. **Decreto Nº 2021, De 24 De Junho De 1971**. Suspende Temporariamente a Instalação de Novas Feiras Livres e a Concessão de Licença a Feirantes. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/2212/1972>. Acesso em: Setembro de 2021.

_____. **Decreto Nº 2212, De 30 De Maio De 1972**. Abre, aos feirantes, prazo para manifestarem preferência para instalação nos mercados distritais. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/2212/1972>. Acesso em: Setembro de 2021.

QUEIROZ, Ana Maria Martins; DEUS, Jose Antônio Souza. **Um quilombo no terreiro: território e identidade em Manzo Ngunzo Kaiango - Belo Horizonte/ Minas Gerais**. 2012. ix, 191 f., enc. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277 .

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora, 1993 [1980].

RAGGI, Mariana Guedes. **Travessias modernas.** Para além de uma representação: legados socioespaciais da modernidade na produção do espaço urbano de Belo Horizonte. 2014. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, SP. 2014.

RAMOS, Maria Estela Rocha. **Bairros Negros: uma Lacuna nos Estudos Urbanísticos: Um estudo empírico-conceitual no Bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia).** Orientador: Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa. 2013. 283 f. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, [S. l.], 2013.

RATTS, Alecsandro JP. A GEOGRAFIA ENTRE ALDEIAS E QUILOMBOS: Territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria Geralda; RATTS, Alecsandro JP. **Geografia: Leituras Culturais.** 1. ed. Goiânia: Alternativa, 2003. v. 1, p. 29-49. ISBN 85-88253-19-4.

_____. A Terra é o meu quilombo – Terra, território, territorialidade. In: RATTS, A. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Instituto Kuanza, 2006. p. 138.

_____. Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2009. v. 1. 140p
RELPH, E. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência do lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo.; HOLZER, Walter.; OLIVEIRA, Lívia. (Org.). Qual o espaço do lugar? São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 17-32.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renaro Ermenson dos. **Diversidade, espaço e relações etno-raciais: O negro na geografia do Brasil.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1, p. 75-90.

ROSENDAHL, Zeny.; CORREA, Roberto. Lobato. . **Geografia Cultural: Uma Antologia - Volume II.** 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. v. 1. 296p.

SACK, Robert David. **Human territoriality: Its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SAHR, Wolf-Dietrich. Ação e Espaço MUNDOS – a concretização de espacialidades na Geografia Cultural. In: SERPA, Angelo (Org.). **Espaços culturais : vivências, imaginações e representações - Salvador: EdUFBA, 2008. 426 p. : il.. P.33 - 58.**

SANTOS, Amanda Rayana da silva; NASCIMENTO, Wagner Luiz Nascimento do; FELIZARDO, Alciene Oliveira; MODESTO, John Clayton do Vale; BENJAMIN; Aldrin Mario da Silva Diagrama de venn uma ferramenta norteadora para identificar as relações que

integram a Associação Agroecológica de Produtores e Produtoras no Município de Salinópolis, PA.. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 3, may 2016. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/18105>>. Acesso em: 31 oct. 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. 1. ed. Brasília: José Jorge de Carvalho, 2015. 149 p. Disponível em: http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Em: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org), **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 23-73. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: Novembro de 2019.

SANTOS, Jessica. Poliane. Gomes.; VIANA, Fernada Maria Freitas. ; DEUS, Jose. Antonio Souza. **Topofilias E Topofobias Amazônicas: Espacialidades E Leituras Sobre A Categoria Lugar A Partir Da Percepção De Atores Em Diferentes Contextos Territoriais Na Amazônia**. In: Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais, 2019, Montes Claros. Anais do Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais, 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Espaço e Método**. 5°. ed. São Paulo: Edusp, v. 2, 2014. 120 p. ISBN 978-85-314-1085-7.

_____. **As cidadanias mutiladas**. In: LERNER, Junior. O preconceito. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997. p. 133- 145.

SANTOS, Renato Emerson. Ativismos Cartográficos: Notas Sobre Formas E Usos Da Representação Espacial E Jogos De Poder. **Revista Geográfica De América Central**, 2(47E). Recuperado a partir de <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2299>.

_____. O movimento negro brasileiro e sua luta antirracismo: por uma perspectiva descolonial. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson.(org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico** -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Letra Capital, 2017. 388 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARAMAGO, Jose. **O conto da Ilha Desconhecida**. São Paulo: Schwarcz, 1998.

SERPA, Angelo Szaniecki Perret. Leitura e análise de imagens como ferramenta metodológica nos estudos urbanos: um exercício instigante. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 7, p. 15-19, 2008.

_____. Periferização e metropolização no Brasil e na Bahia: o exemplo de Salvador. **GEOTEXTOS (Salvador)**, v. 3, p. 31-46, 2007.

_____. **Por uma Geografia dos Espaços Vividos**. São Paulo: Contexto, 2019. 128 p. ISBN 978-85-520-0159-1.

_____. **Espaços culturais : vivências, imaginações e representações** /Angelo serpa (org.) ; autores : Paul claval.. [et al.] . - salvador : edUFBa, 2008. 426 p.

SCHMIDT, Beatriz.; PALAZZI, Ambra.; PICCININI, Cesar Augusto. **Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19**. REFACS, Uberaba, MG, v. 8, n.4, p. 960-966, 2020. Disponível em:<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs>. Acesso em: 15 de março de 2021.

SILVA, Léa Melo da; PEREIRA, Doralice Barros. A miscigenação harmoniosa e a reprodução de diferenças. In: VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1988, Olinda. **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Olinda: ABEP, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1988, v. 3, p. 275-288. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1988/T88V03A12.pdf>. Acesso em: 19/09/2020

SILVA, Mauro Luiz da. **Relatório Técnico para Registro de Patrimônio Imaterial do Largo do Rosário em Belo Horizonte**. Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fundacao-municipal-de-cultura/2021/relatorio_tecnico_dpca_largo_do_rosario_ret.pdf Acesso em: agosto de 2021

SIMIÃO, Daniel Schroeter *et al.* **Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural do quilombo de mangueiras Belo Horizonte, Minas Gerais**. 2008. 237 f. RELATÓRIO - Universidade Federal de Minas Gerais, [S. l.], 2008.

Sodré, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; 2002.

SORRE, Max. A noção de gênero de vida e seu valor atual. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: Uma Antologia. Volume I**. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 317-345.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Conceitos Fundamentais da pesquisa Sócios Espaciais**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2015. ISBN 978-85-286-1732-0.

TICLE, Maria Letícia Silva. **O nó entre o espaço e o tempo em Santa Tereza: os bares na paisagem boêmia em um bairro de Belo Horizonte**. Orientador: Profa. Dra. Myriam Bahia Lopes. 2016. 183 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. Reunião discutirá ações para desocupação no Santa Tereza. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/reuniao-discute-acoes-para-desocupacao-no-santa-tereza.htm#.YXs6dFXMKU1> Acesso em: outubro de 2020.

VARGAS, M. A. M. **Cartografia cultural: patrimônio cultural e identidade dos jovens do**

município de Japaratuva/SE. Aracaju: Instituto Banese. 2015.

Valladares, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2007, v. 22, n. 63 [Acessado 7 Junho 2021] , pp. 153-155.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000100012>>. Epub 13 Jul 2007. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000100012>.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros Em Porto Alegre/Rs (1800 – 1970):**

Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Adriana Dorfman. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Programa de Pós-graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

VIEIRA, Gláucia Cristine Martins de Araujo; DIAS, Daniel Henrique de Menezes; BRITO, Patrícia Aparecida de Brito. Contextualizando a trajetória do Kilombo Souza. IN: **UrbeUrge BDMG Cultural**. Disponível em: <

<https://bdmgcultural.mg.gov.br/urbeurge/processos/interlocutor/bdmgcultural/contextualizando-o-kilombo-souza/>>. Acesso: Agosto de 2021.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.; ZUCCARELLI, M.; MAGALHAES, M. V. O Desastre do Rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: Andrea Zhouri. (org.).

Mineração, Violências e Resistências. Marabá: IGUANA/ABA, 2018, v. 1, p. 29-66.

Disponível em: <http://www.aba.abant.org>.

APÊNDICES

APÊNDICE A: CRONOGRAMA

Ano	2019					2020					2021						
Meses	MAR/ABR	MAI/JUN	JUL/AGO	SET/OUT	NOV/DEZ	JAN/FEV	MAR/ABR	MAI/JUN	JUL/AGO	SET/OUT	NOV/DEZ	JAN/FEV	MAR/ABR	MAI/JUN	JUL/AGO		
Atividades						SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES											
Cumprimento de créditos																	
Revisão do projeto de pesquisa																	
Submissão de projeto- Comitê de Ética																	
Redação da qualificação																	
Campo 1																	
Campo 2																	
Análise de dados																	
Redação da dissertação																	
Defesa																	
Campo 3 Devolutiva de Resultados																	

Figura 9: Cronograma
Fonte: Elaborado pela autora

APENDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA– COMUNIDADE KILOMBO SOUZA

Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de Pós-graduação em Geografia
Pesquisa de Dissertação:
Pesquisadora: Jéssica Poliane Gomes dos Santos
Orientador: José Antônio Sousa de Deus

Questionário Aplicado em: Data: ____/____/____

Parte 1 – Informações pessoais

- 1- Nome completo:
- 2- Data de Nascimento:
- 3- Local de Nascimento (município):
- 4- Sexo: F (☐) M (☐)
- 5- Estado civil :
- 6- Você tem filhos? S (☐) N (☐) Quantos?
- 7- Ocupação principal:
- 8- Escolaridade:

Parte 2 – Trajetórias de Vida

- 1- Qual o seu parentesco com Dona Lídia?
- 2- Há quanto tempo você reside na comunidade?
- 3- Você já morou em outras lugares? Quais?
- 4- Se sim (morou em outro lugar) o que achou de lá?
- 5- Qual o seu lugar preferido aqui no quilombo, que te traz mais lembranças boas? E qual não é?
Por quê?
- 6- Qual o seu lugar preferido no bairro?

Parte 3 – Percepções conceituais

- 1- Quando eu falo a palavra “quilombo”, o que vem, em primeiro lugar, à sua cabeça sobre o significado dessa palavra?
- 2- Quando eu falo a palavra “território”, o que vem, em primeiro lugar, à sua cabeça sobre o significado dessa palavra?
- 3- E o que você acha que significa ser comunidade quilombola? Você conhece alguma outra?
Qual?

- 4- O que você acha das comunidades quilombolas na cidade? Elas são importantes? Para que servem?
- 5- O que você considera como sendo seu território?
- 6- Quais aspectos dentro do território vocês acham que têm tomado uma proporção maior para reafirmar o território quilombola?
- 7- O que você acha que mais contribuiu para que o terreno ocupado pela família Souza fosse reconhecido como comunidade quilombola?
- 8- Para você o que é o bairro Santa Tereza? Qual a identidade dele?
- 9- Para você, o que é a cidade de Belo Horizonte? Qual a identidade dela?
- 10- O que você acha que uma comunidade Quilombola pode trazer para a cidade/bairro?
- 11- Que locais, referências do bairro Santa Tereza são importantes para você?

Parte 4- Questionário Histórico-Coletivo

- 12- Você sabe a história de surgimento desta comunidade?
- 13- Quem foi o fundador da comunidade? (Ainda está vivo?)
- 14- Em que ano ela surgiu?
- 15- Ela sempre esteve localizada aqui? Se não, quais outros locais?
- 16- Por que a Vila Teixeira é chamada de vila?
- 17- Ela sempre foi deste tamanho? Que memórias você tem do local do passado e que hoje se modificaram?
- 18- Das coisas no território o que você mais sente falta?
- 19- Por que a comunidade tem este nome?
- 20- Já teve mais gente morando na comunidade? (Dinâmica populacional)
- 21- Existem áreas de uso específica dentro da comunidade? Quais são? E para que são (áreas de religiosidade, de festas, de sociabilidade)?
- 22- Por que o lugar tem esse nome?
- 23- Como vocês fazem uso das áreas?
- 24- O que é de cada família e o que é da comunidade como um todo neste território?
- 25- Vocês têm problemas na área da comunidade?
- 26- O Kilombo da família Souza é reconhecido pelas suas festas, quais são elas?
- 27- Onde estas festas ocorrem?
- 28- Quem organiza as festas?
- 29- Quem participa das festas?

30- Qual o espaço usado para as festas?

31- Para as pessoas mais velhas (você saberia dizer onde eram os locais de sociabilidade da família no passado?) Onde se lavava roupa? Onde era a feira?

Parte 5- Percepções institucionais

32- Você acha importante fazer parte de uma comunidade quilombola? Por quê?

33- O que você acha que vai mudar com a comunidade sendo agora, Quilombola?

34- O que é ser comunidade?

35- Quais instituições e pessoas estão apoiando?

36- Quais instituições e/ou pessoas estão mais dificultando?

37- O que você acha das instituições que atuam aqui na comunidade?

38- Como a comunidade está organizada? De quantas associações você participa e quais são elas?

39- O que significa, para você, pertencer a uma comunidade tradicional?

APENDICE C - MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE²⁴ - Kilombo Souza

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa denominada - Ser lugar, ser território: (re)existências na cidade a partir de Insurgências Quilombolas, A trajetória do Kilombo Souza de Belo Horizonte - está sendo desenvolvida por Jéssica Poliane Gomes dos Santos, do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação do Professor José Antônio Sousa de Deus. Os objetivos do estudo são analisar a trajetória de formação da comunidade quilombola “Kilombo da Família Sousa” no bairro de Santa Tereza, em Belo Horizonte, procurando compreender a transformação do espaço vivido em um espaço de resistência política, considerando a percepção dos próprios moradores. A finalidade deste trabalho é contribuir para que os entendimentos e/ou reivindicações da população local possam ser considerados e registrados o formato desta pesquisa, servindo de referência, para outras demandas locais.

Solicitamos a sua colaboração para responder a entrevistas, que serão registradas por escrito e por meio de gravador de voz, com duração máxima de uma hora e meia. Pedimos colaboração também na elaboração de um mapa da comunidade, como também sua autorização para o registro fotográfico e de imagem durante o processo de coleta de dados, autorização para frequentar a comunidade e participar de reuniões locais. Esta pesquisa, após sua conclusão terá seus resultados apresentados em eventos da área de geografia, com publicações em revista científica nacional e/ou internacional, o que também demanda sua autorização. É importante lembrar que, por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, caso assim desejar. Informamos que essa pesquisa, é de caráter qualitativo, e algumas das perguntas possuem questões de caráter pessoal que podem ser desconfortáveis para o participante. Entretanto nenhuma etapa da pesquisa oferece riscos físicos ou psicológicos.

A sua participação é muito importante! A pesquisa não oferece benefícios monetários ou materiais, entretanto, os resultados podem auxiliar na afirmação e na busca por direitos da comunidade em seu território. Os benefícios oriundos desse processo serão usufruídos por toda a comunidade e o bairro, uma vez que a pesquisa busca considerar como as pessoas percebem seus lugares e a transformação deles para que a cidade possa ser mais inclusiva.

Esclarecemos ainda que sua participação (ou a participação do menor ou outro participante pelo qual ele é responsável) no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento. **Belo Horizonte, ____ de ____ de ____**

Assinatura do participante ou responsável legal

²⁴ Baseado nas diretrizes contidas na resolução cns nº466/2012 (<https://www.ufmg.br/bioetica/coep/tale/>)

ANEXOS

**ANEXO 1 - LOGOMARCA DO KILOMBO SOUZA – FOLHA COMIGO NINGUEM
PODE**

ANEXO 2 - RELAÇÃO DAS PLANTAS CULTIVADAS NO QUINTAL

n	Nome popular da planta	Clas. medicinal, ornamental	Outros usos	tipo	como é utilizada	Quem plantou/ cultiva	Com quem conseguiu?	Ha quanto tempo cultiva?
1	ALECRIM	MEDICINAL	NÃO TEM	folha	chá	ADÉLIA	RUA AMIANTO	10 ANOS
2	ABÓBORA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	legume	alimentação	ADÉLIA	SEMNETE QUE COMEU	2 ANOS
3	BABOSA	ESTÉTICO	NÃO TEM	folha	chá	ADÉLIA	SUPERMERCADO	5 ANOS
4	CURCUMA	ALIMENTICIO	MEDICINAL	frutifera	frutifera	ADÉLIA	SACOLÃO	3 ANOS
5	ERVA CIDREIRA	MEDICINAL	NÃO TEM	folha	chá	ADÉLIA/ GISELENE		~ 7 ANOS/ ~ ANOS
6	FUNCHO	MEDICINAL/	NÃO TEM/ chá	folha	chá	ADÉLIA	SUPERMERCADO	2 NAOS
7	LOSNA	MEDICINAL	NÃO TEM	folha	chá	ADÉLIA	GANHOU DE UMA MOÇA (TABIRA	MAIS OU MENOS 30 ANOS
8	MANJERICÃO ROXO	ALIMENTICIO	MEDICINAL	folha; flores	chá, tempero	GISELENE/ ADÉLIA		~ 7 ANOS
9	MANJERICÃO BRANCO	ALIMENTICIO	RITUAL	folhas; flores	chá, tempero	ADÉLIA	NÃO LMEBRA	MAIS OU MENOS 30 ANOS
10	ORA PRO NOBIS	ALIMENTICIO	NÃO TEM	folha	tempero	ADÉLIA	ACHOU NA RUA	30 ANOS
11	OREGÃO	ALIMENTICIO	NÃO TEM	folha	tempero	ADÉLIA	COMPROU NA RUA AMIANTO NUMA FLORA	30 ANOS
12	ABACATE	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	frutifera	NASCEU SOZINHO	-	
13	ACAFRÃO	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	tempero	ADÉLIA		~ 7 ANOS
14	AMORA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	frutifera	GISELENE		~ 7 ANOS
15	ARRUDA	RITUALISTICO	NÃO TEM	folha	**	GISELENE		
16	ASSA PEIXE	ALIMENTICIO	ORNAMENTAL	folha	alimentação	SIMONE		
17	ATEMOIA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	frutifera	ADÉLIA	SACOLÃO	~6 ANOS
18	BANANA CATURRA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	frutifera	ADÉLIA	Sr. Domingos	50 ANOS
19	BANANA PRATA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	frutifera			50 ANOS
20	BOLDO	MEDICINAL	NÃO TEM	folha	chá	GISELENE		~ 7 ANOS
21	CAFÉ	ALIMENTICIO	NÃO TEM	fruto	alimentação	ADÉLIA		2 ANOS
22	CANELA	ALIMENTICIO	MEDICINAL/ RITUALISTICO	casco/ arvores	CHA/ TEMPERO/ RITUALISTICA		PÉ DE CAFÉ DA RUA AMIANTO	
23	CAPUCHINHA	ALIMENTACIO	NÃO TEM	folhas/ FLORES	chá	ADÉLIA	FEIRA DO BERNADO MONTEIRO	2 ANOS
24	CHUCHU	ALIMENTICIO	NÃO TEM	legume	alimentação	ADÉLIA	COMPROU NO SUPERMERCADO	~3 ANOS
25	COQUEIRO	ORNAMENTAL	NÃO TEM	arvore	ornamentação	GLAUCIA	SUPERMERCADO	
26	CRAVO DA ÍNDIA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	arvore	tempero	ADÉLIA	FLORA AMIANTO	1 ANO
28	EMBAUBA	MEDICINAL	NÃO TEM	arvore	chá	GISELENE		
29	ESPADADA DE SÃO JORGE	RITUALISTICO	NÃO TEM	folha	ornamentação	GISELENE		~ 7 ANOS
30	GOIABA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	frutifera	SIMONE		
31	GRAVIOLA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	frutifera	GISELENE/ ADÉLIA	ADÉLIA TEM 2 ANOS	~ 7 ANOS
32	GUINÉ	RITUALISTICO	NÃO TEM	folha	chá	GISELENE		
33	HORTELÃ	ALIMENTICIO	MEDICINAL	folha	tempero	ADÉLIA	NÃO LMEBRA	30 ANOS
34	JABUTICABA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	frutifera	SIMONE		52
35	JACA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	frutifera	ADÉLIA	MORCEFO	15 ANOS
36	LARANJA DA TERRA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	frutifera	SIMONE		~15 ANOS
37	LAVANDA	MEDICINAL/ ESPANTAR MOSQU	NÃO TEM	folhas/folha	chá	ADÉLIA	AMIANTO	30 ANOS
38	LEVANTE	RITUALISTICO	MEDICINAL	folha	chá	GISELENE		~ 7 ANOS
39	LIMÃO CAPETA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	frutifera	GISELENE		~ 7 ANOS
40	LOURO	ALIMENTICIO	MEDICINAL/ RITUALISTICO	folha	chá; tempero	ADÉLIA	SR. TONINQUINHO// SANTA TEREZA	2 ANOS
41	MAMÃO	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	frutifera	SIMONE		
42	MANDIOCA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	tuberculo	alimentação	ADÉLIA	BERNADO MONTEIRO FEIRA DE FLORES	12 ANOS
43	MEXIRICA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	frutifera	GISELENE		~ 7 ANOS
44	ORQUIDEAS	ORNAMENTAL	NÃO TEM	flores	ornamentação	ADÉLIA	SIMONNE/ ACHOU NO LIXO	5 ANOS/ANO PASSADO
45	PIACA	MEDICINAL	NÃO TEM	frutos	tempero	ADÉLIA	UMA SENHORA QUE MORA EM IBIRITÉ/ AMIANTO	5 NAOS
46	PIMENTA DEDO DE MOÇA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutos	tempero	ADÉLIA	SUPERMERCADO	3 ANOS
47	PIMENTA DO REINO	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutos	tempero	ADÉLIA		3 ANOS
48	PIMENTA ROSA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutos	tempero	ADÉLIA	SEMENTE/ PERTO DO QUARTEL	3 ANOS
49	PITANGA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	tempero	ADÉLIA	DESDE QUANDO MUDOU PRA LÁ	~30 ANOS
50	ROMÃ	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	frutifera	GISELENE		~ 7 ANOS
51	ROSEIRA	ORNAMENTAL	NÃO TEM	flores	ornamentação	SIMONE		~30 ANOS
52	SAIÃO	MEDICINAL	NÃO TEM	folha	cha	GISELENE		~ 7 ANOS
53	SALSINHA	ALIMENTICIO	RITUALISTICO	folha	tempero	ADÉLIA	COMPROU NA FEIRA	SEMPRE TEVE
54	TAOBA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	folha	alimentação			
55	UVA	ALIMENTICIO	NÃO TEM	frutifera	frutifera	MARCOS		~5 ANOS
56	VENCE DEMANDA	RITUALISTICO	NÃO TEM	folha	banho	GISELENE		~1 ANO
57	FUMO	RITUALISTICO	MEDICINAL	folhas/ FLORES		ADÉLIA	NASCEU SOZINHO	~30 ANOS
58	MAMONA	RITUALISTICO				ADÉLIA/ SIMONE	SIMONE	2 ANOS

ANEXO 3 - DOCUMENTO DE COMPRA E VENDA DO TERRENO



DR. LUIZ CAVALCANTI FILHO
TABELIÃO
17.º OFÍCIO DE NOTAS
MIGUEL COUTO N.º 39
TELEFONE 23-3909

Pública Forma

---" Pelo presente instrumento particular de compra e venda, declaramos que entre nós, Dr. Gabriel de Oliveira Santos e sua mulher D. Maria V. de Oliveira Santos, como vendedores e D. Elisa de Souza, viuva de Petronilho de Souza, por si e pelos seus filhos, todos menores, Sebastiana, Maria, Eurides, Eurico, Odette, José e Joaquim, como adquirentes, ficou justo, combinado e contratado o seguinte: o Dr. Gabriel de Oliveira Santos e sua mulher D. Maria V. de Oliveira Santos, á pedido do falecido Petronilho de Souza, adquiriram por escriptura publica, em que, como permite a lei, só figurou o Dr. Gabriel, de Honorio Coelho, 2.290 metros quadrados de terreno e uma pequena caua, terreno comprehendido em parte do lote n.º 42 da ex-colonia "Americo Werneck", pela quantia de 400\$000 e de Francisco Nogueira da Silva e sua mulher, 4.390 metros quadrados, terreno comprehendido em parte do lote n.º 41 da mesma ex-colonia "Americo Werneck, igualmente pela quantia de quatrocentos mil reis, com as divisas, uma e outra compra, assignaladas nas escripturas, registradas no "Registro Geral". Adquiridas essas propriedades com a condição de, uma vez pagos da importancia dispendida com a compra, impostos, despesas de escriptura, etc., das escripturas de venda ao dito Petronilho de Souza, e como tenha fallecido, resolveram cumprir a sua promessa, independente de final pagamento, e das a viuva D. Elisa de Souza conjuntamente com seus filhos menores, acima designados, e adquirentes, em igualdade de condições, a presente escriptura de venda dos terrenos retro declarados e caua, terrenos cujos limites

limites constam das escripturas referidas e do mappa dos lotes da ex-colonia "Americo Werneck. Declarou, pois, terem vendido, como de facto vendido teem, a D. Elisa de Souza e a seos filhos referidos, o dito terreno e cafua pelo preço contractado em vida do fallecido marido e pae, respectivamente dos adquirentes, pelo preço e quantia certa de um conto de reis que dão como recebido e assim dão plena e geral quitação e lhes cedem e transferem todo o dominio, direito e acção, havendo-os desde já empossados por bem deste titulo e da clausula constituti, e por si e seos successores e herdeiros, obrigam-se a fazer esta venda bôa, firme e valiosa a todo o tempo, pondo os compradores á salvo de contestações futuras e a responderem pela evicção, em direito. Declaram mais que o terreno, ora vendido, se acha livre de quaesquer onus reaes e judiciaes. D. Elisa de Souza, por si e representando seos filhos, declara que a venda, pela forma acima estipulada, satisfaz as justas (ilegivel) fallecido marido Petronilho de Souza e que por elle e em nome de seos filhos é aceita em todos os seos termos. Pafirmesa e valia em direito, fizeram o presente instrumento particular, escripto pelo vendedor Dr. Gabriel de Oliveira Santos. Bello Horizonte, 22 de novembro de 1923. Gabriel de Oliveira Santos. Maria V. de Oliveira Santos. (Datado e assinados sobre Cr\$ 1.00 (Rs. 1.000) de selo federal). A rogo de D. Elisa Souza, por si e seus filhos menores, Rodolpho C. Losafa. Como testemunha - Rivadavia Andrade. Carlos José do Espirito Santo.- Bello Horizonte, 22 de Janeiro de 1924. Pagou o imposto de transmissão conforme consta do talão n° 12 de hoje. Registrado á fls. 20 do livro competente. Pelo Escrivão, Abelardo Camara. O Collector, (Ilegivel). (Carimbo da Coletoria).- N° 10385. Registrado no Livro de Transcrip. n° 3-C. Page. 109.

-2-



109

109. Bello Horizonte, 23 de Janeiro de 1924. (Assinatura ilegível). - Pagou o imposto territorial. Bello Horizonte, 22 de Fevereiro de 1924. O Collector, (Ilegível). - Nº 5843. Pags. 309 - Protocollo Nº 1-A. Apresentado no dia 23 de Janeiro de 1924 das 12 às 6 horas. O Official, (Ilegível). - Foi pago o imposto devido para esta transpm. conforme o talão nº 12 de 22 de Janeiro de 1924. O Official, (Ilegível). - Reconheço as firmas do titulo e dou fé. B. Horizonte, 23-1-924. Em testemunho (sinal publico) de verdade. (Assinatura ilegível). - Registrada no fichario. Pagou a taxa de registro pelo talão nº 107 de hoje. Renda Imobiliaria, 18/10/943. (Assinaturas ilegíveis). - Era o que se continha em o referido documento, fielmente transcrito nesta publica fôrma, que conferi, subscrevo e assino em publico e raso. Rio de Janeiro, vinte e oito de outubro de mil novecentos e quarenta e seis. - E eu, *[assinatura]*, escrevente substituto em exercicio, a subscrevo e assino em publico e raso.

Em test. *[assinatura]* de verdade.

Conferida por mim, Tabelião

[assinatura]
 Dest. Lei 2506 20/8/40 Tab. IV-Nº 73
